

PLANO DIRETOR 2013

CIDADE UNIVERSITÁRIA "ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA"

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor Prof. Dr. João Grandino Rodas

Comissão de Atualização do Plano Diretor da C.U.A.S.O.

Prof. Dr. Fernando Rei Ornellas / Presidente
Prof. Marcelo de Andrade Romero / FAU
Prof. Dr. Tércio Ambrizzi / IAG
Prof.^a Dra Karin Regina de Casas Castro Marins / EP
Prof. Dr. Elvo Calixto Burini Junior / IEE
Eng. Samir Tanios Hamzo / PUSP-C
Eliseu Oseas Ribeiro / SAS
Prof.^a Dra. Neyde A. Joppert Cabral / SEF
Arquiteta Carolina Vallim de Oliveira / SEF
Estagiário Daniel Dall' Ara Azevedo / SEF
Estagiária Bianca Quitério Guariglia / SEF

Créditos

Coordenação geral

Neyde A. Joppert Cabral

Texto do Plano Diretor

Neyde A. Joppert Cabral

Artigo 28.....Karin Regina de Casas Castro Marins

Artigos 31 a 42.....Superintendência de Gestão Ambiental/ Revisão: Gemma Pons Vilardell Agnelli e Neyde Cabral

Mapas do Plano Diretor.....Bianca Quitério Guariglia e Daniel Dall' Ara Azevedo

Texto do Memorial do Plano Diretor

Neyde A. Joppert Cabral

Colóquio acadêmico “Energia, Eficiência e Sustentabilidade”.....Programa: Elvo Calixto Burini Junior

Os Museus da USPDescrição do projeto dos Museus: Piratininga Arquitetos Associados

As novas construções na C.U.A.S.O.....Dados: Bárbara Toaliar

O edifício da Biblioteca Brasileira, IEB e Obras Raras.....www.brasiliana.usp.br

O Bilhete USP – BUSP.....Dados e Revisão do texto: Samir Tanios Hamzo

Melhoria da macrodrenagem da C.U.A.S.O.Revisão do texto: Soraya Escudero Falsetti

Pró-memória da reunião com a CPTM em 08/03/2013.....Bianca Quitério Guariglia

Pró-memória da reunião com a SMDU em 12/03/2013.....Bianca Quitério Guariglia

Elaboração e implantação de Plano de Manejo para remoção de palmeira invasora.....Marcia Regina Mauro

O Plano Regional Estratégico da Subprefeitura do Butantã e a Cidade Universitária

Neyde A. Joppert Cabral

Indicadores

Carolina Vallim de Oliveira

Reportagens

Pesquisa.....Neyde A. Joppert Cabral

Diagramação.....Bianca Quitério Guariglia

Fotos de alojamentos nas Unidades.....FAU, FE e IAG

Agradecimento

Ao Prof. Dr. Antonio Marcos de Aguirra Massola, Superintendente da Superintendência do Espaço Físico da USP SEF-USP, pelo apoio recebido durante a elaboração deste trabalho.

SUMÁRIO

Parte A

Plano Diretor da C.U.A.S.O. - 2013

Parte B

Memorial do Plano Diretor da C.U.A.S.O. - 2013

- Atividades da Comissão do Plano Diretor C.U.A.S.O. – 2013
- Colóquio acadêmico “Energia, Eficiência e Sustentabilidade”
- Desdobramentos do Plano Diretor C.U.A.S.O. – 2001
- A evolução da Cidade Universitária entre 2001 e 2013
- Alteração do nome de vias da C.U.A.S.O.
- Os Museus da USP
- O edifício da Biblioteca Brasileira, IEB e Obras Raras
- Evolução da área construída na C.U.A.S.O.
- Evolução da população da C.U.A.S.O.
- O Bilhete USP – BUSP
- Planos Diretores de Unidades da C.U.A.S.O. elaborados entre 2001 e 2013
- Legislação promulgada entre 2001 e 2013, que afeta a C.U.A.S.O.
- O Plano Diretor do Instituto Butantã e a C.U.A.S.O.
- A disputa por espaço na Cidade universitária
- Instrumentos de controle
- Recuperação de área para uso da Cidade Universitária / Decreto nº 58.058/2012
- Expansão da Cidade Universitária
- Índices urbanísticos da C.U.A.S.O.
- A proteção do patrimônio construído na C.U.A.S.O.
- O Plano de Mobilidade Urbana e a C.U.A.S.O.
- Ofício à CET de 18/12/2012
- Execução dos Caminhos de Pedestres, Ciclovia e Bicicletários
- Espaços de Convivência
- Passarela sobre o Rio Pinheiros e a CPTM
- Pró-memória da reunião com a CPTM em 08/03/2013
- Pró-memória da reunião com a SMDU em 12/03/2013
- Melhoria da macrodrenagem da C.U.A.S.O.
- Manutenção Preventiva Programada
- O muro da USP
- Urbanização da área da Comunidade São Remo
- O plantio compensatório de árvores na C.U.A.S.O.
- Elaboração e implantação de Plano de Manejo para remoção de palmeira exótica invasora.

Parte C

O Plano Regional Estratégico da Subprefeitura do Butantã e a Cidade Universitária

Parte D

Indicadores

- Acervo de Bibliotecas
- População
- Área Edificada
- Índices Urbanísticos

Parte E

Reportagens

- Projeto prevê deck e passarela com mirantes e bares no rio Pinheiros
- O muro vai cair
- USP vai cortar 1,3 mil árvores no câmpus do Butantã
- USP espera museu ‘vivo’ do cerrado
- Parque Tecnológico começa a sair do papel
- USP tem projeto para ampliar estações (bike universitária)
- Revitalização da Cidade Universitária: Prédio da Reitoria e do Conselho Universitário
- Museus da USP vão para a praça do povo
- Cidade Universitária terá sistema de iluminação moderno e econômico
- Alunos da USP reclamam de escuridão
- Contra enchentes, São Paulo testa bueiros sustentáveis
- Ônibus da USP tem dobro de usuários de toda a cidade

PLANO DIRETOR DA CIDADE UNIVERSITÁRIA “ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA” – 2013

Artigo 1 Ao aprovar nesta reunião o conjunto de diretrizes e normas de planejamento e gestão que se seguem, fica instituído por este Conselho Gestor do Campus o Plano Diretor da Cidade Universitária “Armando de Salles Oliveira” – 2013.

Artigo 2 O Plano Diretor da C.U.A.S.O. – 2013 é constituído por um conjunto de diretrizes e normas urbanísticas de planejamento e gestão, apresentadas a seguir.

§ 1º Integram este Plano Diretor as plantas às páginas 11 a 17, intituladas *Setorização da Cidade Universitária por área de conhecimento / atividade; Planos Diretores; Implantação Geral; Bens tombados, em tombamento e a preservar; Áreas não edificáveis; Caminhos de pedestre e Ciclovia; Áreas para expansão da Cidade Universitária* e as fotos aéreas às páginas 18 e 19.

§ 2º As justificativas das diretrizes e normas adotadas encontram-se no Memorial do Plano Diretor, anexo, que constitui parte integrante deste Plano Diretor.

Capítulo I

Diretrizes de Planejamento e Gestão do Espaço Físico

Artigo 3 São as seguintes as diretrizes do Plano Diretor C.U.A.S.O. - 2013:

- Facilitar o intercâmbio de idéias, a convivência e a formação do espírito universitário;
- Ordenar a ocupação e os fluxos na Cidade Universitária;
- Preservar a qualidade ambiental da Cidade Universitária;
- Proteger e valorizar os edifícios de interesse histórico e arquitetônico;
- Promover o uso de energias renováveis e práticas sustentáveis;
- Facilitar o acesso ao sistema público de transporte de alta capacidade.

Artigo 4 Deverá ser incentivado o uso da Cidade Universitária pelo pedestre e pelo ciclista, recuperando o objetivo de formação do espírito universitário constante do ato de criação da USP e de outros planos físicos para a C.U.A.S.O. e reduzindo a pressão por novos estacionamentos.

§ 1º Deverá ser promovida a melhoria das conexões físicas intra e inter Unidades e áreas do conhecimento.

§ 2º O “Core” é a área de convivência central da Cidade Universitária; são previstas também áreas de convivência setoriais e locais. Ver planta *Implantação Geral*.

Artigo 5 Deverá ser incentivada a utilização do sistema público de transporte de alta capacidade para acesso à C.U.A.S.O.

§ 1º Deverão ser retomados entendimentos com os órgãos estaduais, municipais e com a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos sobre a integração da Cidade Universitária ao sistema público de transporte de alta capacidade.

§ 2º Deverá ser promovida a melhoria das conexões até as estações existentes do sistema público de transporte de alta capacidade.

§ 3º A Universidade deverá se fazer representar na elaboração do Plano de Mobilidade Urbana de São Paulo.

Artigo 6 O crescimento físico da Cidade Universitária será limitado e ordenado para preservar a qualidade ambiental existente.

§ 1º A limitação física do crescimento da C.U.A.S.O. deverá ser feita através de:

I – Otimização do uso das construções existentes, evitando-se na medida do possível o aumento da área construída.

II – Crescimento físico predominantemente vertical, embora limitado para preservar a qualidade do ambiente.

III – Crescimento direcionado a outros campi da USP, existentes ou a serem implantados, quando acima do limite imposto nas normas deste Plano Diretor.

IV – Restrição da expansão de estacionamentos a céu aberto.

§ 2º O crescimento físico na C.U.A.S.O. deverá se dar atendendo à legislação ambiental, urbana, de defesa do patrimônio, edilícia e de segurança instituída no âmbito federal, estadual e municipal, e respeitando as normas técnicas brasileiras.

§ 3º Deverá ser mantida a sistemática de elaboração e aprovação dos Planos Diretores e de projeto de novas construções ou de ampliação dos edifícios existentes.

§ 4º Deverão ser regularizadas as construções existentes na Cidade Universitária junto aos órgãos municipais competentes.

§ 5º Deverá ser revista a ocupação de áreas da USP por terceiros, regularizando-se os casos existentes e evitando-se ocupações futuras, ainda que a título oneroso, com exceção dos casos de prestação de serviços essenciais à Comunidade USP.

§ 6º Deverá ter prosseguimento a regularização fundiária da C.U.A.S.O., com o objetivo de haver um único registro para toda a gleba.

§ 7º A infraestrutura existente deverá ser avaliada periodicamente e ampliada para atender ao crescimento planejado da área predial.

§ 8º Deverá ser prevista linha orçamentária permanente para implementação dos Planos Diretores de Unidades e do Plano Diretor C.U.A.S.O. – 2013.

Capítulo II Bens Tombados, em Tombamento e a Preservar

Artigo 7 Deverão ser preservados os testemunhos históricos da formação da Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira, que configuraram o ambiente de estudo, trabalho e moradia da Comunidade USP ao longo do tempo e os edifícios de valor arquitetônico.

§ 1º Em relação ao sistema viário deverá ser preservado o que restou essencialmente do Plano de 1954 para a Cidade Universitária: a entrada principal da C.U.A.S.O. (sem as duas pistas laterais), com o ponto focal na Torre do Relógio e o prédio da Reitoria. O que deve ser preservado no restante do traçado viário é o Plano de 1961-62, desenvolvido pelo Escritório Técnico do Fundo de Construção da Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira"-F.C.C.U.A.S.O., incluindo vias, ilhas centrais e rotatórias. Ver planta *Bens Tombados, em Tombamento e a Preservar*.

§ 2º A memória da intervenção polêmica da década de 70 também deve ser mantida: a recuperação do ponto focal na Torre do Relógio, obtida na época com a demolição da estrutura de um dos blocos inacabados do Conjunto Residencial da USP - CRUSP.

§ 3º Também devem ser protegidos os seguintes espaços: Praça do Relógio (como "Core", área de Convivência Central), praça do monumento a Armando Salles de Oliveira e a praça do monumento a Ramos de Azevedo.

§ 4º As obras escultóricas em espaços externos da Cidade Universitária elencadas pela então Comissão de Patrimônio Cultural em 1997 também deverão ser protegidas.

§ 5º Os edifícios a serem protegidos na C.U.A.S.O. são os seguintes¹:

DÉCADA DE 50

- Edifício de Alta Tensão do Instituto de Eletrotécnica e Energia, projeto do Escritório Técnico, responsável Djalma Lepage, [1949], início da construção em 1950,
- Conjunto do Edifício "Basílio Jafet" e Auditório "Adma Jafet" (Física Geral e Experimental / Física Superior), projeto do Escritório Técnico, responsável Djalma Lepage, [1952],
- Prédio da Reitoria, ao que tudo indica projeto de José Maria da Silva Neves, construção de 1951 a 1961,
- Bloco "B" da Faculdade de Educação (Instituto do Professor Primário, obra do governo federal), projeto de Alcides da Rocha Miranda em colaboração com José de Souza Reis, 1951.

¹ O Pavilhão do "Betatron" e o Pavilhão do Gerador "Van de Graaff" primeiro e segundo prédios construídos na Cidade Universitária, em 1947 e 1950, respectivamente, não foram incluídos por terem sofrido inúmeras reformas e descaracterizações.

- Edifício "Ernesto Marcus" (Pavilhão de Zoologia) do Instituto de Biociências, projeto do Escritório Técnico, responsável Djalma Lepage, 1951-53, prédio utilizado (ainda inacabado) a partir de 1955,
- Edifício "André Dreyfus" (Botânica) do Instituto de Biociências, projeto do Escritório Técnico, responsável Djalma Lepage, prédio inaugurado em 1958,
- Torre do Relógio, projeto de Rino Levi de 1952-54 (parte de projeto para Centro Cívico não construído), com relevos de Elizabeth Nobeling, construção em 1973.

DÉCADA DE 60

- Bloco "A" do conjunto do Biênio da Escola Politécnica, Hélio de Queiroz Duarte, projeto 1958 a 1961,
- Laboratórios de Botânica (Edifício "Professor Aylthon Brandão Joly", denominado informalmente Edifício "Sobre as Ondas") do Instituto de Biociências, projeto de Oscar Gutierrez², 1959-61,
- Estádio do Centro de Práticas Esportivas, Ícaro de Castro Mello e Hélio Pasta, 1961,
- Conjunto Residencial da USP - CRUSP, Blocos "A" a "G", "K" e "L" e passarela de ligação, projeto de Eduardo Kneese de Mello, Joel Ramalho Jr. e Sidney de Oliveira, 1961;
- Prédio dos Departamentos de História e Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, projeto de Eduardo Corona, 1961,
- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, prédio principal, projeto de J. B. Vilanova Artigas e Carlos Cascardi, 1961 (inaugurado em 1969),
- Escola de Aplicação da Faculdade de Educação (construção dos Blocos "A" e "B", interligados, em 1962),
- Prédio da Engenharia Metalúrgica e de Materiais da Escola Politécnica, projeto de Oswaldo Arthur Bratke, 1960/67,
- Prédio da Engenharia de Minas e de Petróleo da Escola Politécnica, projeto de Oswaldo Arthur Bratke, 1960/67,
- Edifício do Departamento de Mecânica da Escola Politécnica, projeto de Ernesto R. Carvalho Mange e Ariaki Kato, 1961-62.

DÉCADA DE 70

- Raia de Remo, iniciada como lago nos anos 50, foi adequada para raia olímpica nos anos 70 [desenho final Ícaro de Castro Mello],
- Raia de Remo: prédios de Juiz de Partida, Juiz de Chegada e Arquibancada, Caixa d'Água, Ícaro de Castro Mello, [1971],
- Raia de Remo: "Garagem de Barcos e Vestiários", Ícaro de Castro Mello, 1971,
- CEPEUSP: "Conjunto de Vestiários e Lanchonete", Ícaro de Castro Mello, [1971],

² O arquiteto Oscar Gutierrez trabalhou no Escritório Técnico da Comissão da Cidade Universitária. Os primeiros estudos para este edifício datam de 1959. Em 1962 o edifício estava construído e em 1988 o prédio teria sido reformado. Este edifício situa-se sobre um lago, de onde advém sua denominação informal.

- Escola de Educação Física e Esportes – Blocos “A”, “B” e “C” e coberturas de passagem, Ícaro de Castro Mello, 1970-74,
- Instituto Oceanográfico, projeto de Dirceu Lauretti, [1972].

§ 6º Deverá ser consultado o órgão competente de proteção ao patrimônio no caso de projetos de alterações (com ou sem acréscimo de área construída) em edifícios tombados ou em tombamento, ou no caso de implantação de novo edifício situado em áreas envoltórias de imóveis protegidos.

Artigo 8 Deverá ser elaborada uma avaliação do estado de preservação dos edifícios elencados no Artigo 7, providenciando-se os estudos, projetos, aprovações e obras necessários para sua requalificação, quando for o caso.

§ 1º Deverá ser reconstruído o espelho d’água do Bloco “A” do prédio do Biênio da Escola Politécnica, com menor profundidade.

§ 2º Deverão ser liberados os terrenos dos blocos do Conjunto Residencial da USP, bem como recuperadas outras características originais, conforme previsto no Plano de Recuperação do Conjunto Residencial da USP de 2009.

§ 3º Deverão ser removidos os equipamentos instalados na Torre do Relógio, com exceção do sistema de proteção contra descargas atmosféricas.

Capítulo III Ordenação física da Cidade Universitária

Artigo 9 Na implantação de novos edifícios ou na ampliação dos existentes deverá ser considerado o contexto físico da C.U.A.S.O.

§ 1º Deverão ser considerados os seguintes eixos viários organizadores da implantação de grupos de edifícios na C.U.A.S.O.:

- Vias paralelas ao Rio Pinheiros, que organizam a disposição dos edifícios da área plana da Cidade Universitária e ainda os do Setor das Humanas, do Conjunto das Químicas, de parte do Instituto de Ciências Biomédicas, da Faculdade de Odontologia e de parte do Hospital Universitário;

- Rua do Lago, trecho que organiza a implantação dos edifícios do Instituto de Física e do Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas - IAG;

- Avenida Professor Almeida Prado, trecho que orienta a disposição dos edifícios da Prefeitura do Campus da Capital.

- Avenida Corifeu de Azevedo Marques, que organiza os edifícios da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia e o restante dos edifícios do Hospital Universitário.

- Eixo viário organizador do Instituto de Energia e Eletrotécnica, constituído por antiga via da C.U.A.S.O., parcialmente demolida.

§ 2º Deverá ser considerada a setorização da Cidade Universitária por área de conhecimento ou atividade quando da decisão sobre a implantação de um novo edifício. Ver planta *Setorização da Cidade Universitária por Área do Conhecimento / Atividades*.

Artigo 10 Toda e qualquer edificação nova na C.U.A.S.O. deverá ter seu projeto previamente aprovado pela Superintendência de Espaço Físico – SEF.

§ Único – Para efeito deste artigo são consideradas existentes as edificações constantes dos registros da SEF.

Artigo 11 A Cidade Universitária, inserida na área urbana de São Paulo, está sujeita ao zoneamento de uso do solo instituído pela lei municipal 13.885/2004, que a dispôs em sua totalidade como Zona de Ocupação Especial – ZOE, conforme indicado na planta “Desenvolvimento Urbano”, do Plano Regional Estratégico da Subprefeitura do Butantã.

§ Único – São propostos os seguintes índices urbanísticos para a C.U.A.S.O., que deverão ser referendados na regulamentação da Lei 13.885/2004:

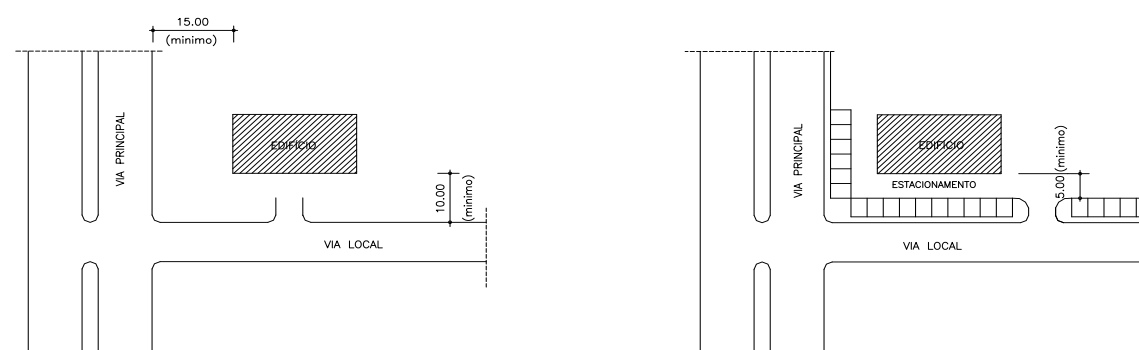
I – Taxa de ocupação máxima, relação entre a área total de projeção dos edifícios e a área de terreno da Cidade Universitária, de 0,2.

II – Coeficiente de aproveitamento máximo, relação entre a área total construída e a área de terreno da Cidade Universitária, de 0,5.

III – O gabarito, altura máxima dos edifícios, deverá ser de 27 metros acima do nível do solo e no máximo seis pavimentos, limites estes que poderão admitir exceções desde que os projetos sejam bem justificados sob o ponto de vista técnico e estético, a critério da Superintendência de Espaço Físico.

Artigo 12 Deverão ser respeitados os seguintes recuos mínimos:

- a) Em relação às vias principais de tráfego de veículos, deverá ser considerado o recuo mínimo de 15 metros até o edifício, a partir da guia;
- b) Em relação às vias locais, deverá ser considerado o recuo mínimo de 10 metros até o edifício, a partir da guia;
- c) Em relação aos estacionamentos a céu aberto, deverá ser considerado o recuo mínimo de 5 metros até o edifício, a partir da guia.



§ 1º As vias principais da C.U.A.S.O. são as seguintes: Av. da Universidade, Av. Prof. Mello Moraes, Av. Prof. Luciano Gualberto, Av. Prof. Lineu Prestes, Av. Prof. Ernesto de Moraes Leme, Av. Prof. Almeida Prado, Av. Prof. Lúcio Martins Rodrigues, Av. Intersectorial, Rua do Matão, Rua do Lago, Rua do Anfiteatro, Rua Prof. Orlando Marques de Paiva (trecho entre a Portaria 3 e a Av. Intersectorial), Rua Prof. Gabriel Silvestre T. de Carvalho (trecho entre Av. Intersectorial e Av. Prof. Lineu Prestes) e Travessa "C"; as praças rotatórias destas vias são incluídas nesta classificação, para efeito de recuo.

§ 2º Para estabelecer os recuos e gabaritos das novas construções será também utilizado o critério de garantir, desde as principais vias da C.U.A.S.O. e dos Caminhos de Pedestres propostos, a visibilidade de edifícios e áreas selecionados em função de sua importância histórica, arquitetônica ou de referência na paisagem da C.U.A.S.O.

I – Os edifícios e áreas sob este critério são os indicados na planta *Bens Tombados, em Tombamento e a Preservar* e citados no Artigo 7.

II – Deverão ser evitados tanto novas construções quanto o plantio de espécies arbóreas e arbustivas que possam comprometer as visuais em questão.

Artigo 13 Os afastamentos entre os edifícios devem garantir condições de iluminação e ventilação naturais adequadas às funções de seus ambientes e deverão ser estabelecidos considerando a orientação do edifício em relação à trajetória aparente do sol, a direção dos ventos dominantes e as normas técnicas brasileiras.

§ Único – É permitida a junção de edifícios, desde que o conjunto observe as condições supracitadas bem como não prejudique as dos prédios existentes nas proximidades.

Artigo 14 Quanto a estacionamentos e pátio para carga e descarga, deverão ser observadas as seguintes condições:

§ 1º Recomenda-se que a área de ocupação atual dos estacionamentos de superfície não seja ampliada. As necessidades por novas vagas serão resolvidas por edificações, em subsolo ou em altura.

§ 2º Para cada 50m² de nova construção deve ser prevista uma vaga para estacionamento, com piso permeável, se descoberta.

§ 3º Recomenda-se a otimização do número de vagas nos estacionamentos existentes, a substituição de pisos impermeáveis por outros permeáveis e o plantio de vegetação arbórea

que aumente o conforto do usuário e reduza a percepção de baixa qualidade ambiental que estes espaços produzem.

§ 4º Deverá ser previsto pátio para carga e descarga de materiais junto a novos edifícios ou quando da ampliação de prédios existentes que ainda não disponham deste espaço. O piso destes pátios deverá ser permeável.

Capítulo IV Definição e Regulamentação da Zona Edificável - ZE

Artigo 15 Na C.U.A.S.O. existem áreas não edificáveis devido a restrições legais e a normas constantes deste Plano Diretor. Ver planta *Áreas Não Edificáveis*, em anexo.

Artigo 16 As Áreas Não Edificáveis da C.U.A.S.O. são constituídas por:

- Faixas não edificáveis de águas correntes e dormentes;
- Faixa de domínio da linha de transmissão de energia elétrica de alta tensão;
- Faixa de domínio de adutora de água do Cotia;
- Faixa de domínio de duto de gás;
- Recuos obrigatórios de vias;
- Recuos das divisas da Cidade Universitária;
- Terrenos com declividades superiores a 30%;
- Canteiros centrais e praças rotatórias de vias;
- Viveiro de mudas da Prefeitura do Campus da Capital - PCO e áreas arborizadas que o circundam;
- Reserva Florestal utilizada pelo Instituto de Biociências;
- Praça do Relógio;
- Reservas ecológicas criadas em 2012 e em criação em 2013;
- Outros conjuntos arbóreos significativos, indicados na planta *Implantação Geral*, em anexo.

§ 1º Nos recuos obrigatórios de vias toleram-se construções de pequena área para usos de apoio, como abrigos de pontos de parada de ônibus, lixeiras, entradas de energia e as construções já existentes, bem como apoios estruturais de edifícios-ponte.

§ 2º Nestas áreas é permitida a execução dos Caminhos de Pedestres integrantes deste Plano Diretor (ressalte-se que não está proposta a travessia da reserva florestal do Instituto de Biociências e os Caminhos de Pedestres coincidem com os passeios existentes na Praça do Relógio).

§ 3º As Áreas não Edificáveis da C.U.A.S.O. serão objeto de preservação permanente, não se permitindo a remoção de sua vegetação arbórea, com exceções justificadas e caso se encontrem degradadas deverá ser promovida sua recuperação.

I – Deverão ser empregadas árvores nativas brasileiras na reposição ou complementação da vegetação destas áreas não edificáveis; constituem exceção as faixas reservadas para eventual alargamento da Av. Prof. Almeida Prado, entre a Av. Prof. Mello Moraes e a Rua do Matão e da Avenida Professor Ernesto de Moraes Leme. Nos referidos trechos viários, 10,00 metros a partir da guia existente deverão ser ajardinados apenas com arbustos e forrações.

II – O mesmo princípio, de utilização exclusiva de arbustos e forrações, deverá ser empregado no ajardinamento das faixas de domínio da linha de transmissão elétrica, da adutora do Cotia e do duto de gás.

III – Devem ser utilizadas espécies arbóreas que não causem problemas aos pavimentos, redes subterrâneas ou edifícios.

IV – Nas praças rotatórias e encontros de vias não deve haver vegetação que obstrua a visibilidade necessária à segurança no trânsito.

V – Nas Reservas Florestais e na Praça do Relógio a vegetação não pode ser removida ou haver plantio sem consulta prévia aos órgãos e comissões competentes.

VI – O plantio de árvores em recuos de vias não deverá reduzir a visibilidade dos eixos de pedestres e dos edifícios com importância histórica e arquitetônica.

Artigo 17 A Zona Edificável – ZE é constituída pelas demais áreas da C.U.A.S.O., uma vez excluídas as áreas não edificáveis.

Artigo 18 A Zona Edificável é destinada a absorver o crescimento físico da C.U.A.S.O. mediante a observância aos índices urbanísticos e demais disposições deste Plano Diretor.

§ 1º Esta zona de uso abrange a área cedida ao Instituto de Pesquisa em Energia Nuclear – IPEN (inclusive os dois terrenos ocupados pelo Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo).

§ 2º A implantação de novos edifícios não deverá comprometer a execução ou a integridade dos Caminhos de Pedestres e Ciclovias constantes deste Plano Diretor.

§ 3º As áreas atualmente não ocupadas por construções na Zona Edificável deverão ser tratadas com vegetação facilmente removível por ocasião de novas construções, como forrações e arbustos.

Artigo 19 As áreas cedidas ou invadidas são as descritas a seguir:

I – Áreas cedidas a entidades diversas:

a) Sabesp Butantã, que ocupa área com título de domínio da Fazenda do Estado de São Paulo – FESP (a USP solicitou em 2013 o retorno desta área ao seu domínio);

b) Escola Estadual de Primeiro Grau “Prof. Clorinda Danti”, que ocupa uma área da C.U.A.S.O. junto à Av. Corifeu de Azevedo Marques, mediante cessão de uso por tempo indeterminado do terreno e das construções, que também pertencem à USP;

c) Companhia de Policiamento de Área Metropolitana / 16º Batalhão de Polícia Militar Metropolitana (área objeto de redefinição de divisas em 2013, através do Decreto nº 58.058, de 21 de maio de 2012);

d) 93ª Delegacia de Polícia (área objeto de redefinição de divisas em 2013, através do Decreto nº 58.058, de 21 de maio de 2012);

e) Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares – IPEN (área objeto de redefinição de divisas em 2013);

f) Secretaria da Criança, Família e do Bem-Estar Social / Programa Circo-Escola;

g) Agências bancárias;

h) Área cedida à Fazenda Estadual para complementação do terreno necessário à obra (inacabada) do Centro Cultural, hoje ocupada parcialmente pelo “Paço das Artes”.

II – Áreas ocupadas sem consulta à USP – as duas áreas que o IPEN cedeu informalmente à Marinha, sendo uma delas com cerca de 41.066 m² e outra com aproximadamente 20.736 m².

III – Áreas Invadidas³:

a) Comunidade São Remo, inclusive quadra esportiva e campo de futebol utilizado pelos moradores: conforme estimativa da PUSP-C, cerca de 32.913 m² têm título de domínio da Fazenda do Estado de São Paulo - FESP, 13.649 m² título de domínio da USP, 2.960 m² imissão na posse em nome da FESP ou USP e 20.029 m² sem imissão na posse;

b) Lotes desapropriados para uso da USP na quadra 9, que se encontram invadidos.

§ Único – O posicionamento da Universidade em relação a estas áreas deverá ser definido caso a caso, mas com o objetivo comum de reaver parte da área para a Cidade Universitária.

Artigo 20 Considerando a situação próxima do esgotamento apresentada pelas áreas edificáveis da Cidade Universitária, são propostas as seguintes medidas para sua expansão:

I. Áreas USP a solicitar reintegração à C.U.A.S.O. (com ressarcimento de benfeitorias):

- Área da USP / Parque tecnológico;
- Área da USP ocupada pela Marinha Brasileira;
- Área da USP ocupada pela Marinha Brasileira.

II. Áreas a incorporar:

- Área não ocupada por construções no 16º B.P.M.M.;
- Área cedida pela USP ao antigo programa Circo Escola e área ocupada pela comunidade São Remo (campo de futebol e moradias a serem).

III. Áreas a desapropriar:

- Quadra 9 da C.U.A.S.O - alguns lotes já foram desapropriados em favor da Fazenda do Estado e da USP;
- Área junto à Av. Corifeu de Azevedo Marques altura do nº 2000;
- Área junto à Av. Corifeu de Azevedo Marques altura do nº 3085;
- Área da Fazenda do Estado utilizada pelo CEPAM - excetuada a área da ETEC;
- Área da Rua Alvarenga.

³ Áreas desapropriadas ou em desapropriação em favor da Universidade de São Paulo, que foram invadidas.

Capítulo V

Estruturação da Conectividade e das Áreas de Convivência

Artigo 21 A conectividade física entre as áreas da C.U.A.S.O. será realizada por três sistemas de mobilidade:
I – O sistema viário;
II – O sistema de mobilidade de pedestres;
III – O sistema de mobilidade de ciclistas.

Artigo 22 Visando obter o máximo de conectividade entre áreas afins do conhecimento, de administração e convivência é definido um Sistema de Caminhos de Pedestres e Ciclovias e Áreas de Convivência, conforme ilustrado em mapa anexo, intitulado *Caminhos de Pedestres e Ciclovias*.

§ 1º Os Caminhos de Pedestres propostos são classificados nas seguintes categorias, de acordo com sua função e medidas cabíveis para controle de acesso:

- “Públicos” – ligação entre a área urbana externa e equipamentos de acesso público da C.U.A.S.O., como museus e anfiteatro;
- “Semipúblicos” – ligação entre áreas acadêmicas;
- De acesso restrito – de acordo com o estabelecido pelo órgão responsável pela área.

§ 2º As futuras construções ou ampliações de edifícios serão implantadas considerando os Caminhos de Pedestres e Ciclovias ora definidos e novos equipamentos serão localizados de acordo com a hierarquia proposta para as áreas de convivência.

§ 3º O território da C.U.A.S.O. será polarizado em torno de áreas de convivência, que servirão de pontos focais e de referência para os Caminhos de Pedestres e Ciclovias.

I – São propostas áreas de convivência centrais, setoriais e locais na C.U.A.S.O.

II – São definidas duas áreas de convivência de caráter central na Cidade Universitária, concentrando equipamentos de lazer, cultura e apoio e serviços de âmbito central: a Praça do Relógio e seu entorno e a Praça do Pôr-do-Sol e arredores, uma vez que a primeira sempre ocupou um lugar de destaque na história da C.U.A.S.O. como área de atividades centrais e a outra área, a Praça do Pôr-do-Sol, servirá como fator de desenvolvimento do setor sul da Cidade Universitária e apoio para as Unidades ligadas às biociências.

III – As áreas de convivência setorial concentrarão equipamentos específicos, como o Clube da USP e o CEPEUSP, e serviços de âmbito setorial, como restaurantes.

IV – As áreas de convivência local terão os pontos comerciais propostos pela PUSP-C como apoio.

§ 4º Em conjunto com o sistema de Caminhos de Pedestres foi proposto um sistema de mobilidade de ciclistas e respectivos bicicletários.

I - Estas ciclovias deverão se integrar às ciclovias municipais existentes ou projetadas.

II – Os bicicletários propostos neste Plano Diretor visam interligar os modais de transporte entre a C.U.A.S.O. e a área urbana, podendo haver outros bicicletários internos à Cidade Universitária, desde que justificados pela demanda.

III – Deverão ser previstos vestiários, guarda-volumes e segurança junto aos bicicletários.

§ 5º Serão elaborados projetos executivos para os Caminhos de Pedestres e Ciclovias, detalhando os trechos integrantes deste Plano Diretor e as áreas de convivência centrais, setoriais e locais.

§ 6º Além dos Caminhos de Pedestres, e independente do seu traçado, são propostos circuitos de visita para pedestres na C.U.A.S.O. com temática cultural e científica, com apoio físico de sinalização visual a ser definida em projeto específico. São propostos os seguintes circuitos:

- Circuito dos Espécimes Significativos da Flora e da Fauna da Cidade Universitária (Projeto Fauna e Flora da C.U.A.S.O.);
- Circuito Geológico da Cidade Universitária;
- Circuito de Monumentos, Esculturas e Arquitetura da C.U.A.S.O.

§ 7º A sinalização dos vários elementos urbanísticos, científicos e culturais em espaços abertos da C.U.A.S.O. será sempre objeto de sistematização da linguagem visual visando obter melhor qualidade informativa para os seus usuários e minimizar a poluição visual; tais sistemas visuais deverão ser aprovados pela SEF.

§ 8º Com o objetivo de obter uma conectividade maior entre edifícios, é permitida a implantação de construções para conexão física dos mesmos, desde que atendam às disposições deste Plano Diretor.

Capítulo VI

Acessos à C.U.A.S.O.

Artigo 23 No que se refere ao sistema viário da C.U.A.S.O., deverão ser criadas novas saídas de veículos para desafogar o congestionamento observado nos três portões de veículos no horário de pico da tarde. Deverá haver uma gestão do acesso a estes portões, para evitar o aumento no tráfego de passagem de interesse da Cidade de São Paulo no interior da C.U.A.S.O.

§1º Propõem-se novas saídas de veículos pelos seguintes locais: Rua Teixeira Soares (invertendo-se o sentido único para saída, no período da tarde), Rua Clemente Portes e Rua Professor Gabriel Teixeira de Carvalho.

§2º Deverão ser mantidos os acessos viários da Cidade Universitária pelos portões 1, 2 e 3.

Artigo 24 O sistema de transporte coletivo de interesse para os usuários da C.U.A.S.O. compõe-se dos seguintes subsistemas:

I – O constituído por linhas do sistema de transporte coletivo sobre rodas, urbano e metropolitano, que servem à C.U.A.S.O., penetrando ou não o espaço da USP;

II – O constituído pelos trens da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM, cujas estações mais próximas situam-se junto às pontes da Cidade Universitária e do Jaguaré, na margem oposta do Rio Pinheiros;

III – O constituído pelo sistema de metrô, cuja estação mais próxima é a Butantã da Linha 4 - Amarela (Butantã - Luz). Esta estação é situada na Avenida Vital Brasil, esquina com a Rua Pirajussara. A estação integra com o terminal de ônibus da SPTrans, localizado na Rua MMDC, além de contar com bicicletário.

Artigo 25 Para incentivar o uso do transporte público de alta capacidade pelos usuários da C.U.A.S.O. são propostas as seguintes medidas:

I – É proposta uma nova estação do trem de superfície da CPTM na linha existente ao longo do Rio Pinheiros com uma passarela para acesso de pedestres à C.U.A.S.O. por sobre o Rio Pinheiros, a Avenida Eng. Billings, a Raia Olímpica e a Avenida Professor Mello Moraes, que se conecta com o sistema de Caminhos de Pedestres e Ciclovia, conforme consta na planta anexa de mesma denominação.

II – São propostas melhorias no acesso de pedestres⁴ entre a C.U.A.S.O. e a Estação "Cidade Universitária" da CPTM, incluindo portão de acesso de pedestres em novo local, praça, controle e iluminação adequada;

III – Deverá ser retomado estudo conjunto da USP e órgãos responsáveis sobre estação de metrô na C.U.A.S.O. ou junto a suas divisas.

IV – A USP deverá apoiar a construção de estações de transferência⁵ nas proximidades da Cidade Universitária, previstas no Plano Regional Estratégico da Subprefeitura do Butantã, e de outras que se fizerem necessárias para evitar que se acentue o uso das vias da C.U.A.S.O. como estacionamento do público externo.

V – Caso não sejam construídas as estações de transferência mencionadas, deverão ser tomadas providências pela USP para evitar o uso das vias da C.U.A.S.O. como estacionamento do público externo.

VI – Revisão das linhas regulares de ônibus que atendem a C.U.A.S.O., com base em pesquisa origem-destino atualizada, tendo em vista a adequação de itinerários, frequências e capacidades veiculares dos sistemas municipal e metropolitano.

VII – Deverão ser formalizadas junto ao Governo Estadual e à Prefeitura Municipal as propostas supramencionadas e indicados representantes da USP no processo de elaboração do Plano de Mobilidade Urbana⁶.

Capítulo VII Redes de infraestrutura na C.U.A.S.O.

Artigo 26 Considerando que o dimensionamento das redes de infraestrutura depende da área a ser atendida e do uso dos edifícios e considerando ainda a previsão de ampliação de área predial e de pavimentação para mobilidade de veículos automotores, ciclistas e pedestres, é necessário avaliar as capacidades instaladas de todos os sistemas de infraestrutura na C.U.A.S.O.

§ Único Após a análise das capacidades de suporte dos vários sistemas de infraestrutura existentes, deverão ser desenvolvidos projetos de adequação das redes levando em consideração os planos para crescimento das Unidades da C.U.A.S.O. em curto prazo e os índices urbanísticos definidos neste Plano Diretor em longo prazo.

Artigo 27 Deverá ser instituída a manutenção programada na Cidade Universitária, abrangendo componentes essenciais à proteção de pessoas e do patrimônio, em edifícios e áreas externas da C.U.A.S.O.

§ Único Deverão ser previstos no orçamento anual da Universidade recursos suficientes para a execução da manutenção programada na C.U.A.S.O.

Artigo 28 Deverá ser incentivado o uso de fontes renováveis ou residuais de energia com a instalação de sistemas de geração energética na C.U.A.S.O., sempre que as mesmas se demonstrarem viáveis e/ou sejam contempladas como parte de experimentos em projetos de pesquisa ligadas às Unidades tecnológicas da Universidade.

§ 1º Entre as fontes de energia renovável ou residual aplicáveis ao C.U.A.S.O. incluem-se energia solar, eólica, biomassa, calor de processo, calor geotérmico. Outras fontes, desde que pertinentes ao enquadramento, podem ser consideradas. Deverá ser prevista a evolução da rede elétrica para o padrão de *smart grid* (rede inteligente).

§ 2º Deverá ser elaborado um plano diretor energético para a Cidade Universitária, que contemple, dentre outros, potenciais de aproveitamento energético renovável e residual, assim como a capacidade das instalações e espaços físicos existentes, e planejamento de demanda e oferta de energia, assim como medidas para eficiência energética.

§ 3º Preferencialmente os sistemas geração deverão ser conectados em rede, mas eventualmente poderão ser considerados sistemas isolados para atendimento às Unidades ou demandas específicas.

§ 4º O Plano Diretor Energético deverá ser elaborado com a participação das Unidades tecnológicas da Universidade e da Superintendência do Espaço Físico da USP.

⁴ Neste Plano Diretor também está proposta a melhoria do portão de pedestres da Vila Indiana, onde moram muitos estudantes da USP, com praça, acesso a portadores de necessidades especiais, controle e iluminação adequada. Ver plantas *Implantação Geral e Caminhos de Pedestres e Ciclovia*.

⁵ As estações de transferência consistem basicamente em garagens para automóveis, podendo dispor de outros serviços.

⁶ Conforme prevê a Lei federal nº 12.587/2012. Ver Memorial do Plano Diretor.

Capítulo VIII Manejo Ambiental na C.U.A.S.O.

Artigo 29 Tendo em vista resguardar as áreas edificáveis, assegurar boa visibilidade dos eixos de mobilidade de pedestres e ciclistas e dos edifícios e áreas a preservar e ainda manter a eficiência do sistema de iluminação na C.U.A.S.O., define-se que a compensação ambiental seja feita exclusivamente através do fornecimento de mudas ao viveiro municipal como prevê a Portaria nº 44/2010 da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente.

§ Único À compensação ambiental poderá ser executada em caráter excepcional nas áreas de preservação permanente da C.U.A.S.O., constantes da planta *Implantação Geral*.

Artigo 30 Fica mantido o plantio arbóreo na área entre a Av. Prof. Lineu Prestes e a divisa da C.U.A.S.O. com o Instituto Butantã, nas proximidades da Reserva do Instituto de Biociências, para interligação deste trecho remanescente de mata atlântica com o do Instituto Butantã.

Capítulo IX Diretrizes específicas para projetos e obras

Artigo 31 Na elaboração de projetos de urbanismo ou de implantação de edifícios, deverão ser minimizados cortes e aterros e a extração de árvores nativas brasileiras e verificada a existência de redes de infraestruturas.

Artigo 32 A implantação de edifícios deverá considerar a insolação e os ventos predominantes no local, sem prejuízo dos recuos mínimos estabelecidos nos artigos 12 e 13.

Artigo 33 O projeto de edifício deverá privilegiar a ventilação e a iluminação naturais, mas minimizando a incidência de radiação solar nos ambientes internos.

§ Único A proteção da radiação solar poderá considerar a utilização de brises, vidros com menor transmitância de raios infravermelhos, pinturas com baixa absorvância de radiação infravermelha e sombreamento com árvores e ainda a proteção com telhas com bom desempenho térmico.

Artigo 34 O projeto de urbanismo ou de edifício deverá utilizar soluções e especificar sistemas, componentes e acabamentos que resultem em grande durabilidade, pouca manutenção e facilidade de operação.

Artigo 35 Os projetos de pavimentação de vias, estacionamentos e calçadas deverão privilegiar a utilização de materiais reciclados e permeáveis, que apresentem grande durabilidade e necessitem baixa manutenção.

§ 1º – As calçadas deverão ser acessíveis.

§ 2º – O pavimento de calçadas deverá ainda apresentar qualidade estética e considerar o conforto de cadeirantes.

§ 3º – Deverá ser considerada a diferença de fluxo veicular entre as vias principais, vias locais e estacionamentos da C.U.A.S.O. na definição da pavimentação a ser utilizada.

Artigo 36 Os projetos de novos edifícios na C.U.A.S.O. deverão considerar, se necessário, um espaço específico para armazenamento temporário de resíduos sólidos recicláveis.

Artigo 37 Os projetos de sistemas hidráulicos deverão:

- Atender às orientações do Programa de Uso Racional da Água da USP – PURAUSP, que procura evitar o desperdício de recursos por meio da otimização dos equipamentos, da mudança de hábitos dos usuários e do combate às perdas;

- Especificar sistemas, componentes e materiais hidráulicos economizadores de água e de alta qualidade e durabilidade;

- Prever reservatórios de retenção de águas pluviais, com reuso ou dissipação, em conformidade com a legislação específica.

Artigo 38 Os projetos de sistemas elétricos e de climatização deverão:

- Atender às orientações do Programa Permanente para o Uso Eficiente de Energia Elétrica na USP (PURE), que incentiva a conservação e o uso eficiente e racional da energia elétrica na USP com ações de monitoramento, gerenciamento de faturas, treinamento e divulgação;

- Especificar componentes, materiais e equipamentos visando a eficiência energética e a maior qualidade das instalações;

- Estudar a viabilidade e quando possível utilizar fontes alternativas de energia;

- Separar a rede de condicionadores de ar das demais;

- Prever a utilização de sistemas de climatização alternativos, tais como ventilação cruzada natural e nebulizadores, sempre que as características do edifício e o uso dos ambientes permitam;

- Prever controle de temperatura em cada ambiente climatizado, para possibilitar economia de energia e conforto aos usuários.

Artigo 39 Deverão ser especificados materiais e acabamentos construtivos que não tragam risco à saúde das pessoas que executam obra ou manutenção, como tintas livres de compostos orgânicos voláteis, que podem ser utilizadas em interiores.

Artigo 40 Deverá ser considerado o cercamento de canteiro de obra com materiais reutilizáveis.

Artigo 41 Deverá ser minimizada a geração de resíduos no canteiro de obras e providenciada a destinação adequada, privilegiando a reutilização e a reciclagem.

§ Único – Deverá constar dos contratos de execução de obras a responsabilidade da construtora, como polo gerador, pela observância da legislação específica em relação ao armazenamento, transporte e disposição final de resíduos.

Artigo 42 Deverão ser criadas e mantidas linhas orçamentárias para a promoção e manutenção de ações que visem maior eficiência energética e economia de consumo de água, inclusive a capacitação continuada dos responsáveis por projetos, fiscalização de obras e manutenção predial.

Capítulo X **Disposições Gerais**

Artigo 43 As entidades cessionárias devem submeter os seus projetos de ampliações ou de novas edificações à aprovação da Superintendência de Espaço Físico – SEF-USP, estando sujeitas às normas estabelecidas neste Plano Diretor.

§1º A USP, através da SEF, providenciará a revisão das concessões de área existentes, visando o seu aprimoramento, notadamente atendendo aos dispositivos deste Plano Diretor.

§ 2º As entidades cessionárias deverão fornecer os elementos técnicos necessários para que a SEF, em nome da USP, regularize suas edificações junto à Prefeitura Municipal de São Paulo.

Artigo 44 A Universidade de São Paulo pleiteará junto à Prefeitura e Câmara Municipal de São Paulo uma condição especial na sistemática de aprovação de novas edificações e usos, dada a magnitude e dinâmica de sua realidade e suas transformações, sem prejuízo das regras básicas de segurança e qualidade ambiental contidas nas legislações pertinentes federais, estaduais e municipais.

§ 1º Com esta finalidade, a Superintendência de Espaço Físico – SEF desenvolverá estudos e propostas específicas a serem, quando aprovadas pelo Magnífico Reitor, enviadas para apreciação do governo municipal de São Paulo.

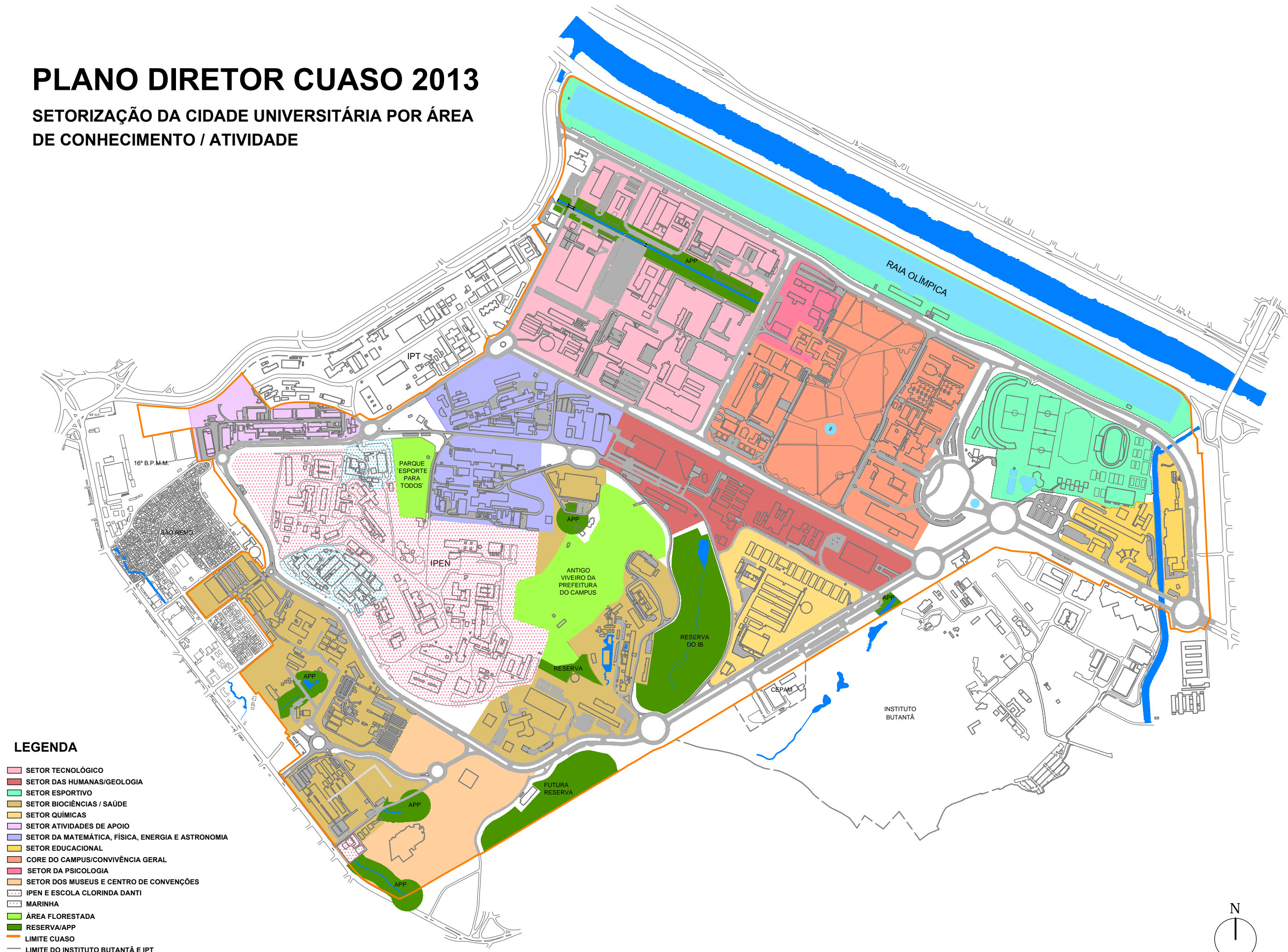
§ 2º A Universidade de São Paulo, por intermédio da SEF ou da PUSP-C, poderá propor convênios de colaboração técnica com os órgãos de planejamento e gestão atuantes na cidade de São Paulo.

Artigo 45 O Plano Diretor da C.U.A.S.O. – 2013, a ser gerido pela SEF, será entendido como parte de um processo de planejamento contínuo no tempo e será revisado a cada 10 anos para ajustá-lo a novas orientações que vierem a ser fixadas pela Universidade.

Artigo 46 Recomenda-se a previsão no orçamento anual da Universidade de programa dedicado à execução das propostas deste Plano Diretor da C.U.A.S.O. – 2013.

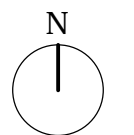
PLANO DIRETOR CUASO 2013

SETORIZAÇÃO DA CIDADE UNIVERSITÁRIA POR ÁREA DE CONHECIMENTO / ATIVIDADE



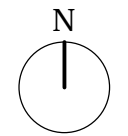
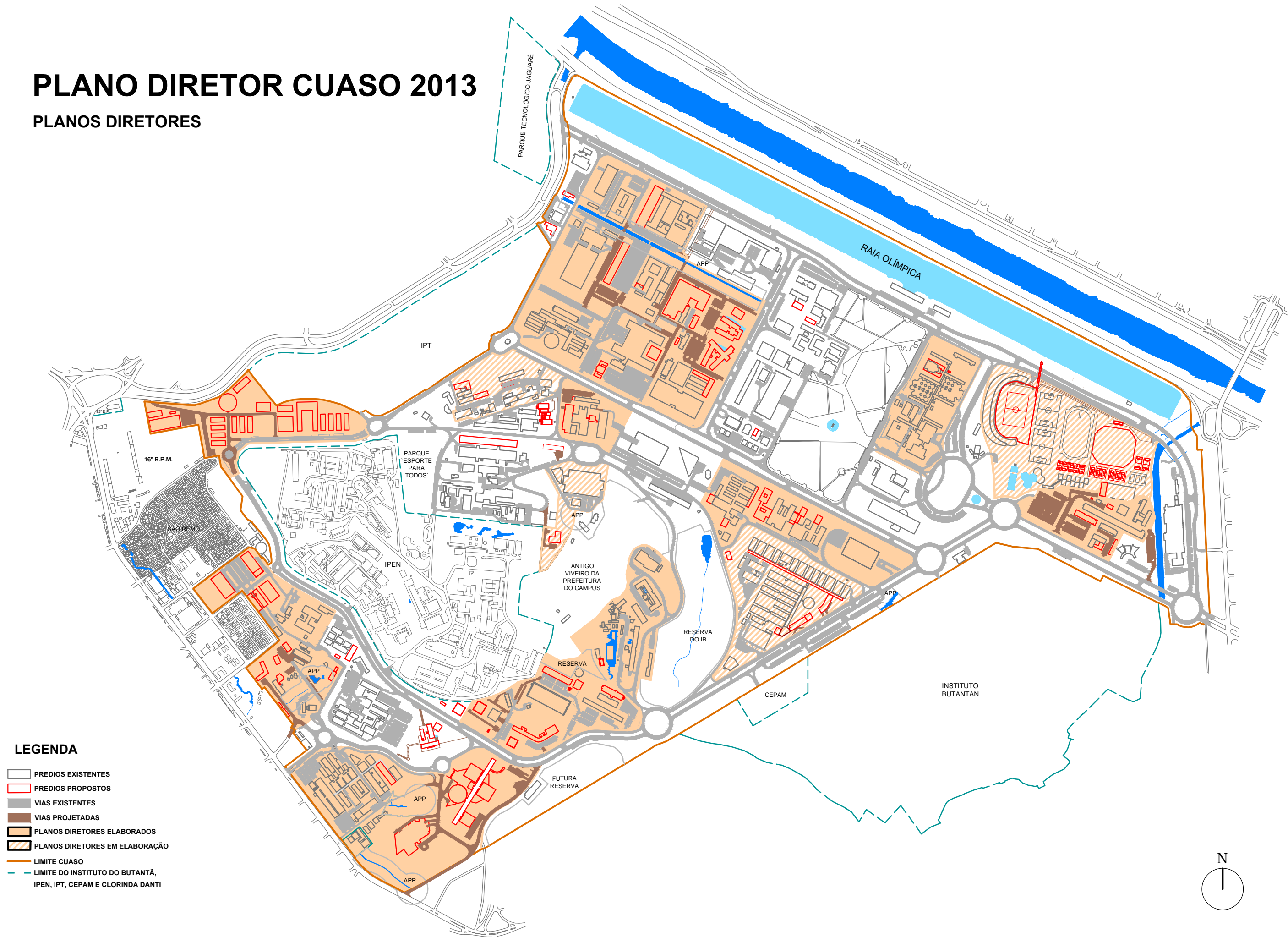
LEGENDA

- SETOR TECNOLÓGICO
- SETOR DAS HUMANAS/GEOLOGIA
- SETOR ESPORTIVO
- SETOR BIOCÊNCIAS / SAÚDE
- SETOR QUÍMICAS
- SETOR ATIVIDADES DE APOIO
- SETOR DA MATEMÁTICA, FÍSICA, ENERGIA E ASTRONOMIA
- SETOR EDUCACIONAL
- CORE DO CAMPUS/CONVIVÊNCIA GERAL
- SETOR DA PSICOLOGIA
- SETOR DOS MUSEUS E CENTRO DE CONVENÇÕES
- IPEN E ESCOLA CLORINDA DANTI
- MARINHA
- ÁREA FLORESTADA
- RESERVA/APP
- LIMITE CUASO
- LIMITE DO INSTITUTO BUTANTÃ E IPT



PLANO DIRETOR CUASO 2013

PLANOS DIRETORES



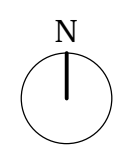
PLANO DIRETOR CUASO 2013

IMPLANTAÇÃO GERAL



LEGENDA

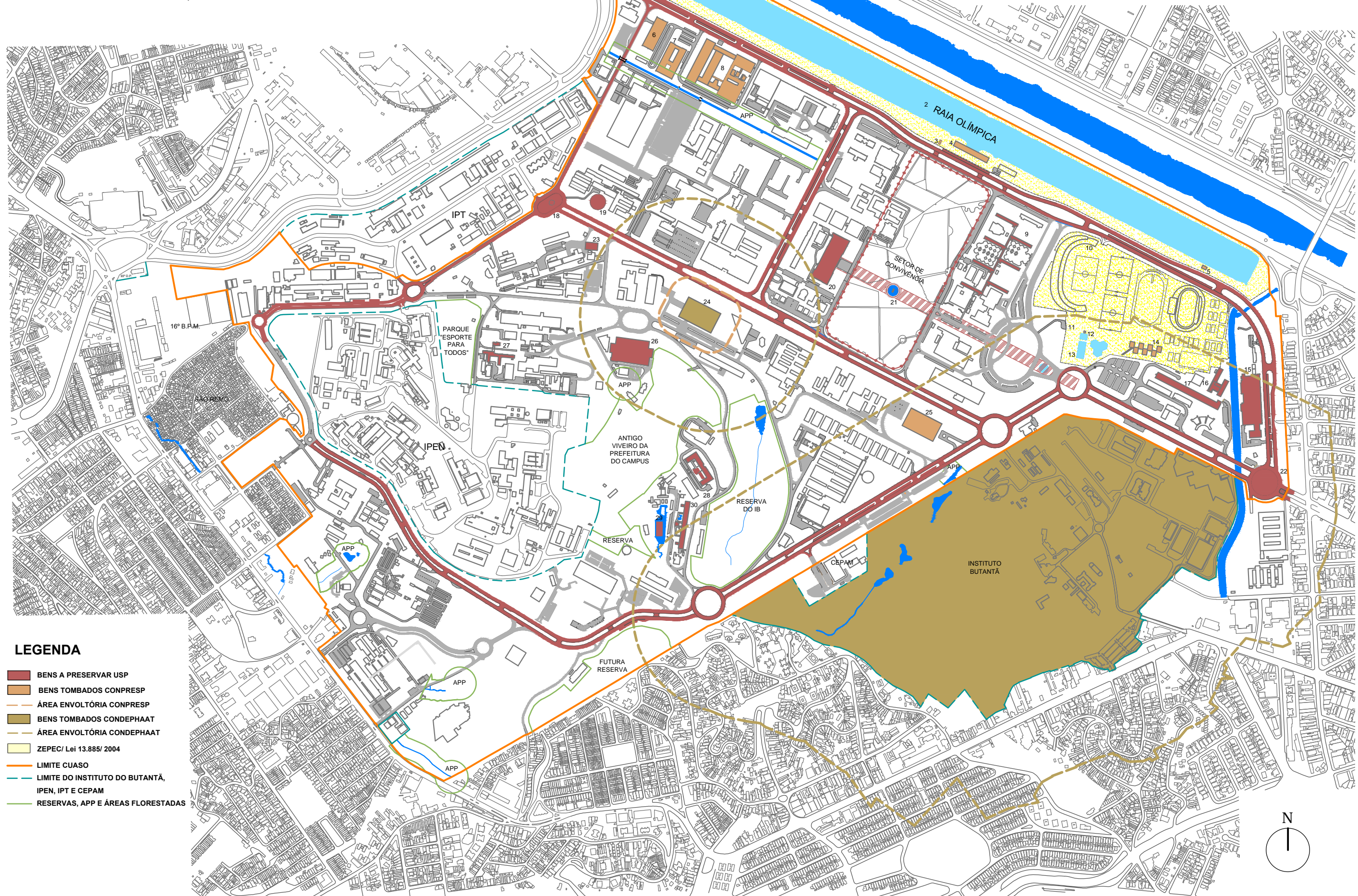
- PRÉDIOS EXISTENTES
- PRÉDIOS PROJETADOS
- VIAS EXISTENTES
- VIAS PROJETADAS
- IPEN
- ÁREA VERDE
- ÁREA FLORESTADA
- RESERVA/APP
- 1 NOVO ACESSO DE PEDESTRES AO CAMPUS, COM PRAÇA
- 2 NOVA PRAÇA NO ACESSO DE PEDESTRES VILA INDIANA
- SETOR DE CONVIVÊNCIA CENTRAL
- LIMITE CUASO
- LIMITE COM ÁREAS EXTERNAS



PLANO DIRETOR CUASO 2013

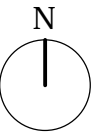
BENS TOMBADOS, EM TOMBAMENTO E A PRESERVAR

- | | | | |
|----|---|----|--|
| 01 | Juiz de Partida | 16 | Escola de Aplicação / FE |
| 02 | Raia de Remo | 17 | Bloco B / FE |
| 03 | Caixa d'Água | 18 | Monumento a Ramos de Azevedo |
| 04 | Garagem de Barcos e Vestiários | 19 | Bloco A do Biênio / EP |
| 05 | Juiz de Chegada | 20 | Edifício da Reitoria; |
| 06 | Prédio da Engenharia Metalúrgica e de Materiais / EP | 21 | Torre do Relógio; |
| 07 | Prédio da Engenharia de Minas e de Petróleo / EP | 22 | Monumento à Armando de Salles Oliveira |
| 08 | Prédio do Departamento de Mecânica / EP | 23 | Edifício da Alta Tensão / IEE |
| 09 | CRUSP (Blocos "A" a "G", "K" e "L" e passarela de ligação) | 24 | FAU (prédio principal) |
| 10 | Estádio | 25 | Prédio dos Departamentos de História e Geografia / FFLCH |
| 11 | Torre de saltos | 26 | Instituto Oceanográfico |
| 12 | Tanque de saltos | 27 | Instituto Basílio e Adma Jafet / IF |
| 13 | Piscina olímpica | 28 | Edifício Ernesto Marcus / IB; |
| 14 | Conjunto de Vestiários e Lanchonete | 29 | Edifício Aylthon Brandão Joly (Sobre as Ondas) / IB |
| 15 | Escola de Educação Física e Esportes - Blocos A, B e C e coberturas de passagem | 30 | Edifício André Dreyfus / IB; |



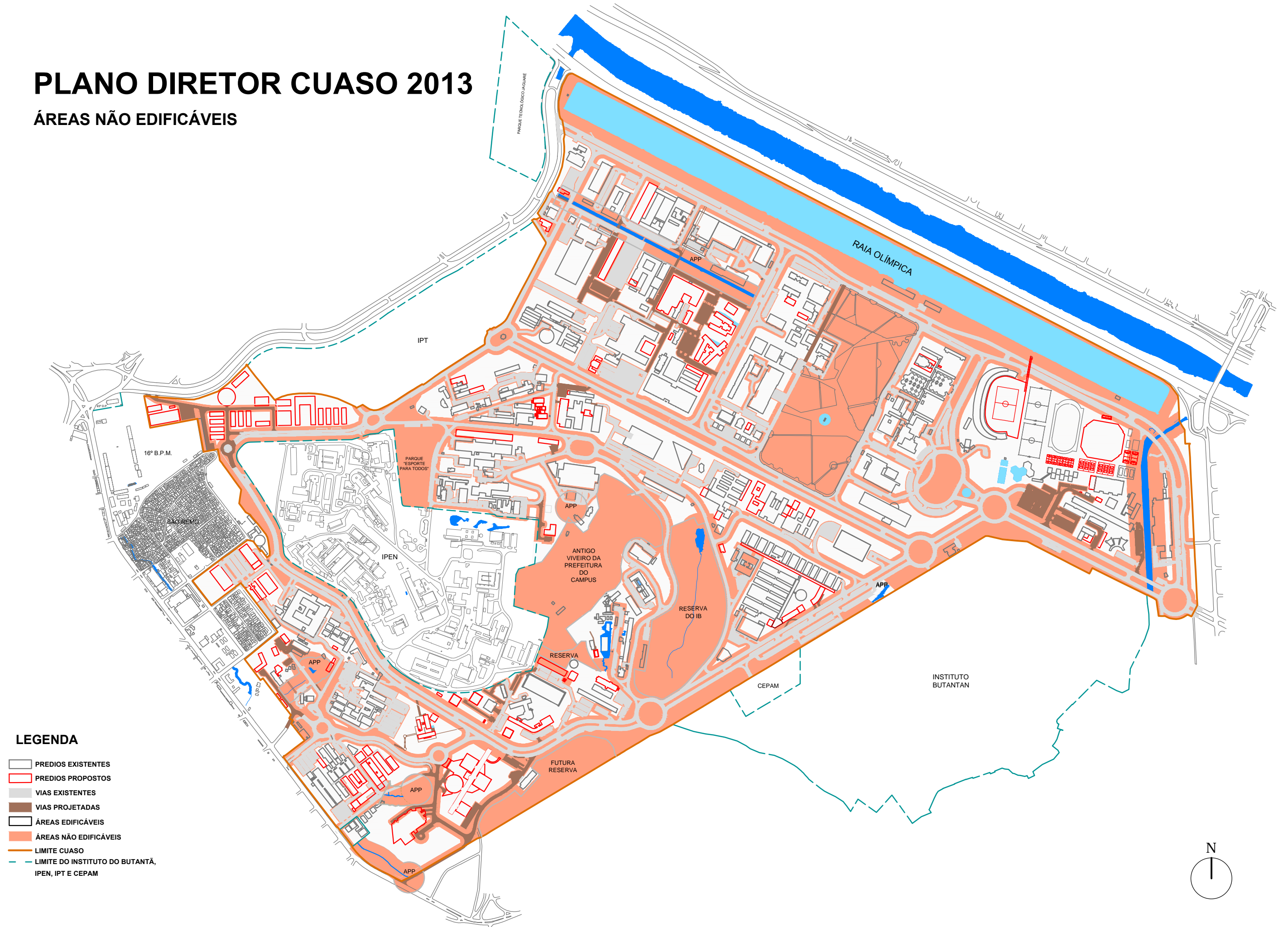
LEGENDA

- BENS A PRESERVAR USP
- BENS TOMBADOS CONPESP
- ÁREA ENVOLTÓRIA CONPESP
- BENS TOMBADOS CONDEPHAAT
- ÁREA ENVOLTÓRIA CONDEPHAAT
- ZEPEC/ Lei 13.885/ 2004
- LIMITE CUASO
- LIMITE DO INSTITUTO DO BUTANTÃ, IPEN, IPT E CEPAM
- RESERVAS, APP E ÁREAS FLORESTADAS



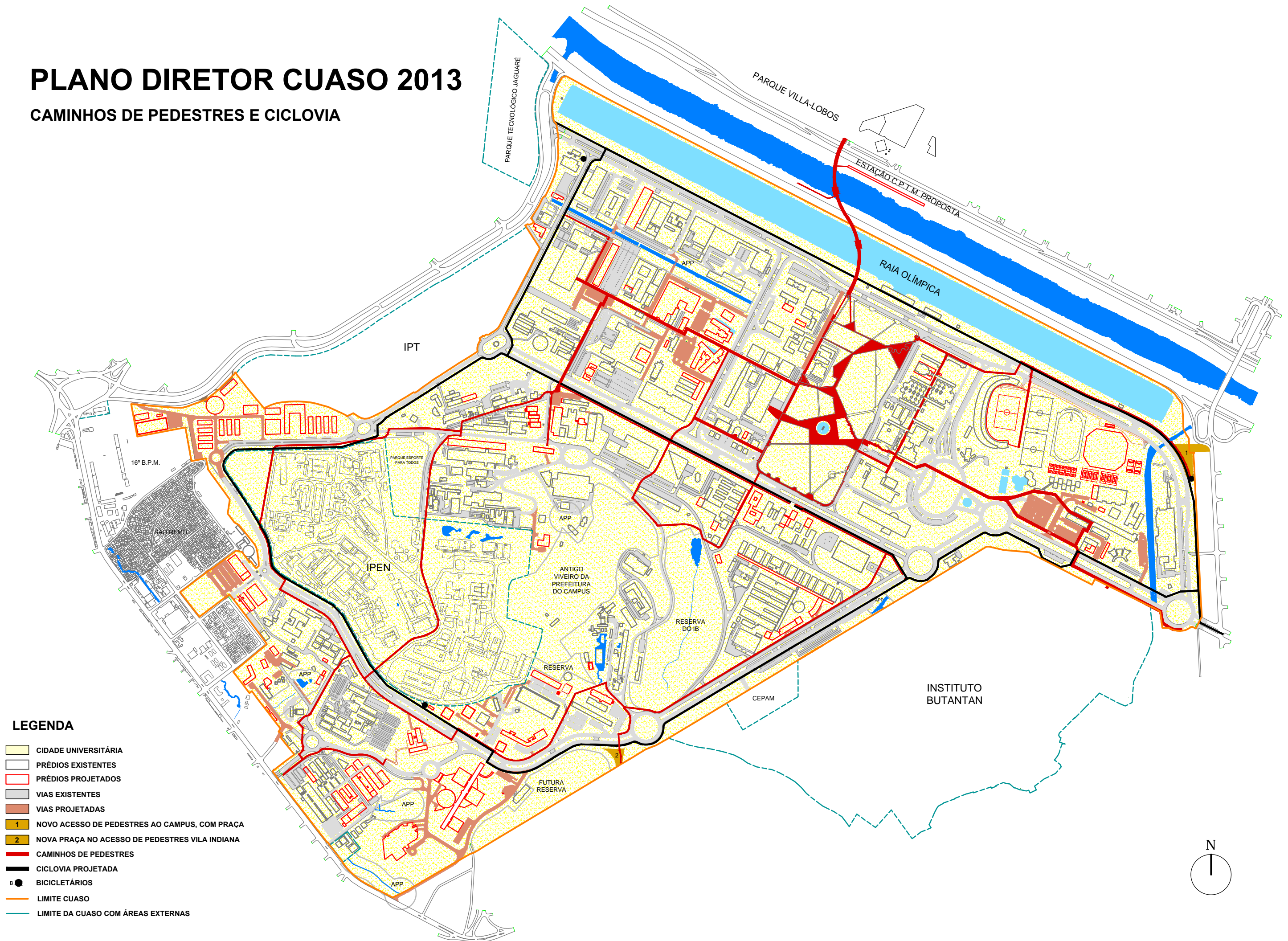
PLANO DIRETOR CUASO 2013

ÁREAS NÃO EDIFICÁVEIS



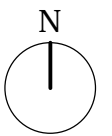
PLANO DIRETOR CUASO 2013

CAMINHOS DE PEDESTRES E CICLOVIA



LEGENDA

- CIDADE UNIVERSITÁRIA
- PRÉDIOS EXISTENTES
- PRÉDIOS PROJETADOS
- VIAS EXISTENTES
- VIAS PROJETADAS
- 1 NOVO ACESSO DE PEDESTRES AO CAMPUS, COM PRAÇA
- 2 NOVA PRAÇA NO ACESSO DE PEDESTRES VILA INDIANA
- CAMINHOS DE PEDESTRES
- CICLOVIA PROJETADA
- BICICLETÁRIOS
- LIMITE CUASO
- LIMITE DA CUASO COM ÁREAS EXTERNAS



PLANO DIRETOR CUASO 2013

ÁREAS PARA EXPANSÃO DA CIDADE UNIVERSITÁRIA

ÁREAS USP A SOLICITAR REINTEGRAÇÃO A C.U.A.S.O (COM RESSARCIMENTO DE BENFEITORIAS)

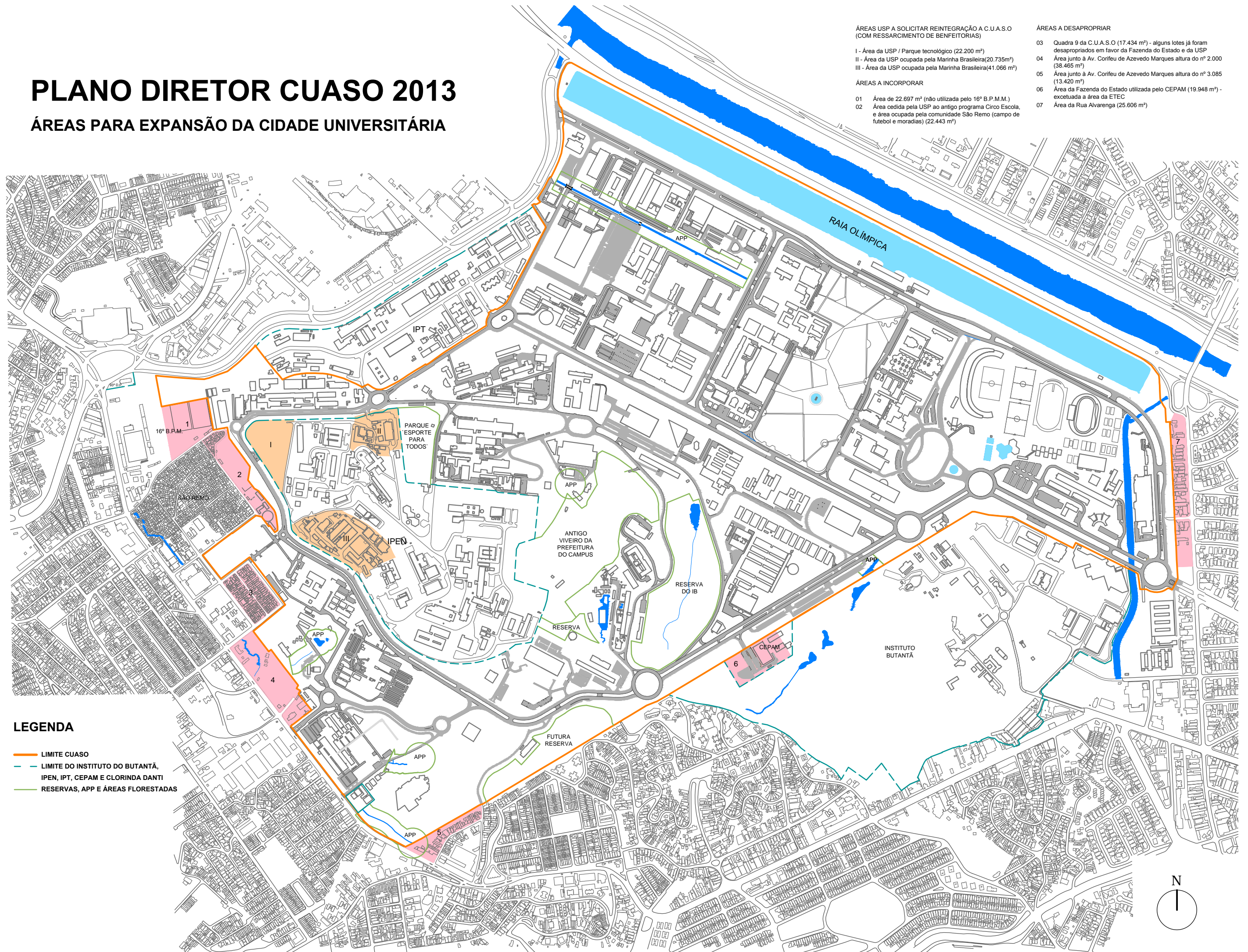
- I - Área da USP / Parque tecnológico (22.200 m²)
- II - Área da USP ocupada pela Marinha Brasileira (20.735m²)
- III - Área da USP ocupada pela Marinha Brasileira (41.066 m²)

ÁREAS A INCORPORAR

- 01 - Área de 22.697 m² (não utilizada pelo 16º B.P.M.)
- 02 - Área cedida pela USP ao antigo programa Circo Escola, e área ocupada pela comunidade São Remo (campo de futebol e moradias) (22.443 m²)

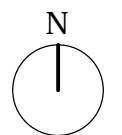
ÁREAS A DESAPROPRIAR

- 03 - Quadra 9 da C.U.A.S.O (17.434 m²) - alguns lotes já foram desapropriados em favor da Fazenda do Estado e da USP
- 04 - Área junto à Av. Corifeu de Azevedo Marques altura do nº 2.000 (38.465 m²)
- 05 - Área junto à Av. Corifeu de Azevedo Marques altura do nº 3.085 (13.420 m²)
- 06 - Área da Fazenda do Estado utilizada pelo CEPAM (19.948 m²) - excetuada a área da ETEC
- 07 - Área da Rua Alvarenga (25.606 m²)

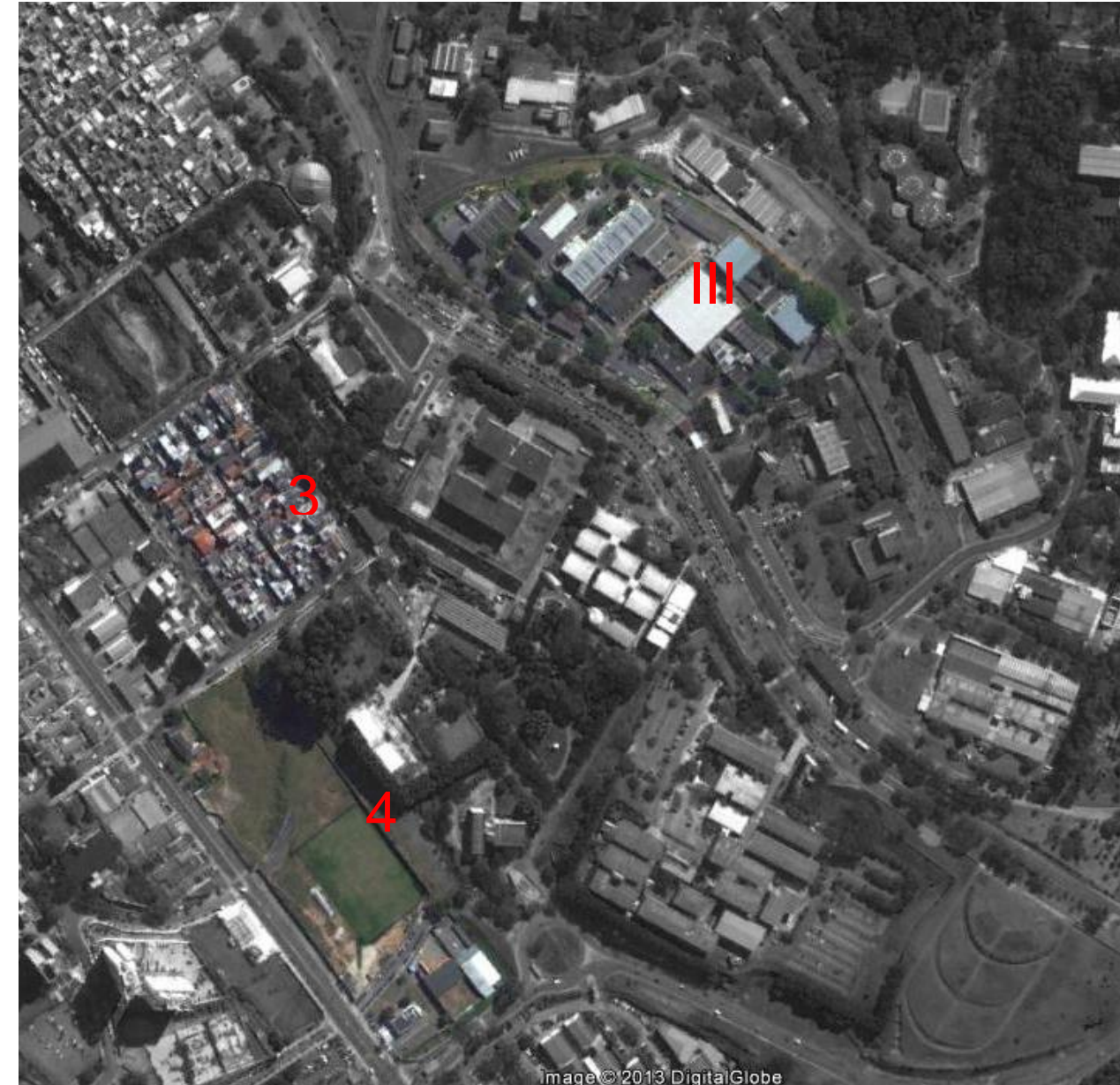
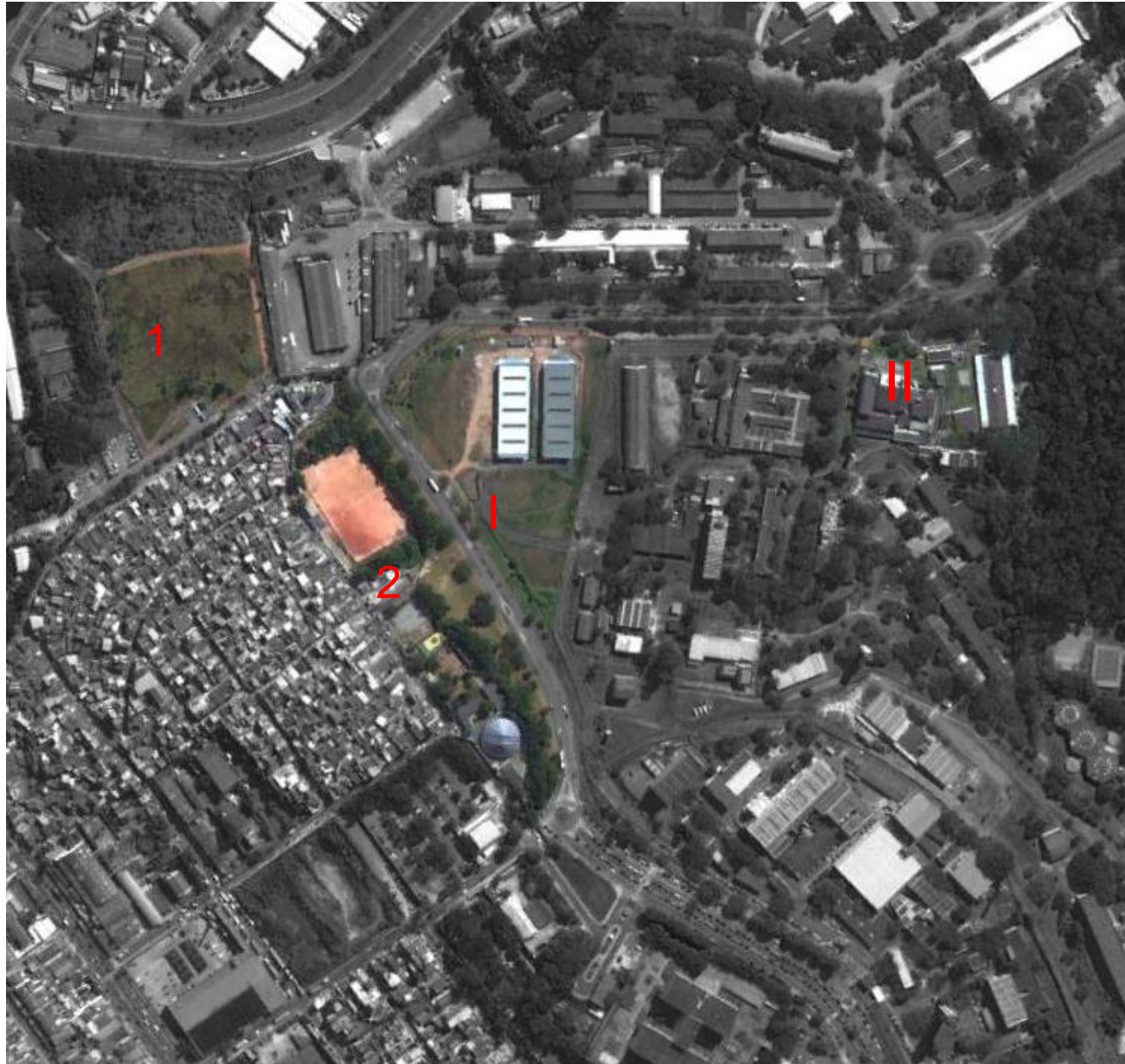


LEGENDA

- LIMITE CUASO
- LIMITE DO INSTITUTO DO BUTANTÃ, IPEN, IPT, CEPAM E CLORINDA DANTI
- RESERVAS, APP E ÁREAS FLORESTADAS



ÁREAS PARA EXPANSÃO DA C.U.A.S.O.



ÁREAS PARA EXPANSÃO DA C.U.A.S.O.



MEMORIAL DO PLANO DIRETOR

MEMORIAL DO PLANO DIRETOR C.U.A.S.O. – 2013

Atividades da Comissão responsável pelo Plano Diretor C.U.A.S.O. – 2013

Foram realizadas as seguintes atividades pela Comissão: reuniões em 18/04/2012, 06/06/2012, 19/06/2012, 07/08/2012, 18/09/2012 (apresentação do Plano Diretor do Instituto Butantã para a Comissão), 16/10/2012, 29/10/2012 (reunião com a Diretoria do Instituto Butantã), 31/10/2012, 13/11/2012, 27/11/2012 (apresentação da versão preliminar do Plano Diretor ao Reitor), 09/01/2013 (visita ao D.P.H. / CONPESP), 15/01/2013, 22/01/2013 (vistoria na C.U.A.S.O. com o D.P.H. / CONPESP), 26/02/2013, 08/03/2013 (reunião na CPTM), 02/04/2013.

Em 28/08/2012 foi realizado Simpósio no IEE como subsídio ao Plano Diretor.

Houve também reunião em 30/11/2012 com o Arquiteto Bruno Padovano, sobre a proposta de ciclopasseira sobre o Rio Pinheiros.

Em 12/03/2013 foi realizada reunião na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, sobre a Operação Urbana Vila Sônia e a Cidade Universitária. Ver Pró-Memória da reunião em anexo.

Por iniciativa da PUSP-C foi elaborado questionário sobre dados físicos, populacionais e de usos e encaminhados às instituições que limitam com a C.U.A.S.O.: Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares – IPEN, Instituto Butantã, Instituto de Pesquisas Tecnológicas – I.P.T. e Centro de Pesquisas e Administração Local - CEPAM.

Colóquio Acadêmico “Energia, Eficiência e Sustentabilidade”

O Colóquio “Energia, Eficiência e Sustentabilidade: aparelhos públicos e edificações na C.U.A.S.O. (Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira)” foi realizado em 28 de agosto de 2012, de 9h00 às 13h00 h, no Anfiteatro do Prédio de Materiais do IEE/USP, por iniciativa deste Instituto, para subsidiar o Plano Diretor C.U.A.S.O. - 2013.

Este colóquio teve por finalidade discutir plano diretor para uma Cidade Universitária; apresentar propostas e projetos; avaliar a inclusão de temas como sustentabilidade, uso racional de energia e novas tecnologias que preconizam a eficiência energética nas edificações, equipamentos e aparelhos públicos.

A programação do Colóquio abrangeu a abertura por Ildo Luis Sauer, Diretor do IEE / USP, a apresentação dos objetivos por Elvo Calixto Burini Junior, IEE/USP, a palestra “Edifícios Sustentáveis: o caso CECAS (Centro de Estudos de Clima e Ambientes Sustentáveis)”, por Marcelo de Andrade Romero, Diretor da FAU/USP, a palestra “Eficiência Energética para as Edificações num Plano Diretor Universitário”, por Leonardo Octávio Assaf, Universidad Nacional de Tucuman, Argentina e a palestra “Luz Branca na Iluminação Pública da C.U.A.S.O.”, por Enea Neri, Prefeitura do Campus da Capital / PUSP-C.

Desdobramentos do Plano Diretor C.U.A.S.O. – 2001

Alteração da zona de uso do solo e dos índices urbanísticos da C.U.A.S.O. no Plano Diretor do Município

Após a elaboração do Plano Diretor da C.U.A.S.O. – 2001 foram feitos alguns contatos com a Prefeitura Municipal de São Paulo, para solicitação das seguintes alterações no Plano Diretor da Cidade de São Paulo:

- Configuração correta dos limites da Cidade Universitária “Armando de Salles Oliveira”;
- Inclusão de todo o território da C.U.A.S.O. em uma única Zona de Uso no Plano Diretor da Cidade de São Paulo (naquele ano de 2001 parte da C.U.A.S.O. era Z-2 e parte era Z-8);
- Os índices urbanísticos desta Zona de Uso da Cidade Universitária deveriam ser os indicados no Plano Diretor da C.U.A.S.O. – 2001: coeficiente de aproveitamento máximo de 0,5 e taxa de ocupação máxima de 0,2;
- O gabarito, altura máxima dos edifícios, deveria ser de 27 metros acima do nível do solo e no máximo 6 pavimentos, limites que poderiam admitir exceções.

Parte destas recomendações foi incorporada ao Plano Regional Estratégico – P.R.E. do Butantã, Lei nº 13.885, de 25 de agosto de 2004. Atualmente a Cidade Universitária, juntamente com o Instituto Butantã e o Instituto de Pesquisas Tecnológicas, situa-se em uma única zona de uso do solo, a Zona de Ocupação Especial – ZOE.

Mas não foram estabelecidos índices urbanísticos ou gabarito máximo para as ZOE no P.R.E. do Butantã.

Há incorreções no Plano Regional Estratégico da Subprefeitura do Butantã em relação aos limites da C.U.A.S.O. e o viário da Cidade Universitária “Armando de Salles Oliveira” está desatualizado. Ver prancha 04, anexa, intitulada “Uso e Ocupação do Solo”.

Será necessário que a USP trate destas questões com a Subprefeitura do Butantã e outros órgãos municipais envolvidos na atualização do Plano Diretor da Cidade de São Paulo.

Criação da Coordenadoria do Espaço Físico da USP

O Plano Diretor da C.U.A.S.O. - 2001 propôs a criação da Coordenadoria do Espaço Físico da USP – Coesf-USP, em substituição ao Fundo de Construção da USP – FUNDUSP.

Esta recomendação foi acatada pela Reitoria, tendo sido criada a Coesf-USP, sucedida posteriormente pela atual Superintendência do Espaço Físico da USP, SEF-USP.

A evolução da Cidade Universitária entre 2001 e 2013

Em pouco mais de 10 anos, de 2001 a 2013, intervalo desde o último Plano Diretor, houve várias alterações na Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira".

O propósito deste trabalho não é fazer o levantamento exaustivo das alterações pelas quais esta Cidade Universitária vem passando, mas propor um marco regulatório para preservar sua qualidade ambiental e seus espaços construídos significativos e para ordenar a implantação de usos futuros e o relacionamento com o entorno.

Faz-se necessário elencar algumas destas transformações, no entanto, pela sua importância.

Alguns edifícios e espaços na Cidade Universitária foram protegidos por dispositivos incluídos no Plano Diretor da Cidade de São Paulo (Lei 13.885/2004). Ver planta *Bens Tomados, em Tombamento e a Preservar*.

Foi iniciada a construção de dois grandes empreendimentos já previstos em 2001, o Centro de Convenções da USP e os Museus da USP na última grande área disponível da C.U.A.S.O., junto à Avenida Corifeu de Azevedo Marques. Outra obra de grande porte é a Biblioteca Brasileira, cuja 1ª Etapa foi concluída em 2013.

Foi decidida pela atual gestão reitoral a mudança da Reitoria para o prédio construído para este fim e realizada reforma em que somente permaneceu inalterada a estrutura do prédio, concluída em 2013.

Foram elaborados 12 planos diretores para Unidades ou setores da C.U.A.S.O. e para 4 Unidades existe estudo volumétrico para expansão predial ou plano diretor em elaboração. Ver planta *Planos Diretores*.

Foram criadas duas reservas ecológicas na Cidade Universitária, sendo uma delas localizada entre o Instituto de Biociências e o Instituto de Ciências Biomédicas (Reserva do Cerrado), outra próxima da Rua Professor Gabriel Silvestre Teixeira de Carvalho (área de preservação permanente devida a uma nascente). Foi encaminhada à SEF para definição das coordenadas os limites de uma terceira reserva, na área florestada junto ao limite da C.U.A.S.O. com a Vila Indiana. Ver planta *Implantação Geral*.

Foi inaugurada a Estação Butantã da linha 4 – Amarela do Metrô na Avenida Vital Brasil e a PUSP-C criou o Bilhete USP.

Foram construídos 48.192 m² na Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira" entre 2001 e 2011 e estão previstas várias novas edificações. Ver planta *Implantação Geral* e outras onde constam estes prédios propostos, aproximando a Cidade Universitária de seu limite de esgotamento.

Foram definidos, juntamente com as áreas técnicas de todas as operadoras de telefonia celular em atividade em São Paulo, três áreas na Cidade Universitária para receber suporte compartilhado para instalações de antenas celulares. Estão em fase de conclusão as instalações nestes três locais, situados junto às Unidades ICB, FCF e EP.

Em termos de gestão, a Universidade agiu em alguns aspectos que refletiram no espaço físico: ao beneficiar com o vale refeição os funcionários da Universidade reduziu a demanda nos restaurantes subsidiados da Superintendência de Assistência Social – SAS, anteriormente denominada COSEAS.

A PUSP-C realizou duas edições do *Fórum Permanente sobre o Espaço Público: a USP e a Especificidade de seus Campi*, em 2008 (1ª edição) e de agosto de 2010 a abril de 2011 (2ª edição – *Campus Sustentável*), abertos à Comunidade USP e a participantes da sociedade paulistana para discussão de questões de planejamento e gestão da C.U.A.S.O., colocando em prática nos anos seguintes parte das propostas e recomendações resultantes.

O traçado da Avenida Intersectorial foi alterado para permitir expansão da FMVZ.

Em 2012 foi recuperada parte de uma área que a USP cedera inicialmente ao D.E.R. e que posteriormente foi ocupada pelo 16º B.P.M. (atual 16º B.P.M.M.) e mais recentemente também pelo Comando de Policiamento de Área Metropolitana da Zona Oeste (CPA/M-5).

Acentuou-se o problema de congestionamento para saída de veículos da C.U.A.S.O. no pico da tarde (entre 17 e 20 horas).

Em final de 2011 foi firmado um convênio entre a Universidade e a Secretaria da Segurança Pública de São Paulo, prevendo a ação da força policial dentro da C.U.A.S.O.

Foi firmado um Termo de Cooperação entre a Companhia de Engenharia de Tráfego – CET e a Universidade de São Paulo, por iniciativa da PUSP-C.

Alteração do nome de vias da Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira"

No início da atual gestão reitoral a Prefeitura do Campus da Capital renomeou algumas vias da Cidade Universitária, por motivo de adequação à decisão da Reitoria de retorno ao prédio construído especialmente para este uso.

Assim, a antiga Travessa "J" foi renomeada Rua da Reitoria; a "Rua da Reitoria" (interligação da até então Praça da Reitoria à Rua do Anfiteatro, que separou dois blocos do Conjunto Residencial da USP - CRUSP) foi renomeada Rua da Praça do Relógio e a "Praça da Reitoria" passou a se denominar Praça do Relógio Solar.

A mudança de nomes destas duas ruas e da praça foi publicada no Diário Oficial do Município de São Paulo, em 5 de março de 2010. Apesar desta oficialização, é necessária uma divulgação junto aos diversos órgãos municipais e às empresas responsáveis por guias de vias da Cidade de São Paulo impressos, virtuais e baseados em GPS, para eliminar possíveis desorientações.

Museus da Universidade de São Paulo

O complexo dos Museus da Universidade de São Paulo está em implantação na Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira", em trecho definido pelas vias: Avenida Corifeu de Azevedo Marques, Rua Francisco dos Santos (antiga Rua do Mercadinho), Rua Professor Gabriel Silvestre Teixeira de Carvalho, Avenida Intersetorial e Avenida Professor Lineu Prestes.

Esta é uma das últimas áreas da Cidade Universitária disponível para implantação de empreendimentos de grande porte, como os edifícios para os Museus da USP e o Centro de Convenções da USP, também em construção.

Apesar da topografia acidentada, a área tem uma grande vantagem que é a de oferecer a alternativa de acesso a partir de uma importante via urbana adjacente, a Avenida Corifeu de Azevedo Marques. Esse fator viabiliza o uso do complexo independente das demais atividades da C.U.A.S.O. e dos outros portões de acesso.

Histórico do projeto

A primeira decisão para se implantar os museus da USP data da gestão reitoral Marcovitch (1998-2011).

O escritório Paulo Mendes da Rocha Arquitetos Associados SS Ltda foi contratado pela Universidade em 2011 e é o responsável pela nova versão do projeto elaborada em conjunto com o escritório Piratininga Arquitetos Associados.

O programa atual prevê uma nova sede para o Museu de Arqueologia e Etnologia (prédio MAE, 19.457,58 m²), uma nova sede para o Museu de Zoologia (prédio MZO, 17.753,61 m²), um Edifício Expositivo (prédio EEX, 23.625,56m², sendo 5.490,52 m² de garagem), um Edifício de Atividades Culturais (prédio EAC, 2.311,38 m²), para exposições temporárias diversas e uma passarela coberta para pedestres fazendo a conexão destes edifícios, sendo também denominada "rua aérea".

Também está prevista a Praça dos Museus - comum aos prédios do MAE e MZO – que é uma edificação que interliga os demais edifícios do complexo, constituída por dois níveis e área total de 13.792 m². Além dos edifícios citados, estão previstos estacionamentos e praça de acesso.

A Rua Aérea, além de peça articuladora das edificações do complexo dos Museus da USP, também constituirá uma passagem de usuários da C.U.A.S.O. com destino à Avenida Corifeu de Azevedo Marques ou ao Centro de Convenções.

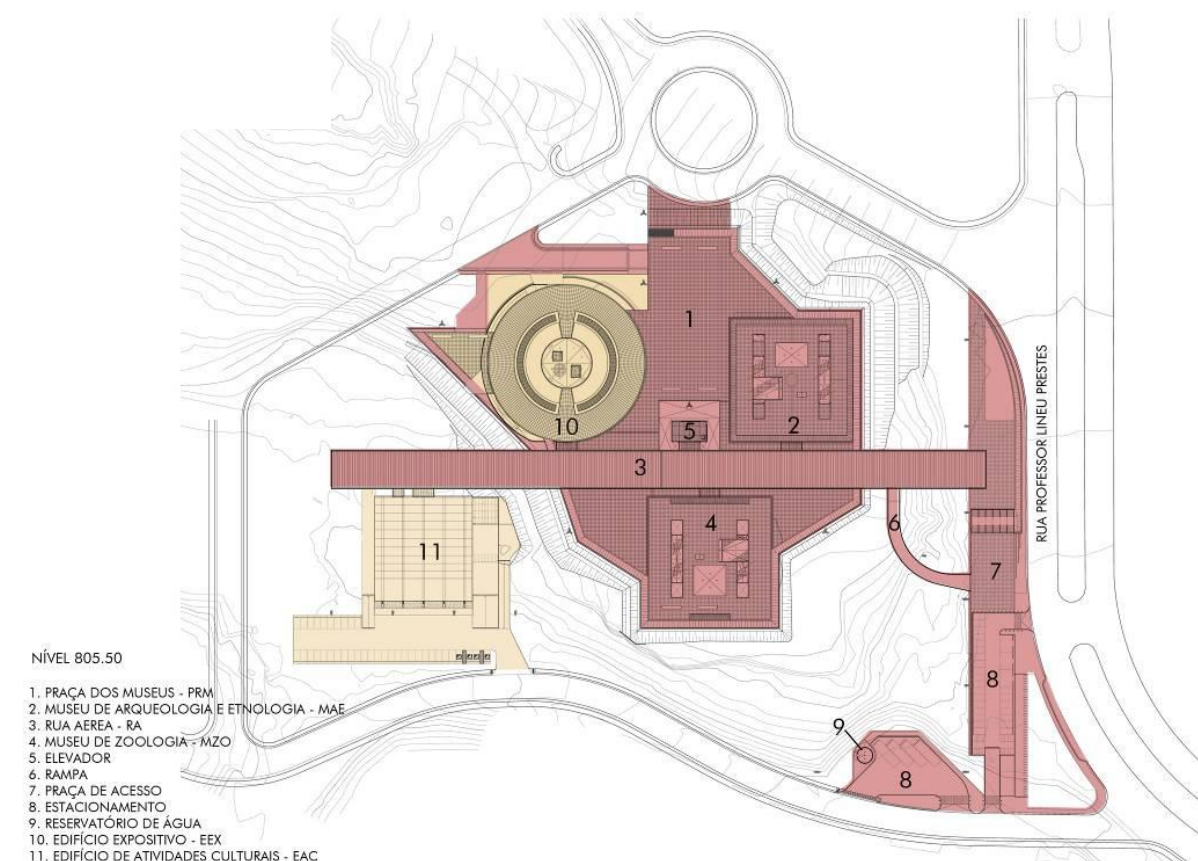
Com característica de pavilhão, este edifício foi projetado com largura de 14m e comprimento total de 242,60m, tendo acesso à Avenida Lineu Prestes por uma rampa em curva.

Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta e as obras iniciadas do MAE

Parte da obra do conjunto foi iniciada pelas empresas Brookfield São Paulo Empreendimentos Imobiliários S/A, Brascan Faria Lima SPE S/A e Maragogipe Investimentos e Participações Ltda, devido a um Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta Extrajudicial (ACORDO) assinado em 22 de novembro de 2010.

As obrigações previstas no ACORDO e em execução pela Brookfield São Paulo Empreendimentos Imobiliários S/A foram as seguintes:

1. A elaboração, sob coordenação do projeto arquitetônico, dos projetos executivos para realização das obras do complexo do "Parque dos Museus";
2. Parte da construção da nova sede do MAE, compreendendo a execução da estrutura de concreto armado e a instalação dos caixilhos externos;
3. Construção da estrutura da passarela de ligação, trecho da Avenida Professor Lineu Prestes até o acesso à nova sede do MAE.



Fonte: Piratininga Arquitetos Associados.

O edifício da Biblioteca Brasileira, Instituto de Estudos Brasileiros e Biblioteca de Obras Raras

O Plano Diretor C.U.A.S.O. – 2001 não previu nenhuma construção na área onde atualmente está em término de conclusão o edifício de grande porte (20.000 m²) da Biblioteca Brasileira¹ Guita e José Mindlin, que é um órgão da Pró-reitoria de Cultura e Extensão Universitária. Sua criação data de janeiro de 2005 e resultou do compromisso assumido pela Universidade para receber em doação o

¹ O projeto de arquitetura foi desenvolvido pelos escritórios de Eduardo de Almeida e Rodrigo Mindlin Loeb, com a assessoria da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

acervo de livros e manuscritos reunido ao longo de mais de oitenta anos pelo bibliófilo José Mindlin e sua esposa Guita. São cerca de 17.000 títulos, ou 40.000 volumes.

Segundo divulgação institucional, "Além de abrigar a "Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin - garantindo as melhores condições de acesso aos seus usuários - e suas atividades regulares de pesquisa, ensino e extensão, o novo edifício será a sede do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) e do Departamento Técnico do Sistema Integrado de Bibliotecas da USP. Nesta sua nova casa, o SIBi-USP comprometeu-se com a implantação da Biblioteca de Obras Raras da USP".

Quando da elaboração do Plano Diretor da C.U.A.S.O. - 2001 o SIBi foi consultado sobre a possível criação de uma Biblioteca Central para a C.U.A.S.O., mas se pronunciou de forma contrária.

A Biblioteca Brasileira desempenhará em parte este papel.

Evolução da área construída na C.U.A.S.O.

Segundo dados do Anuário Estatístico da USP, foram construídos 101.993 m² entre 1998 e 2011 na C.U.A.S.O. No mesmo intervalo de tempo, o acréscimo de área construída na USP como um todo foi de 411.079 m². Ver *Indicadores* deste Plano Diretor, em anexo.

Analisando os valores absolutos e o gráfico sobre área construída na Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira", nos *Indicadores* deste Plano Diretor, pode causar estranheza a grande diminuição de área registrada para a C.U.A.S.O. a partir de 2008, embora a realidade observada mostre um prosseguimento no ritmo de novas construções.

Houve demolições na CUASO no período 2008 a 2011, como a referente aos "barracões provisórios" 1, 6, 8, 9, 17,18 e do barracão "Baías de Equinos" da FMVZ (cerca de 860 m² cada barracão) e da sede da PURA e PURE, todos nas Travessas 4 e 5, para dar lugar ao Instituto de Relações Internacionais (1ª etapa concluída) e ao Centro de Difusão internacional (em obras) além da demolição de um edifício no IF, mas a maior parte da diferença provém de outros aspectos, apresentados a seguir:

1. Dados mais precisos do que os anteriormene disponíveis, devido a levantamento a partir de 2009 de todos os pavimentos de todos os prédios das seguintes Unidades, por iniciativa da Superintendência do Espaço Físico - SEF: CCE, CEPEUSP, EEFE, FCF, FE, FMVZ, FO, IB, ICB, IEB, IEE, IF, IG, IO, IQ, MAE, RUSP (Colméias, Restaurante Central, Anfiteatro Camargo Guarnieri);
2. Registro de dados por localização geográfica, a partir de 2010, por iniciativa da SEF, para facilitar o planejamento físico e a tomada de decisões – o Anuário Estatístico passou a informar os dados da C.U.A.S.O. em separado. Assim, o prédio da Rua Maranhão foi separado dos dados históricos da FAU, o conjunto de Valinhos do restante do IAG, as bases de Ubatuba e Cananéia do IO na C.U.A.S.O., a área do prédio da Bienal cedido ao MAC do total desta Unidade na C.U.A.S.O., da COSEAS foram separadas as áreas ocupadas na FSP (creche), na EE (restaurante) e na FD (restaurante), da COCESP foi separada a área que ocupa na EACH e finalmente da RUSP foram isolados os dados referentes ao Engenho dos Erasmos em Santos, CIENTEC, Casa de D. Yayá, Estação Ciência e prédio da Rua Maria Antônia.
3. A partir de 2011 foi retirada do total da EP a área do prédio do Centro Tecnológico de Recursos Hídricos (cerca de 29.000 m²) por motivo desta Unidade ter declarado à SEF que este edifício

pertence ao Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE, órgão gestor dos recursos hídricos do Estado de São Paulo, e não à USP (o que precisa ser reavaliado).

As novas construções na C.U.A.S.O.

No ano de 2008

A área total construída, entre novos edifícios e ampliações de edifícios existentes, em 2008 na C.U.A.S.O. foi de 945,21 m²: FMVZ (Ampliação Hospital de Equinos) - 215,02 m²; IME (NumeC) - 730,19 m².

Neste ano o total de área construída na USP foi 18.349,47m²

No ano de 2009

A área total construída, entre novos edifícios e ampliações de edifícios existentes, em 2009 na C.U.A.S.O. foi de 5.194,21 m²: Ampliação CTI (Edifício Anexo) - 1334,21m²; edifício novo na ECA (Bloco C) – 3.860,00 m².

Neste ano o total de área construída na USP foi 16.572,37 m².

No ano de 2010

A área total construída, entre novos edifícios e ampliações de edifícios existentes, em 2010 na C.U.A.S.O. foi de 5.605,53 m²: EEFE (Bloco de Laboratórios) - 2338,15 m², IP (Ampliação do Bloco G) - 1098,45 m², IO (Bloco Didático) - 2168,93 m².

Neste ano o total de área construída na USP foi 25.025,04 m².

No ano de 2011

A área total construída, entre novos edifícios e ampliações de edifícios existentes, em 2011 na C.U.A.S.O. foi de 10.064,27 m²: IG (Laboratório de Geocronologia): 1416,34 m², COSEAS (Moradia Bloco A1) - 5336,45 m², IRI (1ª Etapa) - 2229,62 m², IF (Ampliação do Restaurante) - 180,93 m² e IME (Centro do Software Livre) - 900,93 m².

Neste ano o total de área construída na USP foi 23.278,52 m².

No ano de 2012

Foram várias as construções iniciadas e concluídas na C.U.A.S.O. em 2012: ampliação da Biblioteca da FEA, Centro do Software Livre (Bloco C) do IME, metade da Biblioteca Brasileira, metade da Biblioteca da FE, Bloco Didático da FOFITO, Lanchonete e Galpão Provisório da FMVZ. O Anuário Estatístico registrou 28.711,04 m² de área construída na C.U.A.S.O. e 43.607,78 m² na USP.

As seguintes obras iniciadas em 2012 prosseguem em obras em 2013: restante da Biblioteca Brasileira, segunda parte da Biblioteca da FE, Museu da USP, Centro de Convenções da USP, Centro de Difusão Internacional – prédio 1 (CDI-1), reforma com ampliação do Anfiteatro Camargo Guarnieri, ampliação do SAUSP, ampliação do Bloco 17 da FMVZ e Bloco de Serviço e Centro Acadêmico da FMVZ.

Evolução da população da C.U.A.S.O.

A tabela "Evolução da População" traz um comparativo entre a população da C.U.A.S.O. e a da Universidade como um todo. Considerando os dados de 2001 a 2011, percebem-se algumas tendências:

O percentual dos alunos de graduação da C.U.A.S.O. em relação ao total de alunos de graduação da USP entre 2001 e 2011 diminuiu de 72,14% a 54,77%.

O total de alunos de pós-graduação da C.U.A.S.O. em 2001 era de 59,86% em relação ao total de alunos de pós-graduação da USP, passando a 55,21% em 2011.

O total de docentes da C.U.A.S.O. passou de 57,77% em 2001 a 50,31% em 2011 em relação ao total de docentes da USP.

A população total da C.U.A.S.O. representou 64,08% em relação ao total da USP em 2001 e 54,68% em 2011.

O que isto significa? Que apesar da USP ter 7 campi, o seu primeiro Campus, a C.U.A.S.O., abriga mais da metade da sua população, metade do total dos docentes da Universidade e é o local onde a maior parte dos alunos de pós-graduação se encontra.

A tendência evolutiva mostra que os demais campi contribuíram principalmente com vagas de graduação entre 2001 e 2011.

A população total da C.U.A.S.O. passou de 58.327 pessoas em 2001 para 63.784 pessoas em 2011.

O Bilhete USP (BUSP)

A Cidade Universitária desde os anos 1950 dispõe de algum tipo de transporte coletivo para atender alunos e funcionários. Estes ônibus eram de propriedade da USP e seus motoristas e mecânicos, funcionários desta Universidade.

Os ônibus sempre foram gratuitos e serviam para completar o deslocamento até a Unidade de estudo / trabalho desde o portão de pedestres mais próximo da estação de trem (portão da FEPASA, atual CPTM), ou de pontos de ônibus urbanos na Avenida Corifeu de Azevedo Marques e na Avenida Eusébio Matoso.

O percurso destes ônibus da USP incluía um trecho externo à Cidade Universitária, passando pela Avenida Afrânio Peixoto e com parada na Praça Vicente Rodrigues. Posteriormente o percurso destes ônibus foi limitado à área interna da C.U.A.S.O., para reduzir o tempo de espera nos pontos de embarque.

Foi definido um percurso pelas principais avenidas da Cidade Universitária para os ônibus da USP e criadas duas linhas neste mesmo percurso, mas girando em sentidos contrários. Este percurso dos ônibus circulares foi reduzido quando da abertura da avenida Professor Ernesto de Moraes Leme, ligando a Avenida Professor Almeida Prado (altura da Prefeitura do Campus) à Avenida Professor Lineu Prestes, nas proximidades do H.U.

O problema era e continua sendo transportar pessoas da Comunidade USP que, chegando a Cidade Universitária por diferentes acessos, precisa se locomover até o seu local de estudo ou trabalho. Cada vez mais pessoas. E atendimento que inclui o período noturno.

Existem outras opções de acesso à C.U.A.S.O. para quem não dispõe de automóvel: algumas linhas de ônibus urbanos (pagos) que descem a Avenida Eusébio Matoso entram na Cidade

Universitária pelo portão principal e fazem um percurso interno extenso até pararem no terminal da Avenida Professor Almeida Prado. Este terminal também serve a ônibus metropolitanos.

Também são utilizados ônibus fretados particulares para acesso à C.U.A.S.O., alguns oriundos de outros municípios, mas que não têm acesso ao terminal da Almeida Prado.

Contudo, a Estação Butantã do Metrô, da Linha 4 – Amarela foi inaugurada, vindo alterar este quadro.

Em 2009, havia na Cidade Universitária duas linhas de ônibus circulares da USP e 20 carros para fazer o percurso de 12 quilômetros (percursos iguais, sentidos contrários), cada volta realizada em 50 minutos, 12.000 passageiros por dia. A dificuldade era manter mais de 6 carros por linha e reduzir as filas nos horários de pico.

Em fevereiro de 2012, foi iniciado o sistema do Bilhete USP (BUSP), por iniciativa da PUSP-C, para melhorar o serviço de transporte gratuito na C.U.A.S.O. e propiciar acesso direto da Estação Butantã do Metrô a esta Cidade Universitária.

A prestação dos serviços foi contratada junto à SPTrans, empresa da Administração Municipal, com a implantação de duas linhas de ônibus (linhas 8012 e 8022), com 7 carros por linha, para realizar percursos idênticos aos Circulares USP, porém conectados à estação Butantã do metrô.

Todo integrante da Comunidade USP recebeu um cartão que permite realizar estas viagens gratuitamente. Mas o sistema é aberto ao uso de pessoas sem vínculo com a USP, passageiros pagantes que ajudam a subsidiar as viagens da Comunidade USP. Dos usuários deste sistema 70% são da USP e 30% são pessoas sem vínculo com a Universidade.

Dos antigos ônibus circulares restam 5 carros em operação; em geral quatro nos itinerários dentro da Cidade Universitária e um carro realizando o "Giro Cultural".

Atualmente o sistema "Bilhete USP" conta com 18 carros, e devido à crescente utilização por parte da Comunidade, medidas operacionais têm sido implantadas de maneira a diminuir os impactos negativos decorrentes do crescimento observado. Ver matéria a respeito, em *Reportagens*.

Planos Diretores de Unidades na Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira" - C.U.A.S.O. elaborados entre 2001 e 2013

Entre o ano de finalização do Plano Diretor Físico da C.U.A.S.O. – 2001 e o presente ano de 2013, a Superintendência do Espaço Físico da USP – SEF-USP² elaborou vários planos diretores de Unidades sediadas nesta Cidade Universitária, respeitando os princípios estabelecidos em 2001.

Os planos diretores físicos de Unidades da C.U.A.S.O. elaborados pela SEF-USP entre 2001 e 2013 foram os que trataram das seguintes instituições:

- Instituto de Biociências – I.B., plano diretor elaborado em 2004;
- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - F.F.L.C.H., plano diretor elaborado em 2005 e atualizado em 2012/2013;

² A Superintendência do Espaço Físico da USP / SEF-USP sucedeu à Coordenadoria do Espaço Físico da USP / Coesf-USP, pela Resolução nº 5931 criada em 19 de julho de 2011 (D.O.E. - 20.07.2011).

- Instituto de Matemática e Estatística, em 2010;
- Hospital Universitário, em 2005, atualizado em 2011 (alterações devidas à expansão da Fonoaudiologia, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, à implantação da sede da Superintendência de Saúde e ao novo edifício que abrigará o Projeto E.L.Z.A./ H.U.);
- Plano de Recuperação do Conjunto Residencial da USP – CRUSP, em 2009;
- Instituto de Ciências Biomédicas – I.C.B., em 2011;
- Faculdade de Educação – F.E., em 2011;
- Instituto Oceanográfico – I.O., Expansão em terreno devolvido ao uso da C.U.A.S.O. pelo Instituto de Energia Nuclear, em 2011;
- Prefeitura do Campus da Capital – PUSP-C, em 2012;
- Setor 2 da C.U.A.S.O., definido pelas avenidas Almeida Prado, Luciano Gualberto, Lúcio Martins Rodrigues e Mello Moraes; plano com proposta de alteração do sistema viário secundário e expansão da Escola Politécnica, em 2012;
- Parque dos Museus, em 2012 / 2013, com proposta do sistema viário para atender ao complexo dos Museus da USP e ao Centro de Convenções da USP;
- Instituto de Energia e Eletrotécnica – I.E.E., plano diretor em elaboração.

Foi elaborado estudo volumétrico para expansão do Instituto de Geociências, estudo de expansão para o Instituto de Química e para a Faculdade de Ciências Farmacêuticas (atualmente na fase de elaboração de projetos executivos) e de novas instalações no CEPEUSP (projeto em desenvolvimento, a ser submetido ao Conpresp).

Ainda a Superintendência do Espaço Físico recomendou alterações no Plano Diretor da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia elaborado por empresa contratada pela própria Unidade em 2010, aprovando posteriormente este plano.

O Plano Diretor da ECA, elaborado por firma contratada por esta Unidade, não será executado em razão de novo estudo para mudança das instalações desta escola para parte da área dos antigos pavilhões provisórios (Setor 2 da C.U.A.S.O.), que foram demolidos.

Nos planos diretores de Unidades foram propostos eixos de mobilidade para o pedestre com acessibilidade para portadores de necessidades especiais, adequação dos pontos de acesso ao transporte coletivo (quando necessário), adequação dos acessos viários, otimização de estacionamentos e reserva de vaga(s) para portadores de necessidades especiais.

Em todos os planos diretores de Unidades foram previstas volumetrias para futuras edificações.

Legislação promulgada após 2001 que afeta a C.U.A.S.O.

- Lei Municipal nº 13.430, de 13 de setembro de 2002, que instituiu o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo.
- Lei Municipal nº 13.885, de 25 de agosto de 2004, que instituiu os Planos Regionais Estratégicos das Subprefeituras e dispôs sobre o parcelamento, disciplina e ordenação do uso e ocupação do solo no Município de São Paulo.
- Lei Estadual nº 12.526, de 2 de janeiro de 2007 de São Paulo, que estabeleceu normas para a contenção de enchentes e destinação de águas pluviais.
- Lei Municipal nº 14.459 de 03 de julho de 2007, que dispõe sobre a instalação de sistema de aquecimento de água por energia solar nas novas edificações do Município de São Paulo.
Art. 1º Fica acrescido o item à Seção 9.3 - Instalações Prediais do Anexo I da Lei nº 11.228, de 25 de junho de 1992 (Código de Obras e Edificações), com a seguinte redação:
"9.3.5 As edificações novas deverão ser providas de instalações destinadas a receber sistema de aquecimento de água por meio do aproveitamento da energia solar, na conformidade das disposições de lei específica sobre a matéria".
Art. 2º É obrigatória a instalação de sistema de aquecimento de água por meio do aproveitamento da energia solar, nas novas edificações do Município de São Paulo, destinadas às categorias de uso residencial e não-residencial, na conformidade do disposto nesta lei e no item da Seção 9.3 - Instalações Prediais do Anexo I da Lei nº 11.228, de 25 de junho de 1992 (Código de Obras e Edificações).
Art. 3º A obrigatoriedade estabelecida no art. 2º desta lei aplica-se, na categoria de uso não-residencial, às seguintes atividades de comércio, de prestação de serviços públicos e privados, e industriais:
I - hotéis, motéis e similares;
II - clubes esportivos, casas de banho e sauna, academias de ginástica e lutas marciais, escolas de esportes, estabelecimentos de locação de quadras esportivas;
III - clínicas de estética, institutos de beleza, cabeleireiros e similares;
IV - hospitais, unidades de saúde com leitos, casas de repouso;
V - escolas, creches, abrigos, asilos e albergues;
VI - quartéis;
VII - indústrias, se a atividade setorial específica demandar água aquecida no processo de industrialização ou, ainda, quando disponibilizar vestiários para seus funcionários;
VIII - lavanderias industriais, de prestação de serviço ou coletivas, em edificações de qualquer uso, que utilizem em seu processo água aquecida.
Art. 4º A obrigatoriedade estabelecida no art. 2º desta lei se aplica às edificações novas ou não, isoladas ou agrupadas horizontal ou verticalmente ou superpostas, da categoria de uso residencial, ou integrantes de conjunto de instalações de usos não-residenciais, que venham a contemplar a construção de piscina de água aquecida.

Nota: grifos acrescentados para elucidar o que diz respeito a C.U.A.S.O.

- Lei Federal nº 12.305 de 2 de agosto de 2010, atualizada em 18/5/2012, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (alterou a lei n. 9.605 de 12 de fevereiro de 1998).

- Portaria 44/10 – SVMA, da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, que disciplina os critérios e procedimentos de compensação ambiental pelo manejo por corte, transplante, ou qualquer outra intervenção ao meio ambiente no município de São Paulo, de caráter excepcional.

- Lei Federal nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.

O Plano Diretor do Instituto do Butantã e a Cidade Universitária

O Plano Diretor do Instituto do Butantã foi apresentado pelo Professor Alessandro Ventura à Comissão do Plano Diretor da C.U.A.S.O. – 2013. Posteriormente o Professor Alessandro Ventura intermediou uma reunião com o Diretor daquele Instituto, o Professor Jorge Kalil.

Na reunião no Instituto do Butantã foi solicitado pela representante da SEF na Comissão que fosse retirado do Plano Diretor do Instituto do Butantã a proposta de via que conectaria o sistema viário daquele Instituto à Cidade Universitária, no trecho da Avenida da Universidade, sentido saída, antes da ponte sobre o córrego Pirajussara.

Esta solicitação deveu-se ao congestionamento de veículos que se forma no horário de pico de saída na Avenida da Universidade; a contribuição de mais veículos, oriundos do Instituto do Butantã, só viria aumentar o problema.

Exceto por este aspecto, o Plano Diretor do Instituto do Butantã foi lançado integralmente nas pranchas do Plano Diretor C.U.A.S.O. – 2013.

Na ocasião desta reunião foi informado que o Instituto do Butantã teria obtido do Governo Estadual o uso da estrutura do Centro de Cultura inacabado na entrada da Cidade Universitária, o que sempre interessou à USP. Há anos foi encaminhado à então Consultoria Jurídica da USP processo solicitando esforços neste sentido.

A disputa por espaço na Cidade Universitária

Se nos anos 1960 havia largas áreas desocupadas na Cidade Universitária, a realidade atual é de um espaço intensamente disputado. Desde o final dos anos 1970 a C.U.A.S.O. já apresenta, grosso modo, a configuração atual, mas a demanda de espaço para novas construções permaneceu e até se acentuou nos últimos anos.

Existe uma pressão permanente sobre as áreas edificáveis³ da Cidade Universitária. Multiplicam-se em especial as necessidades de área para pesquisa, bibliotecas e museus. Cursos são criados, como o recente caso do curso de graduação em Biomedicina.

A favorável conjuntura econômica tem permitido à Universidade construir edifícios e apoiar diretamente atividades de pesquisa.

³ Solo disponível para implantar edificações após descontar as reservas ecológicas, as áreas de preservação permanente, as áreas de domínio de redes, as vias, estacionamentos, recuos, as praças e as áreas ocupadas por terceiros.

Novos objetivos, como a da internacionalização da Universidade, também refletem na C.U.A.S.O.: dois edifícios para este uso ocuparão a área dos pavilhões provisórios dos anos 60, cujo terreno fora destinado a núcleos de pesquisa pelo Plano Diretor C.U.A.S.O. - 2001.

Os impactos de um novo prédio no ambiente da C.U.A.S.O. extrapolam a construção em si, abrangendo acesso viário, vagas de estacionamento, fluxo de pessoas e veículos, e até o momento também aumento de árvores em função do plantio compensatório.

É preciso cuidar para que o plantio de árvores não reduza a visibilidade dos eixos de pedestres e dos edifícios com importância histórica e arquitetônica. Os novos edifícios devem manter uma relação volumétrica e de recuos respeitosa em relação a estes prédios a serem preservados.

Por outro lado, normas atuais de prevenção de incêndios e de acessibilidade exigem intervenções em edifícios históricos dos campi da Universidade. O atendimento a estas normas deve considerar a proteção ao edifício histórico e/ou de relevância arquitetônica e à paisagem.

Instrumentos de controle

A Cidade Universitária é um espaço finito⁴. Face à pressão por mais áreas construídas, há a preocupação em reduzir a velocidade de ocupação dos espaços ajardinados e manter a visibilidade dos edifícios mais importantes.

A elaboração de planos diretores das Unidades da C.U.A.S.O. tem sido a oportunidade de identificar o que preservar.

O Plano Diretor C.U.A.S.O. – 2013 propõe as seguintes medidas para desacelerar a ocupação de áreas livres:

- Racionalizar o uso dos espaços prediais existentes antes de construir novos edifícios;
- Incentivar o uso compartilhado de espaços e equipamentos;
- Demolir edifícios de baixo valor, como galpões, para reconstruir com mais pavimentos e qualidade;
- Promover o retorno de áreas cedidas a terceiros para o uso da C.U.A.S.O.;
- Desapropriar áreas contíguas à C.U.A.S.O.

Outra medida, que já constava do Plano Diretor C.U.A.S.O. – 2001, é incentivar uma verticalização moderada das novas construções, tendo como limite o gabarito dos edifícios do conjunto residencial universitário, o CRUSP, salvo exceções fundamentadas.

Recuperação de área para uso da Cidade Universitária / Decreto nº 58.058/2012

⁴ Parte da área cedida ao 16º Batalhão de Polícia Militar Metropolitana retornou ao uso da Cidade Universitária em 2012, mas este acréscimo não foi proporcional à demanda de espaço para novos edifícios.

A Superintendência do Espaço Físico da USP, juntamente com a Prefeitura do Campus da Capital, solicitou em 2011 ao 16º Batalhão de Polícia Militar Metropolitana a devolução de aproximadamente 29.000 m² de área não utilizada por esta instituição⁵ e que fora cedida pela Universidade de São Paulo. Após meses de negociação retornou ao uso da C.U.A.S.O. somente uma área de 13.316,89 m², através do Decreto Estadual nº 58.058, de 21 de maio de 2012, que redefiniu a metragem ocupada pelo Comando de Policiamento de Área Metropolitana da Zona Oeste (CPA/M-5) e 16º Batalhão de Polícia Militar Metropolitana (16º BPM/M) e pelo 93º Distrito Policial.

Na área recuperada, que será conectada à Avenida Escola Politécnica e ao terreno utilizado pela Prefeitura do Campus da Capital, deverá ser implantada a Central de Preparo de Refeições da Superintendência de Assistência Social – SAS, que abastecerá os refeitórios da C.U.A.S.O. e de outras Unidades na Capital.

DECRETO Nº 58.058, DE 21 DE MAIO DE 2012

Autoriza a Fazenda do Estado a receber, mediante permissão de uso, a título precário e gratuito e por prazo indeterminado, da Universidade de São Paulo - USP, as áreas que especifica

GERALDO ALCKMIN, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e a vista da manifestação do Conselho do Patrimônio Imobiliário,

Decreta:

Artigo 1º - Fica a Fazenda do Estado autorizada a receber, mediante permissão de uso, a título precário e gratuito e por prazo indeterminado, da Universidade de São Paulo - USP, duas áreas localizadas na Avenida Corifeu de Azevedo Marques, nºs 4.082 e 4.300, nesta Capital, totalizando 86.863,83m² (oitenta e seis mil, oitocentos e sessenta e três metros quadrados e oitenta e três decímetros quadrados), conforme memorial descritivo e plantas encartadas no protocolo ATP-GS-3312/2012-SSP.

Parágrafo único - As áreas de que trata o "caput" deste artigo, serão destinadas à Secretaria da Segurança Pública, visando à instalação de unidades policiais, na seguinte conformidade:

1. área com 3.487,68m² (três mil, quatrocentos e oitenta e sete metros quadrados e sessenta e oito decímetros quadrados), delimitada pelo perímetro 13A, 13, 12, 10, 9, 8, 7, 6, 6C e 13A, localizada na Avenida Corifeu de Azevedo Marques, nº 4.300, nesta Capital, para instalação da sede do 93º Distrito Policial;

2. área com 83.376,15m² (oitenta e três mil, trezentos e setenta e seis metros quadrados e quinze decímetros quadrados), delimitada pelo perímetro 19J, 18, 17, 16, 15, 14, 13A, 6C, 6, 5, 4, 4AE, 4AC, 4AD, 55, 23, 22, 21, 20, 19, 19A, 19B, 19C, 19D, 19E, 19F, 19G, 19H, 19I e 19J, localizada na Avenida Corifeu de Azevedo Marques, nº 4.082, nesta Capital, para instalação das sedes do Comando de Policiamento de Área Metropolitana da Zona Oeste (CPA/M-5) e do 16º Batalhão de Polícia Militar Metropolitana (16º BPM/M).

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto nº 43.759, de 5 de janeiro de 1999.

Palácio dos Bandeirantes, 21 de maio de 2012

GERALDO ALCKMIN

Julio Francisco Semeghini Neto

Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Regional

Antonio Ferreira Pinto

Secretário da Segurança Pública

Sidney Estanislau Beraldo

Secretário-Chefe da Casa Civil

Publicado na Casa Civil, aos 21 de maio de 2012.

Expansão da Cidade Universitária

A área recuperada ao 16º Batalhão de Polícia Militar Metropolitana é insuficiente para atender às novas demandas na C.U.A.S.O., já mencionadas, e são propostas as seguintes áreas para desapropriação em favor da Universidade de São Paulo, para ampliação da Cidade Universitária, indicadas em planta anexa:

1. Área junto à Rua Alvarenga, total de 25.606 m²;
2. Área junto à Avenida Corifeu de Azevedo Marques, altura do número 2.000, total de 38.465 m²;
3. Área junto à Avenida Corifeu de Azevedo Marques, altura do número 3.085, total de 13.420 m².

⁵ A USP tomara conhecimento que o 16º Batalhão de Polícia Militar Metropolitana plantara 5.000 mudas de árvores com a colaboração da Prefeitura Municipal no terreno em questão, sem notificação à USP, demonstrando desta forma que não necessitava da área para realização de suas atividades.

Estas desapropriações propostas trariam vários benefícios: em primeiro lugar, dariam maior visibilidade à Cidade Universitária desde as vias urbanas, em segundo lugar possibilitariam a implantação de usos compartilhados com a Cidade, como extensão e divulgação científica e cultural (acessíveis ainda que em horários de fechamento da C.U.A.S.O.); também serviriam de apoio para uso de diferentes modais de transporte, como edifícios-garagem e bicicletários para a Comunidade USP.

Além destas medidas, propõe-se a recuperação de áreas de propriedade da USP ocupadas pelo IPEN e pela Marinha Brasileira e da área complementar (ao que fora solicitado em 2012) no 16º B.P.M.M., bem como a recuperação da parcela de áreas invadidas, após a requalificação da Comunidade São Remo.

Propõe-se ainda a anexação da área do CEPAM (exceto área da ETEC).

Estas áreas possibilitariam a implantação de usos de interesse conjunto de várias Unidades, como biotérios de criação e Núcleos de Pesquisa.

Índices urbanísticos da C.U.A.S.O.

A Taxa de Ocupação da C.U.A.S.O., relação entre a área total de projeção dos edifícios e o terreno era 0,13 em 2001 (incluindo IPEN / CTMP), passando a 0,14 em 2011 (sem considerar os dados do IPEN/ CTMP). Ver *Indicadores*, em anexo.

O Coeficiente de Aproveitamento, relação entre a área total construída e o terreno da Cidade Universitária era 0,21 em 2001 (incluindo IPEN / CTMP), passando a 0,23 em 2012 (sem considerar os dados do IPEN/ CTMP). Ver *Indicadores*, em anexo.

O IPEN / CTMP não respondeu ao questionário da PUSP-C, não estando disponíveis para análise os dados atualizados sobre projeção dos edifícios e área construída.

Apesar do grande volume de obras construídas em 2012 e haver várias obras em construção ou previstas para execução em curto prazo nesta Cidade Universitária, concluiu-se que permanecem adequados os índices urbanísticos máximos estipulados no Plano Diretor C.U.A.S.O. – 2001, de 0,2 para Taxa de Ocupação e 0,5 para Coeficiente de Aproveitamento.

Segundo estes índices havia em 2011 a possibilidade de acréscimo de cerca de 30% na área total de projeção de edifícios e de 54% de aumento na área total construída na C.U.A.S.O.

A proteção do patrimônio construído na C.U.A.S.O.

Para a elaboração do Plano Diretor C.U.A.S.O. - 2013 foram pesquisadas e lançadas sobre a mesma base cartográfica as normas legais posteriores a 2001 que tratam da proteção ao patrimônio construído e que afetam a Cidade Universitária. Esta planta, anexa, intitula-se *Bens tombados, em tombamento e a preservar*.

Sobre parte da Cidade Universitária incide a área envoltória do tombamento do Instituto Butantã pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico - CONDEPHAAT, que é definida por 300 metros da divisa daquele Instituto. Verificamos que na planta que integra o tombamento houve um engano em relação ao local da divisa entre o Instituto Butantã e a C.U.A.S.O., resultando em uma faixa maior de sobreposição da área envoltória sobre a Cidade Universitária. Como

a rigor a USP deverá consultar o CONDEPHAAT sobre novas edificações nesta faixa, é importante que este Conselho altere a planta do tombamento do Instituto Butantã.

Como a Diretoria do Instituto Butantã cedeu à USP a planta do seu Plano Diretor (elaborado recentemente), foi possível demarcar toda a área envoltória do Instituto Butantã, com base na definição de 300 metros da divisa.

Foram desenhadas na planta *Bens tombados, em tombamento e a preservar* as áreas envoltórias estabelecidas no tombamento do prédio da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo pelo CONDEPHAAT e Conpresp, respectivamente 300 metros e 60 metros dos limites do edifício.

Foram assinalados na mesma planta os imóveis enquadrados na Zona de Preservação Cultural – ZEPEC de acordo com o inciso III do artigo 115 da Lei nº 13.885, de 25 de agosto de 2004, que “estabelece normas complementares ao Plano Diretor Estratégico⁶, institui os Planos Regionais Estratégicos das Subprefeituras, dispõe sobre o parcelamento, disciplina e ordena o uso e Ocupação do solo no Município de São Paulo”.

Como ZEPEC foram enquadrados o Conjunto Esportivo da USP, de autoria de Ícaro de Castro Mello, a Faculdade de História e Geografia da USP, de autoria de Eduardo Corona, o Departamento de Mecânica da Escola Politécnica, USP, de autoria de Ernesto Roberto de Carvalho Mange e Ariaki Kato e a Escola de Metalurgia da Escola Politécnica, USP, de autoria de Oswaldo Arthur Bratke. Ver tabela a seguir, que integra a Lei nº 13.885.

Quanto à “Escola de Metalurgia”, trata-se na verdade de um conjunto de dois edifícios de autoria de Oswaldo Bratke, devendo ser corrigido no texto da Lei nº 13.885.

Quanto ao CEPEUSP, a ZEPEC compreende a área da Raia de Remo, também denominada Raia Olímpica. A SEF pesquisou em seu arquivo de projetos e em publicações de revistas de época e comprovou a autoria de Ícaro de Castro Mello em vários dos prédios deste Centro Esportivo, mas não de todos. O velódromo é um dos edifícios que não foram projetados por Ícaro de Castro Mello. Os resultados desta pesquisa foram encaminhados à área técnica do Conpresp.

Sobre esta mesma planta também foram assinalados os trechos viários e edifícios cuja preservação interessa à própria Universidade, os identificados no Artigo 7 deste Plano Diretor.

QUADRO Nº 06, anexo à Parte III da Lei nº 13.885, de 25 de agosto de 2004
Imóveis enquadrados na zona de preservação cultural – ZEPEC, de acordo com o inciso III do art. 115 desta lei.

	SUBPREFEITURA/ DISTRITO	ANO	LOCAL	AUTORIA DO PROJETO	ABERTURA DO PROC. TOMBAMEN	PROTEÇÃO
04	BUTANTÁ/MORUMBI	1961	Conjunto Esportivo da USP Cidade Universitária A.S.O.	Ícaro de Castro Mello		
05	BUTANTÁ/MORUMBI	1961	Faculdade de História e Geografia da USP Cidade Universitária A.S.O.	Eduardo Corona		
06	BUTANTÁ/MORUMBI	1961	Depto. de Mecânica da Escola Politécnica da USP Cidade Universitária A.S.O.	Ernesto Roberto de Carvalho Mange, Ariaki Kato		
11	BUTANTÁ/MORUMBI	1967	Escola de Metalurgia da Escola Politécnica da USP Cidade Universitária A.S.O.	Oswaldo Arthur Bratke		

O Plano de Mobilidade Urbana e a C.U.A.S.O.

A Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, instituiu as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.

A Política Nacional de Mobilidade Urbana objetiva contribuir para o acesso universal à cidade e para a política de desenvolvimento urbano, por meio do planejamento e da gestão democrática do Sistema Nacional de Mobilidade Urbana (conjunto organizado e coordenado dos modos de transporte, de serviços e de infraestruturas que garante os deslocamentos de pessoas e cargas no território do Município).

O acesso universal à cidade é um princípio que deverá ser conciliado com a missão da Universidade e a questão da segurança na Cidade Universitária.

As vias da C.U.A.S.O. servem de passagem para o trânsito da região, tanto para interligação da Avenida Corifeu de Azevedo Marques com a Avenida Engenheiro Billings (Avenida Marginal) como para alternativa a congestionamentos na própria Avenida Marginal.

O papel de rota alternativa das vias da C.U.A.S.O. deve ser cada vez mais intensificado, tendo em vista a rápida verticalização verificada nos bairros vizinhos.

Para minimizar a questão do trânsito de passagem e também outro impacto negativo, o de área de estacionamento de veículos de usuários dos trens da CPTM não vinculados à Universidade, é necessário que a USP participe da discussão e da elaboração do Plano de Mobilidade Urbana previsto na Lei nº 12.587, com prazo para término em meados de 2014, apresentando alternativas.

A mobilidade urbana na cidade de São Paulo é deficiente sob vários aspectos. O planejamento urbano dos anos 70 previu uma rede de linhas de metro que foram executadas apenas parcialmente, enquanto a população crescia e a ocupação urbana se dispersava no território. A responsabilidade pela construção do metro é do governo estadual, devido ao volume de capital necessário. O Município trata do transporte sobre rodas.

⁶ O Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo (PDE) foi instituído pela lei nº 13.430, de 13.09.2002.

O Município tem prosseguido com a criação de corredores de ônibus e obras viárias que aliviam congestionamentos durante certo período. E a C.U.A.S.O., com quase 64.000 pessoas vinculadas diretamente a ela, tem tido um papel periférico no sistema de transporte de alta capacidade, ou seja, metro e trens da CPTM. A precariedade da ligação das estações da CPTM com a Cidade Universitária é sintomática.

A melhor alternativa para acesso à Cidade Universitária não é a criação de um corredor de ônibus na Avenida Corifeu de Azevedo Marques, como previsto no Plano Regional Estratégico da Subprefeitura do Butantã. Os corredores de ônibus têm apresentado velocidade média de 6 km/h em horário de pico e a desvantagem de não ser transporte de alta capacidade, além de poluente.

A bicicleta, embora seja um meio de locomoção não poluente, é um transporte individual e não universal. Não deve ser descartada, mas não pode ser considerada como solução para o transporte de milhares de pessoas/dia.

Uma alternativa ao corredor de ônibus na Avenida Corifeu de Azevedo Marques é a implantação de linha interligando a linha Amarela 4 à linha de metro prevista ao longo da Avenida Jaguaré (ver plantas do Plano Regional Estratégico da Subprefeitura do Butantã, anexas). A cidade de São Paulo não possui linhas circulares, que possibilitem interligações entre áreas urbanas sem cruzar a área central.

Além de atender à Cidade Universitária, esta linha de metro poderá induzir o adensamento da região previsto na Operação Vila Sônia.

Em termos do Plano Diretor da C.U.A.S.O., usos como o Museu de Arqueologia e Etnologia, o Museu de Zoologia e o Centro de Convenções estão sendo construídos junto à Avenida Corifeu de Azevedo Marques para permitir acesso de público externo mesmo em dias ou horários em que a Cidade Universitária estiver fechada.

Ofício à CET

Ofício 763/2012

São Paulo, 18 de dezembro de 2012

À
Companhia de Engenharia de Tráfego
Superintendência de Planejamento/SPL
At. Superintendente de Planejamento Ricardo Laiza
Rua Senador Feijó, 143 - Centro
São Paulo

Prezado senhor,

Vimos informar a esta Companhia de Engenharia e Tráfego – CET sobre uma nova via a ser executada na Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira", no Bairro do Butantã, com acesso pela Avenida Corifeu de Azevedo Marques, para atender ao Centro de Convenções e aos Museus da USP.

Há mais de 15 anos o acesso viário a Cidade Universitária, por questões de segurança, foi restrito a apenas três portarias de veículos: Portaria 1, junto à Rua Alvarenga; Portaria 2, junto à Avenida Escola Politécnica e Portaria 3, junto à Avenida Corifeu de Azevedo Marques.

Além do Campus da USP ser um grande pólo gerador de tráfego, origem e destino de numerosas viagens, suas vias também são utilizadas por um trânsito de passagem que vem crescendo ao longo dos anos no percurso entre a Avenida Corifeu de Azevedo Marques (Portão 3) e a Rua Alvarenga (Portão 1) e entre a Marginal do Pinheiros (Portão 2) e a Rua Alvarenga (Portão 1).

Nos últimos anos vem sendo observado um grande congestionamento de veículos nos três portões do Campus nos horários de pico de saída por volta das 17 horas, final do expediente no Campus, mas também de forma crescente na hora do almoço.

O uso do Campus tem uma evolução contínua, sendo ampliadas as atividades de ensino, pesquisa, extensão e cultura, atingindo em 2011 o total de cerca de 64 mil pessoas vinculadas à USP, além da população de visitantes estimada em 70 mil pessoas/dia.

A Universidade está consolidando a última área disponível na Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira" – C.U.A.S.O. onde é possível implantar edifícios com interação com o público externo. Nesta área estão em construção o Centro de Convenções da USP e o Conjunto dos Museus da USP (este último iniciado pelo edifício sede do Museu de Arqueologia e Etnologia). Ver plantas anexas.

A escolha deste terreno deveu-se à possibilidade de acesso desde uma via externa ao Campus (Avenida Corifeu de Azevedo Marques), o que permitirá a visitação pública mesmo em dia/horário que o Campus estiver fechado ao público em geral, isolando-se esta área.

Para acesso de veículos à área do Centro de Convenções e Museus da USP foi proposto um binário. Uma das vias deste binário é a Rua Professor Gabriel Teixeira Carvalho, que dispõe de portão para a Avenida Corifeu de Azevedo Marques, mas atualmente só é utilizada para apoio às obras.

A outra via do binário, de entrada no Campus desde a Avenida Corifeu de Azevedo Marques, é o resgate de uma interligação viária que existiu no passado, a denominada "Estrada do Mercadinho", atual Rua Francisco dos Santos.

Somente a parte final desta interligação viária será modificada: ao invés de atravessar um loteamento residencial de baixa densidade vizinho ao Campus, a Universidade projetou um novo trecho na faixa de domínio da Adutora do Cotia da SABESP até o encontro com a Rua Francisco dos Santos, com 7,00m de leito carroçável.

O Plano Diretor da C.U.A.S.O. – 2013 prevê que a Rua Professor Gabriel Teixeira de Carvalho, parte do binário descrito, também possa ser utilizada nos horários de pico durante a semana para saída da Cidade Universitária, como também a Rua Teixeira Soares, junto à Rua Alvarenga.

O acesso ao Centro de Convenções da USP está previsto em todos os dias da semana, nos períodos manhã, tarde e noite e o acesso de público em geral ao Conjunto dos Museus está previsto em todos os dias da semana, exceto às segundas-feiras, nos períodos manhã e tarde.

Serão implantados em área aberta um estacionamento para ônibus com 4 vagas e dois estacionamentos, sendo um com 31 vagas para automóveis e 20 vagas para motocicletas e o outro com 64 vagas para automóveis, além de um bicicletário. O Centro de Convenções terá capacidade para 694 automóveis e 62 motocicletas e um dos edifícios do Conjunto dos Museus terá 200 vagas de automóveis e 35 de motocicletas.

Encontram-se anexos:

- Foto aérea da C.U.A.S.O., com a indicação do local onde estão sendo construídos o Centro de Convenções e o Conjunto dos Museus da USP;
- Implantação Geral da área do Centro de Convenções e Museus USP, com o viário projetado;
- Planta do Projeto Executivo de Pavimentação da nova via de acesso desde a Avenida Corifeu de Azevedo Marques.

Esta Superintendência do Espaço Físico da USP está à disposição para maiores esclarecimentos e eventual reunião técnica através do telefone (11) 3091-3129.

Aguardamos manifestação.

Atenciosamente,

Prof. Dr. Antonio Marcos de Aguirra Massola
Superintendente do Espaço Físico da USP

Execução dos Caminhos de Pedestres, Ciclovia e Bicicletários

A planta *Caminhos de Pedestres e Ciclovia*, anexa, apresenta a proposta deste Plano Diretor para estes eixos de mobilidade. Foram incluídos caminhos de pedestres cruzando a área do IPEN. Um destes caminhos foi proposto na divisa IPEN / Parque Cientec e o outro acompanhando a via interna do IPEN que liga a Travessa "R" com a Avenida Professor Lineu Prestes.

Estes caminhos (principalmente o segundo) viriam reduzir o problema da baixa conectividade entre as duas porções da Cidade Universitária, seccionadas pela enorme extensão da área ocupada pelo IPEN, cerca de 460.449,98 m², ou seja, 46,0 hectares. O ideal seria haver também passagem para veículos.

O terreno em questão, cedido gradativamente pela Universidade para uso do IPEN, permanece como patrimônio da USP e atualmente constitui uma grande barreira física à mobilidade dentro da C.U.A.S.O.

A existência do reator nuclear não deve ser motivo para limitar a mobilidade na Cidade Universitária, devendo haver meios de conciliar os dois usos, como prever passagens em desnível para evitar acesso à área protegida do reator.

Espaços de Convivência

O Plano Diretor C.U.A.S.O. - 2001 propôs espaços de convivência centrais, setoriais e locais, o que foi mantido neste Plano Diretor C.U.A.S.O.- 2013. As convivências setoriais devem atender a agrupamentos de Unidades.

Em 2011/2012 foram propostos dois restaurantes setoriais na Cidade Universitária, os quais podem ter o papel de aglutinadores de pessoas e favorecer a convivência, na medida em que disponham em sua arquitetura de espaços amplos e agradáveis para consumo, praça externa, serviço de lanchonete e café e um largo período de atendimento, inclusive noturno.

Os restaurantes setoriais resolverão a questão de lanchonetes instaladas em cada Unidade que passaram a servir refeições, extrapolando o próprio conceito e necessitando de instalações apropriadas que em geral inexistem.

Ao transferir este uso de dentro dos prédios para o Restaurante Setorial, serão liberadas áreas no prédios das Unidades e otimizados os espaços da Cidade Universitária, sendo necessário um único pátio de carga e descarga, por exemplo. Nas Unidades poderão permanecer cafés ou lanchonetes no sentido restrito do termo.

A proposta de restaurantes setoriais é antiga, porém ressurgiu quando da elaboração do Plano Diretor do Instituto de Matemática e Estatística, um caso de pouco espaço disponível para ampliação de suas instalações, e obteve o apoio das Unidades vizinhas, que também irão se beneficiar do equipamento: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Instituto Astronômico e Geofísico, Instituto de Física e Instituto Oceanográfico.

Outro restaurante setorial previsto é o que atenderá às Unidades ICB, FO, FMVZ e HU.

Quanto às áreas de convivência local, a PUSP-C e a SEF estão ultimando a definição precisa da implantação de pontos comerciais em quiosques de arquitetura padronizada, mas com área variável, que deverão se tornar pontos de encontro na C.U.A.S.O. Um protótipo deverá ser instalado junto à rotatória próxima do Portão 3.

Passarela sobre o Rio Pinheiros e a CPTM

A Superintendência do Espaço Físico tomou conhecimento da proposta de ciclopasseira sobre o Rio Pinheiros, unindo o Parque Villa-Lobos à Cidade Universitária pela notícia publicada em jornal de grande circulação de São Paulo na data de 14 de dezembro de 2012, cópia anexa.

A SEF informou ao Arquiteto Bruno Padovano, autor do projeto de ciclopasseira, que já no Plano Diretor da C.U.A.S.O. – 2001 previa-se uma passarela larga para acesso entre a Praça do Relógio e o outro lado do Rio Pinheiros, para se conectar a uma nova estação da CPTM, proposta pela USP naquele mesmo plano diretor.

A posição em relação à ciclopasseira é que seja incorporada ao Plano Diretor C.U.A.S.O. – 2013, mas mantendo a proposta de conexão a uma nova estação da CPTM.

A SEF solicitou ao Arquiteto Bruno Padovano que os pilares da ciclopasseira previstos na Raia Olímpica da USP sejam afastados do limite da água.

Por ser uma interferência na Raia Olímpica, que integra o Conjunto Esportivo da USP incluído em Zona de Preservação Cultural – ZEPEC pela Lei 13.885/2004, o projeto da ciclopasseira deverá ser aprovado pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo – Conpresp.

A Companhia Paulista de Trens Metropolitanos, em reunião com a SEF-USP em 08 de março de 2013, informou que também soube da ciclopasseira pelos jornais, apesar deste equipamento urbano ter sido proposto sobre terrenos de sua propriedade.

Nesta reunião com a CPTM, cujo objetivo foi tratar da viabilização da nova estação da CPTM na linha 9 Esmeralda, proposta pela USP entre as estações Cidade Universitária e Jaguaré, foi solicitada uma pesquisa origem-destino com informações qualitativas, dentre outros aspectos para subsidiar os estudos de viabilidade. Ver pró-memória desta reunião, a seguir.

Pró-Memória da Reunião com a CPTM – 08/03/2003

Local: CPTM/GPT – Rua Boa Vista, 175, 8º Andar, Bloco A

Assunto: Plano Diretor da Cidade Universitária

Presentes:

Renata Marie Miyasaki – CPTM/GPT
Giulia Battini Calistro – CPTM/GPT
Rodrigo Morganti Neres – CPTM/GPT
Orlando Faya Junior – CPTM/GPT
Francis Rehis da Silva – CPTM/GPT
Rodrigo Srtoratto de Alencar – CPTM/GPT
Luciano Ferreira da Luz – CPTM/GPT
Fernando Boselli – CPTM/GPT
Neyde Joppert Cabral – SEF/USP
Bianca Q. Guariglia – SEF/USP

Assuntos tratados/Objetivos:

1. Viabilizar uma nova estação da CPTM na linha 9 Esmeralda, entre as estações Cidade Universitária e Jaguaré, junto à ciclopasseira (projeto lançado pelo Governo do Estado em 13/12/2012 – Folha de São Paulo 14/12/2012 – C12) incorporada ao Plano Diretor da Cidade Universitária de 2013.
2. Para isso, será necessária a execução de uma pesquisa de Origem e Destino junto aos estudantes e funcionários (o que inclui docentes) da Cidade Universitária para conhecer a demanda. Além de uma pesquisa quantitativa será necessária uma pesquisa qualitativa para saber quantos de fato deixarão de usar o carro para utilizar o trem. Será necessário também abranger a população fixa e flutuante ligada ao IPT, IPEN e Instituto Butantã.
3. Verificar qual será a fonte dos recursos para a construção da ciclopasseira e em qual estágio o projeto se encontra em relação a autorizações e liberação de verba.
4. Entrar em contato com a SPTrans para saber quais linhas de ônibus poderiam transportar os usuários a partir da Praça do Relógio até seus lugares de destino na C.U.A.S.O.
5. Apoiar programas como o PedalUSP e incorporá-los a nova ciclovia proposta para a C.U.A.S.O.

Questões a serem estudadas:

1. Horário de funcionamento da ciclopasseira em relação aos horários de funcionamento da C.U.A.S.O. e do Parque Villa-Lobos.
2. Possível controle de estacionamento de carros na C.U.A.S.O. para acessar a nova estação da CPTM.

Outras possibilidades de acesso ao transporte de massa:

Estação de metrô na Cidade Universitária ou em sua borda, possível continuação de uma nova linha que irá de Alphaville à Estação Vila Sônia da linha 04.

Pro-Memória da Reunião com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – 12/03/2003

Local: Edifício Martinelli – Rua São Bento, 405, 18º Andar

Assunto: Plano Diretor da Cidade Universitária e Operação Urbana Vila Sônia

Presentes:

José Geraldo Martins de Oliveira
Lisandro Frigerio / Assessoria Técnica de Operação Urbana
Neyde A. Joppert Cabral – SEF/USP – njcabral@usp.br
Bianca Q. Guariglia – SEF/USP – biancaqg@yahoo.com

A Operação Urbana Vila Sônia abrange algumas áreas isoladas entre si e a criação de alguns pólos/centralidades junto a Av. Vital Brasil, Av. Corifeu de Azevedo Marques, Av. Eliseu de Almeida, Rodovia Raposo Tavares e Av. Francisco Morato.

O pólo mais próximo da Cidade Universitária é o da Av. Vital Brasil. A Operação Urbana Vila Sônia incluiu uma quadra para cada lado da Av. Vital Brasil. A idéia principal é a de intensificar o uso residencial ao longo desta via.

A Operação Urbana Vila Sônia estudou a possibilidade de criação de um túnel para carros e ônibus entre a Estação Morumbi da linha 04 do metrô e a Av. Corifeu de Azevedo Marques. Esta ligação serviria como via de apoio oeste à Av. Marginal. Além disso, esta Operação Urbana previu uma ciclovia ao longo do Córrego Pirajussara.

Refletir sobre as frentes da C.U.A.S.O. e como elas se relacionam com a cidade. Possibilidade de desapropriação de terrenos ao longo da Rua Alvarenga até seu encontro com a Av. Vital Brasil para usos compartilhados entre a Cidade e a Universidade.

Refletir sobre a possibilidade de uma linha contínua de parques entre o Parque da Fonte e o Instituto Butantã.

Melhoria da macrodrenagem da Cidade Universitária “Armando de Salles Oliveira”

Para possibilitar a utilização da área mais plana da Cidade Universitária, várzea do rio Pinheiros, foi necessária a execução de várias obras, como a canalização do Rio Pinheiros e a terraplenagem e drenagem do terreno.

Parte da drenagem executada é composta por galerias e por canais a céu aberto, que despejam águas pluviais no Córrego Pirajussara e no Ribeirão Jaguaré, dois afluentes do Rio Pinheiros situados nas extremidades leste e oeste da Cidade Universitária.

No trecho do Instituto de Ciências Biomédicas ao Hospital Universitário, a Avenida Professor Lineu Prestes situa-se sobre um espigão divisor de águas que seguem para o Ribeirão Jaguaré e para o Córrego Pirajussara em uma vertente e na outra para um afluente do Ribeirão Jaguaré paralelo à Avenida Corifeu de Azevedo Marques. A contribuição pluvial é desigual, sendo bem maior em direção da várzea do Rio Pinheiros.

As áreas do antigo Viveiro de plantas da Prefeitura do Campus e a Reserva do Instituto de Biociências são duas grandes áreas que auxiliam na absorção de águas pluviais.

O canal do córrego Pirajussara já foi refeito algumas vezes para alargamento de sua calha. Há notícia que nos anos 1990 a profundidade deste canal foi aumentada mediante o emprego de explosivos.

Com o aumento da largura do Canal do Pirajussara, a área de preservação ambiental nas margens também foi ampliada, pois a faixa protegida é proporcional à largura do curso d'água, reduzindo-se desta forma a área edificável. Atualmente são 50 metros de área de preservação permanente a partir de cada lateral do canal do Pirajussara.

As paredes laterais do Canal do Córrego Pirajussara ficaram muito próximas dos edifícios da Escola de Aplicação e da Escola de Educação Física e Esportes, após as obras de alargamento. Não deverá haver nenhum outro alargamento, por este motivo.

As pontes sobre o Córrego Pirajussara na Avenida da Universidade foram alteadas ao menos duas vezes.

No intervalo entre 2001 e 2013, foi promulgada pela Assembléia Legislativa Estadual a Lei nº 12.526/07, que estabeleceu normas para a contenção de enchentes e destinação de águas pluviais. Segundo o Artigo 1º desta lei de 2007, é obrigatória a implantação de sistema para a captação e retenção de águas pluviais, coletadas por telhados, coberturas, terraços e pavimentos descobertos, em lotes, edificadas ou não, que tenham área impermeabilizada superior a 500m² (quinhentos metros quadrados)⁷, com os seguintes objetivos:

I - reduzir a velocidade de escoamento de águas pluviais para as bacias hidrográficas em áreas urbanas com alto coeficiente de impermeabilização do solo e dificuldade de drenagem;

II - controlar a ocorrência de inundações, amortecer e minimizar os problemas das vazões de cheias e, conseqüentemente, a extensão dos prejuízos;

III - contribuir para a redução do consumo e o uso adequado da água potável tratada.

O parágrafo único do Artigo 2º desta lei estabelece que no caso de estacionamentos e similares, 30% (trinta por cento) da área total ocupada deve ser revestida com piso drenante ou reservado como área naturalmente permeável.

Os novos edifícios ou os edifícios que serão amplamente reformados na C.U.A.S.O. já estão sendo projetados em conformidade com a Lei nº 12.526/07. É necessário estabelecer um padrão de pavimento permeável para as áreas de estacionamentos nesta Cidade Universitária.

Estas medidas paliativas não serão suficientes para resolver as enchentes registradas na C.U.A.S.O. (ver fotos anexas). Outras medidas são necessárias, como o estudo de uma nova macrodrenagem para a Cidade Universitária e a substituição da tubulação de drenagem por outra com maior capacidade.

Esta nova tubulação poderá funcionar como reservatório de contenção mediante a viabilidade de instalação de dispositivo para vedação da seção no ponto de lançamento nos córregos, evitando-se o refluxo.

Vale lembrar a necessidade de se executar a limpeza e manutenção preventiva do sistema de drenagem, o que recuperaria sua capacidade real e minimizaria a ocorrência de enchentes como a ocorrida em 14 de fevereiro de 2013 na C.U.A.S.O.

Segundo a Prefeitura do Campus da Capital, a Prefeitura Municipal de São Paulo pretende lançar neste início de 2013 uma nova contribuição de drenagem no Córrego Pirajussara em local interno à C.U.A.S.O. Como este córrego já está extravasando as bordas do seu canal em algumas ocasiões, não há possibilidade de receber novas contribuições. Estas contribuições deverão ser lançadas diretamente no rio Pinheiros. A Universidade deverá se manifestar junto ao órgão responsável.

Manutenção programada

Uma das recomendações dos fóruns realizados pela PUSP-C foi instituir manutenção preventiva programada nos componentes construídos de áreas externas e nos edifícios. Principalmente em relação aos imóveis tombados, em tombamento e a preservar deverão ser instituídos programas que busquem antecipar e prevenir problemas. A exemplo de outros programas que buscam racionalizar recursos, como o PURA e o PURE, da SEF.

A manutenção permite reduzir custos, ao prolongar a vida útil dos componentes construtivos, e riscos, como o de enchentes e incêndios.

O princípio da manutenção programada é o de estabelecer periodicidade e procedimentos específicos para cada categoria de objeto. Geralmente é aplicada a elevadores, extintores ou veículos.

A manutenção programada deve ser estabelecida para áreas externas e edifícios da C.U.A.S.O. Experimentalmente poderiam ser selecionados alguns componentes como luminárias externas, bueiros, para-raios, ar condicionado, telhados e reservatórios.

Componentes como calhas em áreas muito arborizadas e bueiros com maior responsabilidade no escoamento de águas pluviais necessitarão limpeza com maior frequência. Sua localização é um fator a ser considerado na manutenção.

Componentes instalados a mais tempo devem receber manutenção mais frequente que os componentes mais novos.

Algumas tecnologias mais recentes, que agregam sensores eletrônicos para dar suporte à manutenção poderiam ser experimentados na C.U.A.S.O. e se tornar padrão para os campi da USP, uma vez aprovados.

O muro da USP

Sob o título "O muro vai cair" foi publicada matéria em jornal de grande circulação em São Paulo sobre o muro de divisa da Cidade Universitária com a Avenida Engenheiro Billings, conhecida como Avenida Marginal (margem esquerda do Rio Pinheiros). Ver *Reportagens*, neste Plano Diretor.

Consta desta matéria a (des)informação que para se construir a "ciclopasseira" ligando a Cidade Universitária ao Parque Villa-Lobos será necessário derrubar os 2,3 km de muro que separa a Raia Olímpica da Avenida Engenheiro Billings. Não há necessidade desta demolição e a questão, que vem encontrando defensores a favor ou contra, precisa ser esclarecida no que tange à Raia Olímpica.

⁷ Apesar da C.U.A.S.O. não ser dividida em lotes, a legislação se aplica nos novos edifícios com mais de 500 m² de cobertura.

A Universidade cedeu em duas ocasiões diferentes áreas da C.U.A.S.O. ao longo da Raia Olímpica para alargamento da Avenida Engenheiro Billings. Na última vez foi cedida uma faixa de 3,5 metros ao longo dos 2,3 km de extensão da Raia Olímpica para criação de mais uma pista na Avenida Marginal, deixando uma estreita faixa de terreno entre o muro e a Raia, suficiente apenas para a pista de juizes de competições de remo.

A Prefeitura do Município demoliu e reconstruiu o muro existente, na nova posição. Como a água de chuva desta nova faixa da Avenida Marginal viria escorrer para a Raia Olímpica, foi solicitado que a Prefeitura Municipal executasse uma drenagem em área externa à C.U.A.S.O., direcionando as águas pluviais para o Rio Pinheiros.

A Prefeitura Municipal executou aberturas junto ao pé do muro, fazendo com que a contribuição pluvial da Avenida Marginal viesse ter à área da USP antes de ser coletada e deixando a manutenção da drenagem da Avenida Marginal a cargo da Universidade. O resultado foi o início de um processo de erosão das margens da Raia Olímpica, que somente se resolverá após alteração deste sistema de drenagem.

O muro do Joquei Club tem uma situação em relação à Avenida Marginal semelhante ao da USP, mas dispõe de bocas-de-lobo (bueiros) ao longo de toda a sua extensão, do lado externo.

O muro existente está em mau estado e precisa de conservação ou de reconstrução, mas em qualquer caso deverá ser feito o sistema de drenagem, situando-o do lado de fora da C.U.A.S.O. e fechando toda abertura entre a Avenida Engenheiro Billings e a Raia Olímpica.

A Raia Olímpica da C.U.A.S.O. não tem qualquer comunicação com o Córrego Pirajussara e o Rio Pinheiros, sendo suas águas límpidas meio onde vivem tilápias.

Quem rema na Raia Olímpica está alguns metros abaixo do nível das pistas da Avenida Marginal e todo ruído, poluição e lixo existente nesta via expressa tem no muro citado um anteparo. Ao longo da Avenida Professor Mello Moraes, a Avenida da Raia, existem vários prédios acadêmicos, de pesquisa e de moradia estudantil, que não devem receber o impacto da poluição sonora da Avenida Marginal.

Será possível dar aos motoristas que utilizam a Avenida Engenheiro Billings uma visão do verde da C.U.A.S.O. sem prejudicar a qualidade ambiental da Raia Olímpica se o muro de alvenaria for substituído por um muro de vidro com igual desempenho acústico, mantendo a mureta de proteção em concreto e executando-se a drenagem mencionada. A Universidade não deve permitir a demolição pura e simples do muro ou qualquer permeabilidade que não a visual.

Urbanização da Área da Comunidade São Remo

Quando da elaboração do Plano Diretor da C.U.A.S.O. – 2001 houve intenção de resolver a situação desta área invadida, que não tem acesso a alguns serviços urbanos e redes de infraestrutura, mas que não resultou em medidas concretas.

Com a nomeação em 2012 de uma Comissão para tratar do assunto em conjunto com órgãos municipais e estaduais, a presente gestão reitoral iniciou a qualificação deste setor e o resgate de parte da área para uso da Cidade Universitária.

Para a urbanização da área ocupada pela denominada Comunidade São Remo, dotando-a de vias com iluminação e infraestruturas urbanas, é recomendável recuperar o traçado viário do antigo loteamento que foi objeto de desapropriação (parcialmente concluída) para expansão da C.U.A.S.O.

A situação fundiária desta área foi levantada pela Prefeitura do Campus da Capital e enviada à Consultoria Jurídica da USP (atual Procuradoria Geral). Atualmente está sob responsabilidade da Vice-Reitoria Executiva de Administração – USP, Departamento de Patrimônio Imobiliário.

As propostas para a requalificação neste Plano diretor C.U.A.S.O. – 2013 são as seguintes:

- 1) Liberação dos trechos ocupados das vias, configurando cinco quadras para uso predominantemente residencial;
- 2) Abertura de calçada e larga escadaria no prolongamento da Rua Pires Brandão, trecho entre a Avenida São Remo e a Avenida Corifeu de Azevedo Marques;
- 3) Verticalização das moradias;
- 4) Reservar a faixa ao longo da Av. Corifeu de Azevedo Marques para abrigar usos comerciais e de serviços, com parte cedida a uma possível Cooperativa dos Moradores da Comunidade São Remo, para propiciar uma complementação de renda às famílias e para instalação de cursos profissionalizantes ligados ao Sistema "S".
- 5) Uso de uma área anteriormente cedida à SABESP para instalação de equipamento de saúde e creche.

A cessão de uso à SABESP foi o meio encontrado pela Prefeitura do Campus da Capital há quase duas décadas para evitar que esta área também fosse invadida. A USP solicitou à SABESP em 2013 a devolução da área e está reformando o edifício existente no platô superior do terreno para instalação de uma Unidade de Pronto Atendimento - U.P.A., reduzindo a demanda sobre o Pronto Socorro do H.U.

No platô inferior da área ocupada pela SABESP, que serve de estacionamento de veículos, recomenda-se a implantação de uma creche.

Quanto à implantação de um Centro Educacional Unificado – C.E.U.⁸ na área da Comunidade São Remo, que chegou a ser cogitado, o bairro do Butantã já dispõe de um C.E.U. de grandes proporções: o CEU Butantã, localizado na Avenida Engenheiro Heitor Antonio Eiras Garcia, nº 1.700, a menos de 2 (dois) quilômetros em linha reta da comunidade São Remo.

O C.E.U. Butantã conta com um Centro de Educação Infantil (CEI) para crianças de 0 a 3 anos, uma Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) para alunos de 4 a 6 anos e uma Escola Municipal

⁸ Centro Educacional Unificado – CEU – Os Centros Educacionais Unificados - CEUs são espaços que visam promover o desenvolvimento integral de crianças, jovens e adultos, por meio de experiências educacionais inovadoras, conjugadas a atividades artísticas, culturais, esportivas e de inclusão digital. (www.prefeitura.sp.gov.br/ acesso em 18/03/2013).

Equipamento público voltado à Educação, criado pela Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de São Paulo, também utilizado como centro cultural, esportivo e de lazer. Todos os CEUs são equipados com quadra poliesportiva, teatro (utilizado também como cinema), playground, piscinas, biblioteca, telecentro e espaços para oficinas, ateliês e reuniões. Os espaços são abertos nos finais de semana com o intuito de beneficiar tanto crianças e adolescentes como a comunidade do entorno de baixa renda (www.bairrobotanta.com.br).

de Ensino Fundamental (EMEF), que também oferece Educação de Jovens e Adultos (EJA) (www.bairrobotanta.com.br).

Parte dos moradores da Comunidade São Remo tem vínculo empregatício com a USP e acessa o sistema de creches e o Centro de Práticas Esportivas da USP.

A partir destas considerações, propõe-se um equipamento educacional verticalizado, sem reduzir a área destinada à construção de moradias. O programa deste equipamento deverá ser solicitado à Fundação para o Desenvolvimento da Educação – FDE, órgão do governo estadual.

Propõe-se que este equipamento educacional ocupe parte da Quadra 10 da Cidade Universitária, trecho junto à Avenida São Remo; o restante desta Quadra está reservada para a construção de uma garagem do Hospital Universitário.

Para compensar a perda de área da C.U.A.S.O. com a cessão de parte da Quadra 10, propõe-se que este novo equipamento escolar absorva as funções da Escola Estadual Clorinda Danti⁹, situada em terreno da Universidade com testada para a Avenida Corifeu de Azevedo Marques, possibilitando seu retorno ao uso da USP.

Esta troca é interessante porque é possível prever maiores e melhores instalações para a escola, que ficaria mais próxima de parte de seu público alvo, e a Universidade ampliaria sua visibilidade em relação à Cidade ao reintegrar à Cidade Universitária o terreno ocupado pela Clorinda Danti.

O projeto de urbanização e construção de novas habitações para os moradores da São Remo deverá contemplar o retorno à Universidade da área atualmente ocupada por um campo de futebol e pelas instalações do antigo programa “Circo Escola”. É importante que seja esta área por ser contígua à C.U.A.S.O.

A requalificação da São Remo poderá ser uma oportunidade para atividades de extensão universitária protagonizada pelos setores afins da Universidade e para experiências de arquitetura e engenharia sustentáveis.

Quadra 9 - situada entre as vias Cipotânea, São Remo, Pangaré e Eugênio Camargo

A outra área da USP objeto de invasão, embora bem mais recente, denominada oficialmente de Quadra 9, entre as vias Cipotânea, Avenida São Remo, Pangaré e Sebastião Eugênio Camargo, já dispõe de urbanização.

Nem todos os lotes desta quadra pertencem à Universidade. A situação fundiária desta quadra também foi objeto do já citado levantamento realizado pela Prefeitura do Campus da Capital.

Recomenda-se que os ocupantes sejam transferidos para a nova São Remo, liberando os lotes para voltar ao uso da USP, e que seja completada a desapropriação dos demais lotes em favor da Universidade.

⁹ A Escola Estadual Clorinda Danti foi instalada em terreno da C.U.A.S.O. porque em sua origem destinava-se a atender os filhos dos funcionários e professores da USP.

O plantio compensatório de árvores na C.U.A.S.O.

A Cidade Universitária “Armando de Salles Oliveira” em suas primeiras décadas de construção (anos 1950, 1960 e 1970) apresentava poucas áreas arborizadas, sendo uma delas a atual Reserva do Instituto de Biociências. Ver foto aérea de 1958 abaixo.



Dentre os primeiros documentos relatando o plantio de árvores na Cidade Universitária há a informação em CAMPOS, 1954¹⁰ sobre palmeiras seafortia (*Archontophoenix cunninghamiana*), espécie exótica hoje identificada como invasora, ou seja, cuja proliferação se dá com prejuízo da biodiversidade do entorno.

Mas foi nas últimas décadas que o problema se exponenciou, quando do plantio desta palmeira formando duas fileiras na ilha central da Avenida da Universidade, principal acesso da Cidade Universitária. Este plantio veio competir com as tipuanas já adultas que ocupavam o canteiro central e as laterais desta via. Não houve nenhum estudo paisagístico para este plantio, que contribuiu para a redução da visibilidade do ponto focal desta Avenida da Universidade – a Torre do Relógio, e reduziu ainda mais a eficácia da iluminação desta via.

Com a invasão da Reserva das Biociências pela seafortia foi necessário agir para não comprometer a biodiversidade desta área de pesquisa. Mas o manejo que passou a ser feito tem também um custo permanente.

A solução encontrada para reduzir a proliferação da seafortia foi a de incluir nos serviços da empresa terceirizada que faz a manutenção de jardins neste setor da C.U.A.S.O. o corte sistemático dos cachos de frutos quando ainda não maduros. Esta tarefa traz a consequência do aumento permanente do custo do serviço.

¹⁰ CAMPOS, Ernesto de Souza. *História da Universidade de São Paulo*. São Paulo, 1954.

A propagação da sefortia atingiu também a extensa área arborizada no terreno vizinho do Instituto do Butantã e também o viveiro de plantas da Prefeitura do Campus da Capital, tornando necessário o manejo nestas áreas para controlar a invasão da Reserva do Instituto de Biociências.

Houve algumas tentativas para organizar o plantio de árvores na Cidade Universitária. O Plano Diretor da C.U.A.S.O. – 2001 recomendou um estudo paisagístico (não realizado) para as ilhas das avenidas, recuos das vias, rotatórias e praças, objetivando maior visibilidade no trânsito, nas calçadas e edifícios principais, menor impacto sobre a iluminação pública e um partido estético na escolha e disposição das espécies, além do emprego de espécies arbóreas nativas brasileiras.

Mas justamente estas áreas têm recebido o plantio compensatório de licenças ambientais de novos edifícios e vias na C.U.A.S.O. As áreas de preservação permanente ao longo dos cursos d'água canalizados ou de proteção a nascentes estão praticamente esgotadas enquanto disponibilidade para plantio de árvores.

O Plano Diretor da C.U.A.S.O. – 2013, considerando de um lado a crescente dificuldade em termos de legislação ambiental para o corte de qualquer árvore e de outro o grande impacto sobre a percepção dos espaços e edifícios da Cidade Universitária causado pela excessiva arborização junto aos sistemas de mobilidade, propõe que a compensação ambiental seja realizada na forma de doação de mudas e, em casos excepcionais, exclusivamente nas áreas de preservação permanente identificadas na planta *Implantação Geral* que integra este Plano Diretor.

Deverão ser utilizadas em plantio na C.U.A.S.O. somente as espécies nativas brasileiras cujas raízes não ofereçam riscos de destruição à infraestrutura e pavimentos, bem como não ameacem a integridade das pessoas devido à suas características, como árvores de grande porte e galhos frágeis.

Elaboração e implantação de Plano de Manejo para a remoção da palmeira exótica invasora *Archontophoenix cunninghamiana* (palmeira seafórtia, palmeira australiana) e o plantio de espécies arbóreas nativas no Campus da USP.

Fonte: Texto baseado na Monografia elaborada pela Eng. Marcia Regina Mauro como requisito para conclusão do Curso de Especialização em Gerenciamento Ambiental da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz - ESALQ/USP: Recuperação Ambiental com a Eliminação da Palmeira Exótica Invasora *Archontophoenix cunninghamiana* e a Recomposição da Mata Ciliar em Reserva Florestal de Mata Atlântica do Planalto Paulista, Viveiro de Mudas e Canal de Drenagem no Campus Capital da USP, SP.

No Campus da Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira – CUASO (Universidade de São Paulo – USP, Campus Capital) existe uma Reserva Florestal de Mata Atlântica do Planalto Paulista pertencente ao Instituto de Biociências da USP (IB-USP), com cerca de 10 ha, que encontrava-se totalmente invadida pela palmeira exótica invasora australiana *Archontophoenix cunninghamiana* (palmeira seafórtia, palmeira australiana) trazida para o Campus para ornamentação há cerca de 50 anos (DISLICH 2002).

A Reserva tem sido utilizada há pelo menos 4 décadas pelos professores e alunos do Instituto de Biociências e outras instituições para a realização de diversas pesquisas sobre a dinâmica das florestas de Mata Atlântica do Planalto Paulista. Além disso, a Reserva apresenta uma enorme importância para a Cidade de São Paulo, considerando que colabora para a formação de corredores ecológicos (inclusive previstos no Plano Diretor Físico da Cidade Universitária, 2001), que possibilitam o fluxo de matrizes gênicas entre os animais.

Comparando-se a população da palmeira exótica invasora com as outras espécies da Reserva, vê-se que ela representa quase um terço do número total de indivíduos e, contrariamente a essa espécie, a comunidade de arbóreas nativas vem apresentando taxas de crescimento anual negativas. Desta forma, tornou-se necessário e urgente a implantação de ações para controlar a expansão da palmeira invasora, a fim de reverter o processo de invasão já estabelecido (DISLICH, 2002; DISLICH *et al.* 2002; ZUPO & PIVELLO 2007a), assim como mitigar os danos causados e prevenir danos futuros.

Na CUASO também existe um Viveiro de Mudas da Prefeitura-USP com uma área aproximada de 10 ha, contígua à Reserva, e que também se encontrava invadido pela palmeira australiana.

Desde 1997, pesquisadores do Instituto de Biociências da USP vêm realizando censos periódicos da vegetação arbóreo-arbustiva da Reserva, que demonstram o rápido processo de invasão pela palmeira australiana *Archontophoenix cunninghamiana* e sua dominância sobre as lenhosas nativas (DISLICH *et al.* 2002; PIVELLO *et al.* 2003; ZUPO & PIVELLO 2007a; 2007b). Comparando-se a população de *A. cunninghamiana* com as outras espécies da Reserva, vê-se que ela representava quase um terço do número total de indivíduos e, contrariamente a essa espécie, a comunidade de arbóreas nativas vem apresentando taxas de crescimento anuais negativas (ZUPO & PIVELLO, 2007a; 2007 b). Essa alarmante capacidade de expansão de *A. cunninghamiana* decorre de suas características de propagação – floresce e frutifica o ano todo, com mais de 3.600 frutos em cada cacho (MENGARDO & PIVELLO 2007) - e dispersão, pois seus frutos vermelhos são muito atrativos a várias espécies de pássaros generalistas (CHRISTIANINI 2006), além de ser pouco exigente quanto às condições de luminosidade e água.

O processo de invasão biológica oferece alto risco para a conservação do fragmento florestal nativo, ameaçando fortemente sua biodiversidade natural. Desta forma tornou-se necessária a adoção de medidas a fim de controlar a invasão da palmeira na Reserva e no Campus da USP, promover a recuperação da Reserva com a introdução de espécies arbóreas nativas e prevenir novas invasões.

O controle e a erradicação de espécies exóticas invasoras estão previstos em diversos instrumentos legais: Lei Municipal (São Paulo) nº 10.365/ 1987; Decreto Federal nº 4.339/ 2002; Lei Federal nº 11.428/ 2006; Portaria SVMA (São Paulo) nº 154/ 2009; Resolução CONABIO nº 5 /2009.

Em 2009 recebemos ofício do Prof. Wellington Dilliti, então Diretor do IB-USP e em seguida nomeado Coordenador da recém-criada Coordenadoria de Gestão Ambiental da USP, que solicitava nosso apoio em implantar um plano de manejo para a remoção das palmeiras invasoras e o plantio de espécies arbóreas nativas, a fim de recuperar a reserva florestal do IB. Tal iniciativa foi resultado dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão de Gerenciamento da Reserva Florestal do Instituto de Biociências.

Para estabelecer uma metodologia para recuperar a Reserva que provocasse o menor impacto possível, foram realizadas diversas reuniões com os membros da Comissão de Gerenciamento da Reserva Florestal do IB, cuja presidente é a Prof. Dra. Vânia R. Pivello, onde foram levantadas diversas hipóteses para a metodologia.

Afinal optamos pela morte em pé das palmeiras, a fim de provocar o menor impacto à Reserva devido à remoção de grande quantidade de entulho vegetal, realizando o corte apenas do meristema apical das palmeiras invasoras e picotando as folhas no próprio local, retirando da área o material mais lignificado. Foram consultados diversos especialistas, como o Prof. Dr. Ricardo R. Rodrigues (Coordenador do LER-ESALQ-USP) que acreditam na segurança do método acima para o meio ambiente. Com o corte do meristema apical a palmeira não rebrota e morre, sendo que, com o caule em pé, ocorre a sua decomposição mais rápida (devido à ação dos microorganismos do solo) do que se cortássemos o caule na sua base e deixássemos sobre o solo. Optamos também por realizar o plantio das mudas de arbóreas nativas logo em seguida ao corte, a fim de que novas invasoras não germinem devido à abertura de clareiras quando ocorressem os cortes das palmeiras.

O corte raso da palmeira iria provocar o aumento do custo final do projeto devido à necessidade de remoção de um volume maior de entulho vegetal do local devido à grande quantidade de material lignificado (o caule e folhas da palmeira levariam muito tempo para decompor e dificultariam o plantio de mudas e a germinação de mudas do banco de sementes do local) e a um impacto maior na Reserva devido ao pisoteio durante a remoção do entulho vegetal.

Optamos também pelo corte das mudas de palmeira com altura superior a 50 cm considerando-se que abaixo desta altura a mortalidade das mudas é alta (Com. Pess. Ana Luíza T. Mengardo) e não removendo o entulho vegetal do local, sendo que este entulho irá decompor e servir como adubo e cobertura morta (para manter a umidade do solo) para a Reserva.

Durante o período de definição da metodologia, encaminhamos o projeto para os órgãos ambientais competentes (Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente-SMVA/SP e Secretaria Estadual de Meio Ambiente-SMA/SP) solicitando as licenças ambientais necessárias para a implantação do plano de manejo.

Em maio de 2009, a SMA iniciou o desenvolvimento de uma Estratégia Estadual para Espécies Exóticas Invasoras.

Após diversas reuniões e considerando que existe um convênio entre a SVMA e SMA que agiliza o licenciamento na cidade de São Paulo, a SMVA publicou em 05/12/2009 a portaria 154/09 que estabelece ações de manejo contra espécies exóticas invasoras, mediante plano de manejo (com uma lista de espécies consideradas invasoras exóticas, incluindo a palmeira australiana) e autorizou a implantação do plano de manejo na Reserva e no Viveiro da USP em 01/10/2010.

Enquanto definíamos a metodologia para a recuperação da Reserva Florestal e do Viveiro de Mudas também elaboramos um projeto de recuperação do Canal de Drenagem da Escola Politécnica e o encaminhamos, através da FUSP (Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo), ao FEHIDRO (Fundo Estadual de Recursos Hídricos/SP) solicitando financiamento para o projeto de recuperação da Reserva, Viveiro e Canal de Drenagem.

O FEHIDRO tem por objetivo dar suporte financeiro à Política Estadual de Recursos Hídricos em São Paulo e às ações correspondentes e a FUSP é responsável pela administração de projetos de pesquisa de docentes da USP.

Realizamos uma pesquisa de valores e, através de orçamentos que recebemos de empresas da área e consultando os orçamentos de outros projetos que envolviam a recuperação de matas ciliares através do plantio de mudas arbóreas, elaboramos um orçamento estimativo para a implantação do projeto em R\$350.000,00. O FEHIDRO aprovou o financiamento de 70% do valor do projeto (30% do valor é considerado contrapartida da USP e é exigência do FEHIDRO). Em 03/05/2010 foi assinado o contrato do FEHIDRO com a FUSP, que repassa o valor do FEHIDRO para a Prefeitura-USP, Contrato nº196/2010.

Com as autorizações ambientais necessárias e o contrato de financiamento assinado, providenciamos os elementos necessários e contratamos empresa por meio de licitação para realizar a implantação do projeto, através do pregão presencial nº11/2011, sendo que a empresa finalizará o serviço em 14.02.2013.

Para a eficiência do projeto é necessário:

- continuar com a eliminação das demais palmeiras invasoras existentes no Campus da USP e ao seu redor, assim como a remoção das demais espécies exóticas invasoras descritas na portaria 154 (leucenas, eucalipto, etc.) a fim de proteger a Reserva Florestal e outros remanescentes de Mata Atlântica na cidade de São Paulo;
- realizar avaliações, diagnósticos e levantamentos periódicos a fim de acompanhar e corrigir possíveis erros cometidos no plano de manejo da Reserva (mortalidade das mudas, necessidade de plantio de espécies de preenchimento e/ou diversidade, manutenção, avaliar novas invasões de exóticas);
- continuar a conscientização da comunidade acadêmica, do entorno do Campus da USP, da população e dos órgãos responsáveis pelas políticas públicas sobre os problemas relacionados à invasão biológica de espécies e da necessidade de erradicação destas espécies a fim de se preservar as espécies nativas e promover a importância da biodiversidade;
- considerar que a área da Reserva deve ter um cuidado privilegiado quanto à sua conservação e evitar possíveis impactos antrópicos relacionados às áreas de pressão do entorno. Além da sua utilização para pesquisas pela Universidade, é um bem da USP e da cidade a proteger.

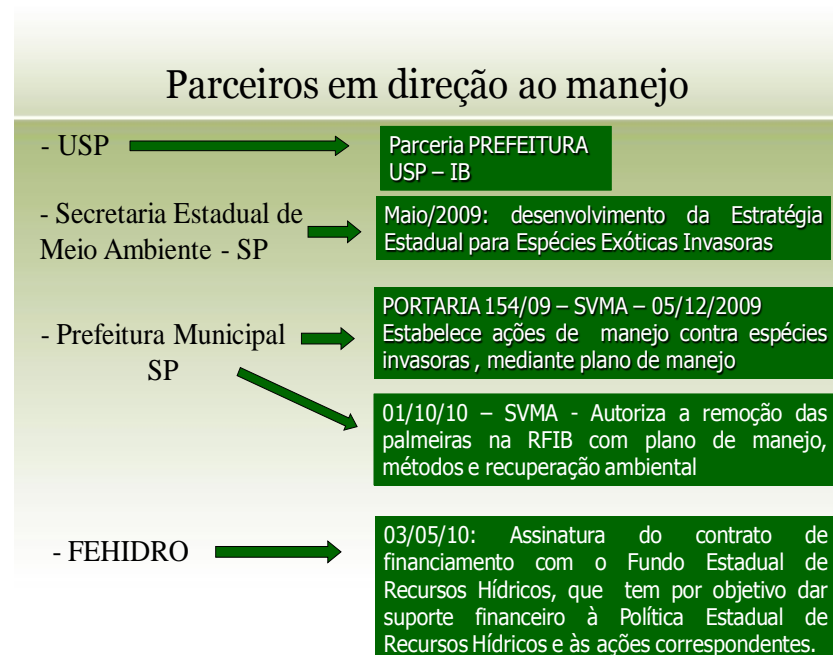


Figura 1. Parceiros da USP no projeto de recuperação da Reserva do IB, do Viveiro de Mudas da Prefeitura -USP e do Canal de Drenagem. Fonte: Marcia R. Mauro

O PLANO REGIONAL ESTRATÉGICO DA SUBPREFEITURA DO BUTANTÃ E A CIDADE UNIVERSITÁRIA

O Plano Regional Estratégico da Subprefeitura do Butantã e a Cidade Universitária

O Plano Regional Estratégico – P.R.E. da Subprefeitura do Butantã, Lei nº 13.885, de 25 de agosto de 2004, inclui propostas que afetam a Cidade Universitária.

As plantas que integram o P.R.E. da Subprefeitura do Butantã trazem erro nos limites da Cidade Universitária nos trechos mais próxima da Avenida Corifeu de Azevedo Marques e também um viário antigo, pois ainda constam as vias demolidas em 1996 na Praça do Relógio.

Anexamos a planta "Hidrografia" deste P.R.E., que apresenta as galerias pluviais e fluviais do entorno e da área da Cidade Universitária. Esta planta traz uma incorreção a respeito do trecho final do Córrego Pirajussara dentro da C.U.A.S.O.: este curso d'água se divide no terreno da Raia Olímpica em uma galeria (como consta da planta do P.R.E.) e um canal a céu aberto (não apresentado nesta base cartográfica).

A planta 01 do P.R.E. Butantã, denominada "Rede Estrutural Hídrica Ambiental" apresenta um parque interno a C.U.A.S.O., onde atualmente estão em construção os Museus da USP e o Centro de Convenções da USP. Esta planta apresenta ainda um "Caminho Verde" da Praça 1 da C.U.A.S.O. à Avenida Engenheiro Billings (Avenida Marginal), trecho que apesar de interno a Cidade Universitária não foi discutido com a USP, ao que tudo indica.

A Planta 02 do P.R.E. Butantã, denominada "Sistema Viário Estrutural" apresenta a proposta de uma ciclovia ou rota de ciclismo na Avenida Escola Politécnica e outra na Avenida Afrânio Peixoto (neste trecho existe uma ciclovia na ilha desta via) seguindo até a Avenida Lineu de Paula Machado (neste trecho foi executada uma ciclofaixa) e outra proposta de uma ciclovia ou rota de ciclismo interna a C.U.A.S.O., no trecho do "Caminho Verde" indicado na Planta 01, não executado.

Esta mesma planta 02 do P.R.E. Butantã indica "melhorias" na Avenida Professor Mello Moraes e "intervenções pontuais" na interseção da Avenida Escola Politécnica com a Avenida Professor Mello Moraes e na ligação desta última com a ponte Cidade Universitária. Quanto a esta última proposta, a Prefeitura Municipal apresentou em 2012 um estudo à USP, que o recusou por consistir em um viaduto com grande declividade cujo término se dava na curva da Avenida Professor Mello Moraes e junto às margens do Córrego Pirajussara e que poderia criar congestionamentos externos a C.U.A.S.O. no caso de haver portaria de controle de acesso a Cidade Universitária.

A Cidade Universitária é um imóvel de propriedade da Universidade de São Paulo, que por ser uma autarquia goza da prerrogativa de ter imóveis em seu nome, diferentemente de órgãos da administração direta do Governo Estadual. As vias da Cidade Universitária nunca foram doadas à Municipalidade. O Município também não pode desapropriar áreas do Estado.

Medidas que visem aumentar a capacidade da Avenida Engenheiro Billings ou da Rua Alvarenga não são adequadas sob o ponto de vista da sustentabilidade, porque direcionadas ao transporte individual ou de baixa capacidade e ao mesmo tempo trazendo grande impacto a C.U.A.S.O., ao aumentar o trânsito de passagem principalmente nos horários de pico, em que cerca de 64.000 pessoas vinculadas diretamente à Cidade Universitária estão tentando sair ou chegar ao seu local de trabalho ou estudo.

A C.U.A.S.O. não deve ser uma ilha na Cidade de São Paulo, devendo interagir com a área urbana e podendo abrigar utilizações da Cidade Universitária desde que não interfiram com a missão da Universidade.

Vale lembrar que a USP cedeu por duas vezes à Cidade de São Paulo faixas de terreno ao longo da Raia Olímpica para ampliação do número de faixas da Avenida Engenheiro Billings. O que deve ser feito é focar no transporte de alta capacidade, ao invés de prosseguir nas soluções paliativas de transporte individual ou coletivo de baixa capacidade, com prejuízos para a paisagem urbana e com aumento da poluição do ar.

A planta 03 do P.R.E. Butantã, "Rede Estrutural de Transporte Público" trata deste assunto. É proposta uma linha de metrô sob a Avenida Jaguaré e dois "Passa Rápido", sendo um na Avenida Francisco Morato e outro na Avenida Professor Fonseca Rodrigues / Avenida Pedroso de Moraes / Avenida Brigadeiro Faria Lima. Estes percursos são periféricos em relação à Cidade Universitária. Mas já serão de grande interesse para acesso a C.U.A.S.O., ainda que exigindo uma transferência de modal de transporte.

Ao redor da Estação Butantã da Linha 4 do Metrô, que é identificada como "Terminal Intermodal", o P.R.E. Butantã propõe quatro Estações de Transferência, além de uma na intersecção da Avenida Escola Politécnica com a Avenida Corifeu de Azevedo Marques e outra junto à Ponte Cidade Universitária. Estas serão as estações de transferência mais próximas a C.U.A.S.O.

A construção de uma Estação de Transferência junto à ponte Cidade Universitária muito contribuiria para reduzir a pressão por estacionamento nas ruas da Cidade Universitária de usuários do trem da CPTM que não possuem vínculo com a Universidade. Mas o Plano Regional Estratégico não traz a localização exata do local a ser utilizado, que deverá observar as restrições ambientais e ter acesso por via externa à C.U.A.S.O.

A planta 04 do P.R.E. Butantã, "Uso e Ocupação do Solo", apresenta a Cidade Universitária, o Instituto Butantã, o Instituto de Pesquisas Tecnológicas e o CEPAM como uma única zona de uso do solo, a Zona de Ocupação Especial - ZOE. A área ocupada pela Comunidade São Remo e a Quadra 9 estão classificadas como Zona Especial de Interesse Social - ZEIS¹.

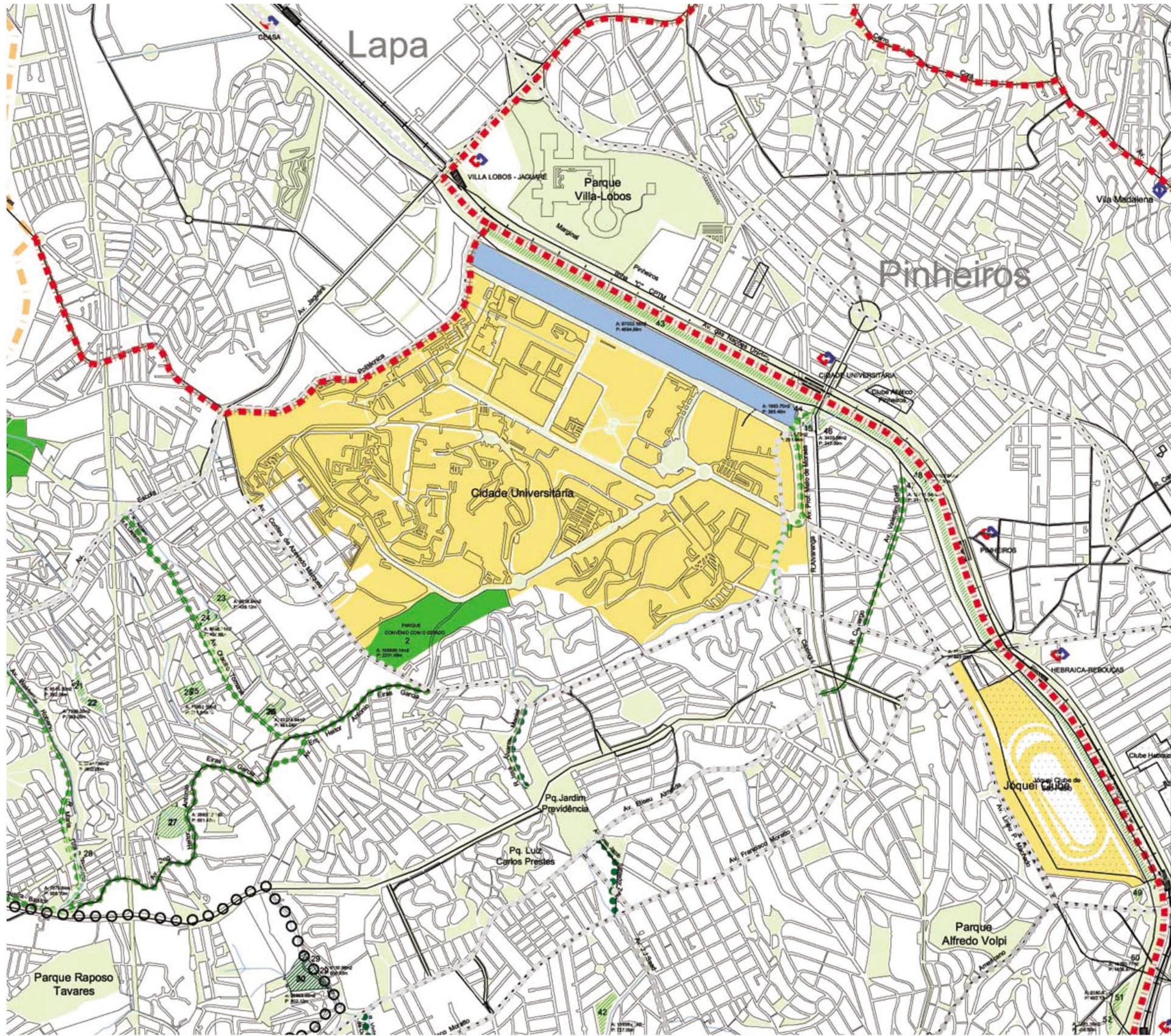
O entorno da ZOE que contém a Cidade Universitária é classificado como Zona Mista de Baixa Densidade ou Zona Mista de Média Densidade e ainda Zona de Centralidade Polar-a (área com comércio e serviços de apoio) junto a alguns trechos da Avenida Corifeu de Azevedo Marques. O loteamento da Companhia City na entrada da C.U.A.S.O. é classificado como Zona Exclusivamente Residencial de Baixa Densidade – 1. São criados alguns corredores de comércio e serviços: a Avenida Vital Brasil é classificada como "Zona de Centralidade Linear – a" e o trecho contíguo da Avenida Corifeu de Azevedo Marques de "Zona de Centralidade Linear de Proteção Ambiental" e a Rua Alvarenga, no trecho entre a Ponte Cidade Universitária e a Avenida Vital Brasil, de "Zona de Centralidade Linear – b".

¹Conforme decreto 44.667 de 26 de abril de 2004, ZEIS são porções do território do Município delimitadas por lei e destinadas, prioritariamente, à recuperação urbanística, à regularização fundiária e à produção de Habitação de Interesse Social - HIS e de Habitação de Mercado Popular - HMP, incluindo a recuperação de imóveis degradados, a provisão de equipamentos sociais e culturais, espaços públicos, serviços e comércio de caráter local. Fonte: www.prefeitura.sp.gov.br

Resumindo, todas as zonas de uso ao redor da Cidade Universitária são de baixa a média densidade, mas o que se observa nos bairros ao longo da Avenida Corifeu de Azevedo Marques é a edificação recente de vários prédios residenciais. E a proposta de se criar um corredor de ônibus na Avenida Corifeu de Azevedo Marques, interligando as duas linhas de metrô provavelmente não será suficiente para que a massa de pessoas que estuda ou trabalha na Cidade Universitária passe a usar o transporte de alta capacidade. A USP deverá tomar a iniciativa junto aos órgãos municipais e estaduais e ainda as companhias mistas, como a CPTM, para influenciar na melhoria do acesso da Comunidade USP ao transporte de alta capacidade que existe ou está proposto nas periferias da Cidade Universitária. O uso da bicicleta é interessante ambientalmente, mas não é de uso universal nem de alta capacidade.

A USP deverá contatar oficialmente a Prefeitura Municipal e as subprefeituras do Butantã e da Lapa por motivo de ter-se iniciado uma nova administração em 2013, a qual deverá revisar o Plano Diretor Estratégico da Cidade de São Paulo, o Plano Regional Estratégico da Subprefeitura do Butantã e o Plano Regional Estratégico da Subprefeitura da Lapa. Deverá ser buscado um entendimento a respeito das questões que tragam possíveis impactos à C.U.A.S.O. ou oportunidades, como uma possível interligação ao Parque Tecnológico a ser implantado na Avenida Escola Politécnica, em frente ao portão 2 da Cidade Universitária, Subprefeitura da Lapa.

Na planta 05 do P.R.E. Butantã, “Desenvolvimento Urbano”, são apresentadas as áreas da Operação Urbana Vila Leopoldina” e da Operação Urbana “Vila Sônia”. Esta última interfere diretamente com a USP, ao incluir em sua delimitação parte da Cidade Universitária junto a trecho da Avenida Professor Mello Moraes. E apesar de serem citadas na legenda desta planta a Zona Especial de Preservação Cultural - ZEPEC, não há nenhuma delimitação interna a C.U.A.S.O. conforme estipulado no Quadro nº 06, anexo à Parte III da Lei nº 13.885, de 25 de agosto de 2004.



- LEGENDA**
- Limite do Município de São Paulo
 - - - Limites das Subprefeituras
 - - - Limite dos Municípios Vizinhas de São Paulo
 - Limite de Área de Proteção Ambiental
 - Limite de Macrozona de Proteção Ambiental
 - Limite de Área de Proteção de Mananciais
 - Rodovial
 - Sistema Viário Estrutural
 - Ferrovia
 - Hidrografia
 - Zona Especial de Proteção - ZEP
 - Parques e Áreas Municipais
 - Referência Urbana

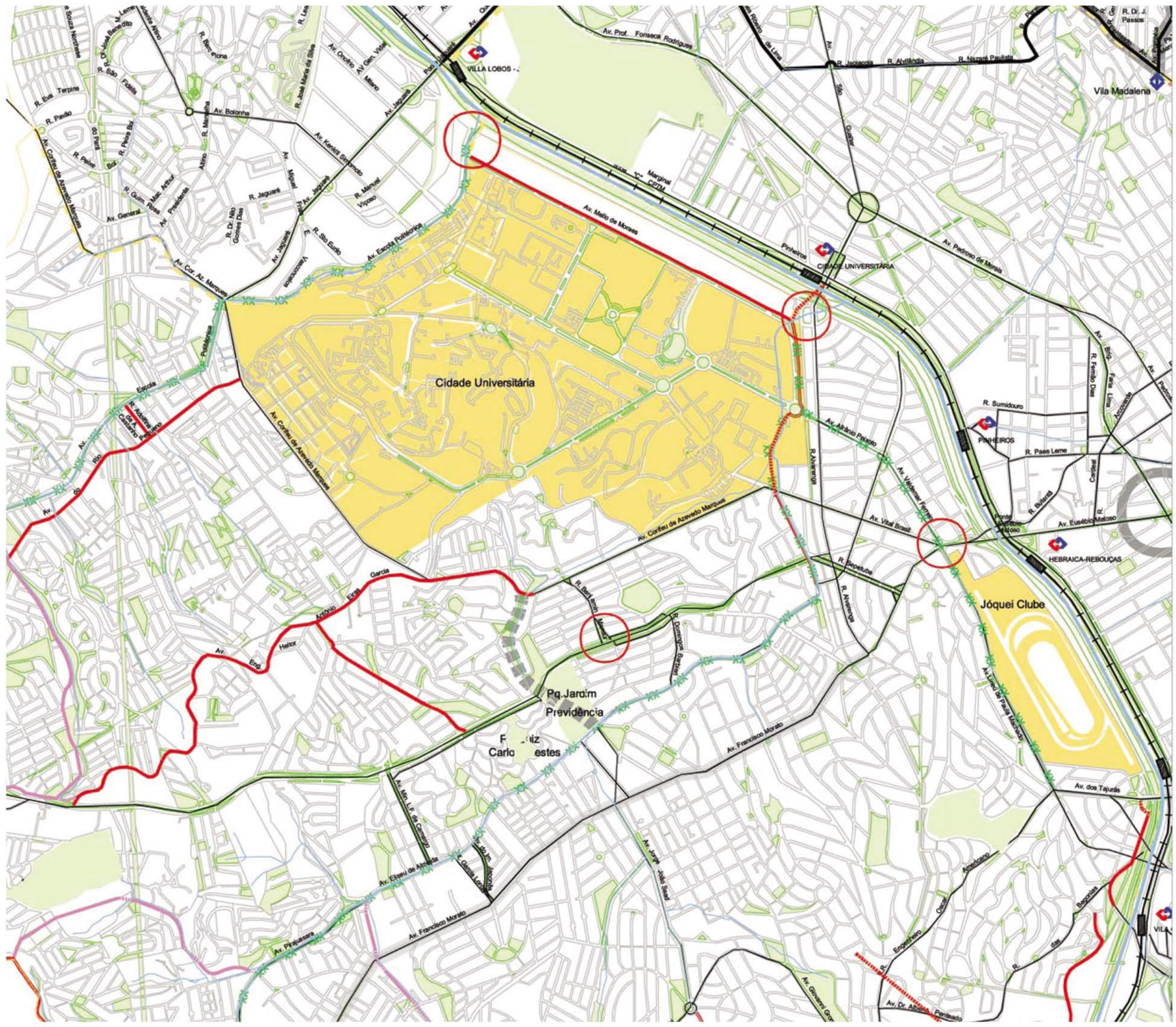
- PLANO DIRETOR ESTRATÉGICO**
- Parque Linear - 2006 PDE
 - Parque Linear - 2012 PDE
 - Caminho Verde - 2006 PDE
 - Caminho Verde - 2012 PDE
 - Área de Estudo Parque - 2006 PDE
 - Área de Estudo Parque - 2012 PDE
 - Piscinão Existente
 - Piscinão Projetado

- PLANO REGIONAL ESTRATÉGICO**
- Caminho Verde Proposto - 2006 PRE
 - Caminho Verde Proposto - 2012 PRE
 - ▨ Parque Linear Proposto - 2006 PRE
 - ▨ Parque Linear Proposto - 2012 PRE
 - ▨ Parque Projetado - 2006 PRE
 - ▨ Piscinão

Prefeitura do Município de São Paulo
 Secretaria Municipal de Planejamento Urbano
 Subprefeitura
BUTANTÃ
 PLANO REGIONAL ESTRATÉGICO

Mapa
REDE ESTRUTURAL HÍDRICA AMBIENTAL 01
 Fonte

Base digital : Mapa Oficial da Cidade - Geolog 2.1.2
 Lei nº 13.885, de 25 de agosto de 2004 | data 25/08/04



- LEGENDA**
- Limite do Município de São Paulo
 - Limites das Subprefeituras
 - Limite dos Municípios Vizinhos de São Paulo
 - Rodoanel
 - Sistema Viário Estrutural
 - Ferrovia
 - Hidrografia
 - Zona Especial de Preservação (ZEP)
 - Parques e Áreas Municipais
 - Referência Urbana

- PLANO DIRETOR ESTRATÉGICO**
- Vias a Melhorar 2006 - PDE
 - Vias a Melhorar 2012 - PDE
 - Vias a Abrir 2006 - PDE
 - Vias a Abrir 2012 - PDE
 - Intervenção Pontual 2006 - PDE
 - Intervenção Pontual 2012 - PDE

- PLANO REGIONAL ESTRATÉGICO**
- Vias a Melhorar 2006 - PRE
 - Vias a Melhorar 2012 - PRE
 - Vias a Abrir 2006 - PRE
 - Vias a Abrir 2012 - PRE
 - Intervenção Pontual 2006 - PRE
 - Intervenção Pontual 2012 - PRE
 - Ciclovia ou Rotas de Ciclismo 2006 - PRE
 - Ciclovia ou Rotas de Ciclismo 2012 - PRE

Prefeitura do Município de São Paulo

Secretaria Municipal de Planejamento Urbano

Subprefeitura

BUTANTÃ

PLANO REGIONAL ESTRATÉGICO

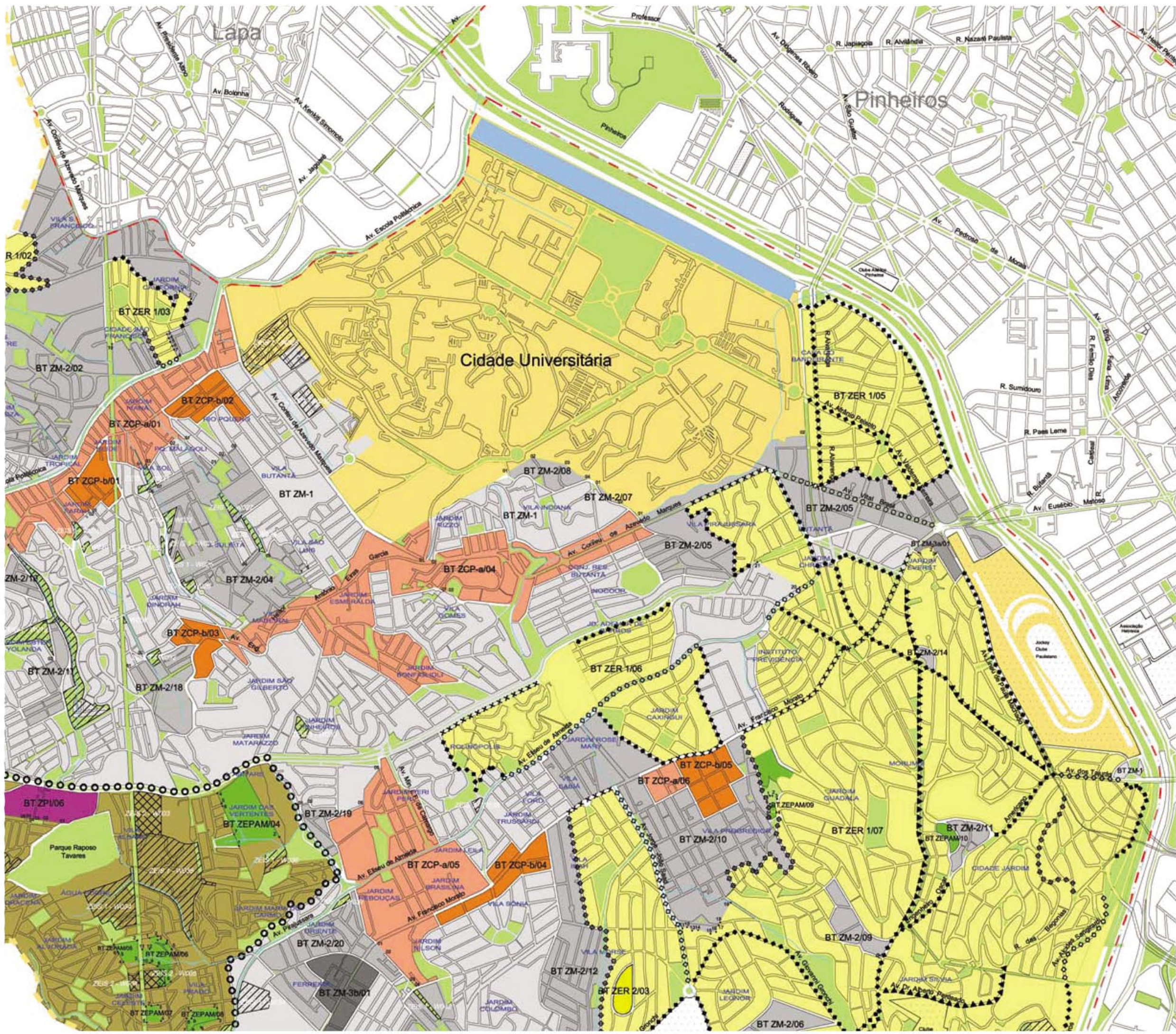
SISTEMA VIÁRIO ESTRUTURAL

Mapa **02**

Fonte

Base digital : Mapa Oficial da Cidade - Geolog 2.1.2

Lei nº 13.885, de 25 de agosto de 2004 | data 25/08/04



LEGENDA

- Limite do Município de São Paulo
- Limites das Subprefeituras
- Limite dos Municípios Vizinhos de São Paulo
- Limite de Área de Proteção Ambiental
- Limite de Macrozona de Proteção Ambiental

MACROZONA DE ESTRUTURAÇÃO E QUALIFICAÇÃO URBANA

- ZER-1 Zona Exclusivamente Residencial Baixa Densidade
- ZER-2 Zona Exclusivamente Residencial Média Densidade
- ZER-3 Zona Exclusivamente Residencial Alta Densidade
- ZPI Zona Predominantemente Industrial
- ZM-1 Zona Mista de Baixa Densidade
- ZM-2 Zona Mista de Média Densidade
- ZM-3a Zona Mista de Alta Densidade - a
- ZM-3b Zona Mista de Alta Densidade - b
- ZCP-a Zona de Centralidade Polar - a
- ZCP-b Zona de Centralidade Polar - b

ZONAS ESPECIAIS

- Zona Especial de Interesse Social - 1
- Zona Especial de Interesse Social - 2
- Zona Especial de Interesse Social - 3
- Zona Especial de Interesse Social - 4
- ZEPAM Zona Especial de Proteção Ambiental
- ZEPAG Zona Especial de Produção Agrícola e de Extração Mineral
- ZEPPEC Zona Especial de Preservação Cultural
- ZOE Zona de Ocupação Especial

MACROZONA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

- ZCP-p Zona de Centralidade Polar de Proteção Ambiental
- ZM-p Zona Mista de Proteção Ambiental
- ZPDS Zona de Proteção e Desenvolvimento Sustentável
- ZER-p Zona Exclusivamente Residencial de Proteção Ambiental
- ZLT Zona de Lazer e Turismo
- ZEP Zona Especial de Preservação

TRECHOS DE LOGRADOUROS PÚBLICOS ENQUADRADOS EM ZONAS DE CENTRALIDADES LINEARES

- Zona de Centralidade Linear - a (ZCL-a)
- Zona de Centralidade Linear - b (ZCL-b)
- Zona de Centralidade Linear - a (ZCL-a) e b (ZCL-b)
- Zona de Centralidade Linear I em ZER (ZCLz-I)
- Zona de Centralidade Linear II em ZER (ZCLz-II)
- Trechos de Logradouros Públicos Enquadrados em ZER-2
- Trechos de Logradouros Públicos Enquadrados em ZER-3
- Zona de Centralidade Linear de Proteção Ambiental (ZCLp)

Prefeitura do Município de São Paulo

Secretaria Municipal de Planejamento Urbano

Subprefeitura

BUTANTÃ

PLANO REGIONAL ESTRATÉGICO

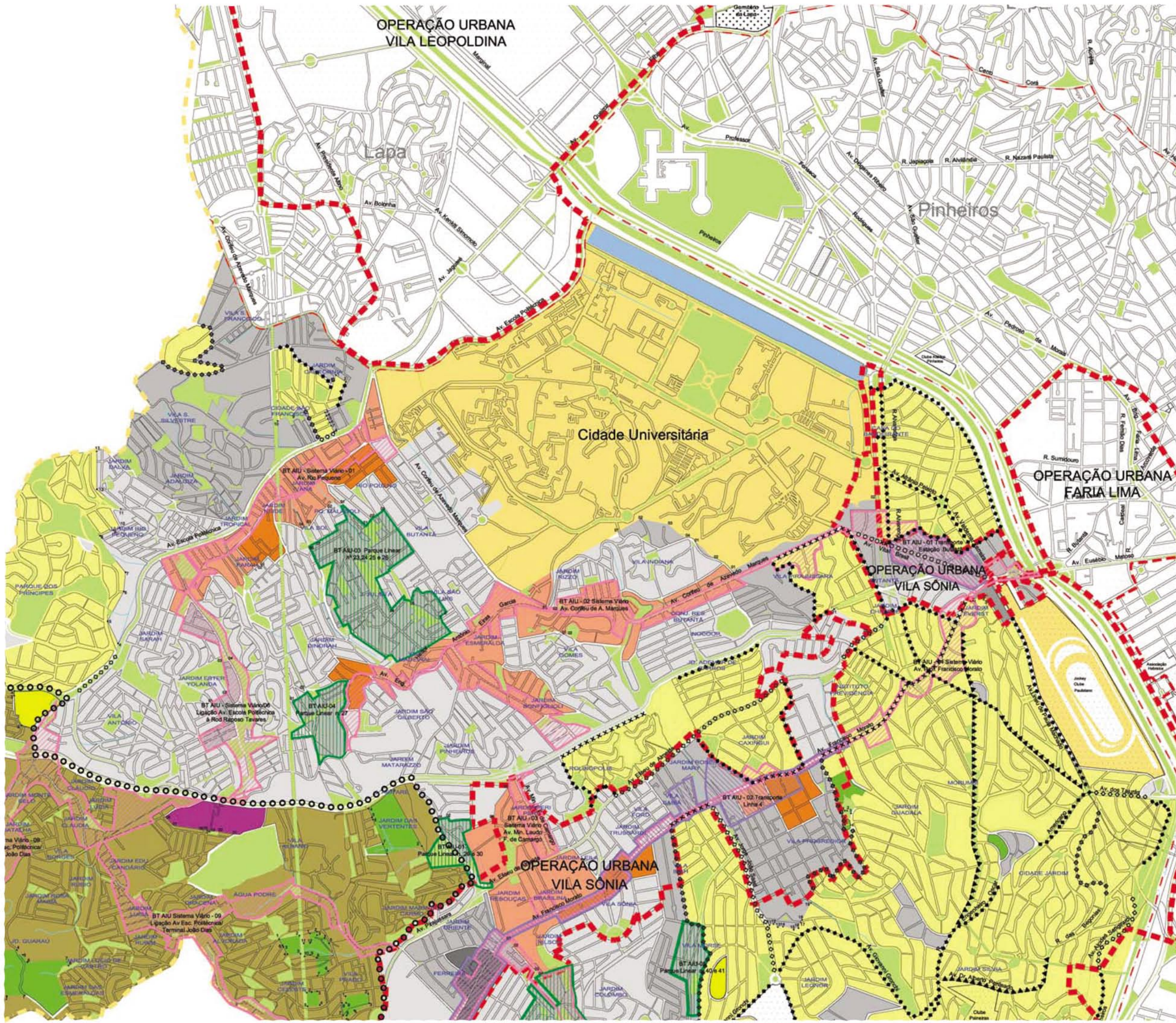
USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Mapa **04**

Fonte

ZEIS: Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano SEHAB
Base digital: Mapa Oficial da Cidade - Geolog 2.1.2

Lei nº 13.885, de 25 de agosto de 2004 | data 25/08/04



- LEGENDA**
- Limite do Município de São Paulo
 - - - Limites das Subprefeituras
 - Limite dos Municípios Vizinhos de São Paulo
 - Limite de Área de Proteção Ambiental
 - ○ ○ ○ Limite de Macrozona de Proteção Ambiental
- SISTEMA DE ÁREAS VERDES DO MUNICÍPIO**
- Parques e áreas municipais
 - Cemitério
 - EI-08 Clube Esportivo Social
 - EI-09 Clube de Campo
- MACROZONA DE ESTRUTURAÇÃO E QUALIFICAÇÃO URBANA**
- ZER-1 Zona Exclusivamente Residencial Baixa Densidade
 - ZER-2 Zona Exclusivamente Residencial Média Densidade
 - ZER-3 Zona Exclusivamente Residencial Alta Densidade
 - ZPI Zona Predominantemente Industrial
 - ZM-1 Zona Mista de Baixa Densidade
 - ZM-2 Zona Mista de Média Densidade
 - ZM-3a Zona Mista de Alta Densidade - a
 - ZM-3b Zona Mista de Alta Densidade - b
 - ZCP-a Zona de Centralidade Polar - a
 - ZCP-b Zona de Centralidade Polar - b
- ZONAS ESPECIAIS**
- ZEPAM Zona Especial de Proteção Ambiental
 - ZEPAG Zona Especial de Produção Agrícola e de Extração Mineral
 - ZEPCC Zona Especial de Preservação Cultural
 - ZOE Zona de Ocupação Especial
- MACROZONA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL**
- ZCP-p Zona de Centralidade Polar de Proteção Ambiental
 - ZM-p Zona Mista de Proteção Ambiental
 - ZPDS Zona de Proteção e Desenvolvimento Sustentável
 - ZER-p Zona Exclusivamente Residencial de Proteção Ambiental
 - ZLT Zona de Lazer e Turismo
 - ZEP Zona Especial de Preservação
- TRECHOS DE LOGRADOUROS PÚBLICOS ENQUADRADOS EM ZONAS DE CENTRALIDADES LINEARES**
- ○ ○ ○ Zona de Centralidade Linear - a (ZCL-a)
 - ● ● ● Zona de Centralidade Linear - b (ZCL-b)
 - ○ ○ ○ Zona de Centralidade Linear - a (ZCL-a) e b (ZCL-b)
 - ○ ○ ○ Zona de Centralidade Linear I em ZER (ZCLz-I)
 - ◆ ◆ ◆ ◆ Zona de Centralidade Linear II em ZER (ZCLz-II)
 - ◆ ◆ ◆ ◆ Trechos de Logradouros Públicos Enquadrados em ZER-3
 - × × × × Zona de Centralidade Linear de Proteção Ambiental (ZCLp)

Prefeitura do Município de São Paulo

Secretaria Municipal de Planejamento Urbano

Subprefeitura

BUTANTÃ

PLANO REGIONAL ESTRATÉGICO

DESENVOLVIMENTO URBANO Mapa

05

Fonte

Base digital : Mapa Oficial da Cidade - Geolog 2.1.2

Lei nº 13.885, de 25 de agosto de 2004 | data 25/08/04

INDICADORES

- Acervo de Bibliotecas
- População
- Área Edificada
- Índices Urbanísticos

INDICADORES

		ACERVO DAS BIBLIOTECAS em 1988					
		LIVROS	TESES	PERIÓDICOS (VOLUMES)	AUDIO-VISUAIS	OUTROS	TOTAL
C U A S O	UNIDADES DE ENSINO E PESQUISA (a)	662.162	34.198	571.093	213.177	178.527	1.659.157
	CENTRO E INSTITUTOS ESPECIALIZADOS (CEBIMAR, IEE, IEB E IPH)	70.271	707	28.582	0	22.923	122.483
	MUSEUS (MAE E MAC) (b)	13.292	96	4.552	20.000	39.782	77.722
TOTAL CUASO		745.725	35.001	604.227	233.177	241.232	1.859.362
USP		1.208.732	72.622	1.097.731	247.437	312.873	2.939.395

Fonte: Anuário Estatístico 1989.

Notas: a) Considerados integralmente os dados da FAU, por não ser possível desagregar os dados relativos à CUASO.
b) Considerado integralmente o MAC, por não ser possível desagregar os dados relativos à CUASO.

		ACERVO DAS BIBLIOTECAS em 1998					
		LIVROS	TESES	PERIÓDICOS (VOLUMES)	MULTI-MEIOS	OUTROS	TOTAL
C U A S O	UNIDADES DE ENSINO E PESQUISA (a)	846.498	63.755	690.716	240.612	99.453	1.941.034
	CENTRO E INSTITUTOS ESPECIALIZADOS (CEBIMAR, IEE E IEB)	90.226	976	41.372	0	39.555	172.129
	MUSEUS (MAE E MAC) (b)	21.666	392	11.787	23.964	37.864	95.673
	HU	1.366	130	7.179	14.285	450	23.410
	ÓRGÃOS CENTRAIS DE DIREÇÃO E SERVIÇO (SIBI / DT)	2.156	21	2.347	9	177.322	181.855
TOTAL CUASO		961.912	65.274	753.401	278.870	354.644	2.414.101
USP		1.559.240	143.993	1.510.128	305.908	277.135	3.796.404

Fonte: Anuário Estatístico 1999.

Notas: a) Considerados integralmente os dados do IAG e da FAU, por não ser possível desagregar os dados relativos à CUASO.
b) Considerado integralmente o MAC, por não ser possível desagregar os dados relativos à CUASO.

		ACERVO DAS BIBLIOTECAS em 2008					
		LIVROS	TESES	PERIÓDICOS (VOLUMES)	MULTI-MEIOS	OUTROS	TOTAL
C U A S O	UNIDADES DE ENSINO E PESQUISA (a)	1.133.878	111.726	2.049.293	278.211	154.430	3.763.500
	CENTRO E INSTITUTOS ESPECIALIZADOS (CEBIMAR, IEE, IEB E IPH)	128.005	888	90.035	0	39.614	261.718
	MUSEUS (MAE E MAC) (b)	40.656	1.117	42.114	30.408	35.859	152.065
	HU	2.913	338	22.299	26811	172	52.533
	ÓRGÃOS CENTRAIS DE DIREÇÃO E SERVIÇO (SIBI / DT)	0	0	0	0	0	0
TOTAL CUASO		1.302.575	114.069	2.245.112	335.430	230.075	4.227.261
USP		2.150.841	231.418	4.732.535	371.835	351.945	7.762.113

Fonte: SIBi – Departamento Técnico / RIBi (Relatório Individual por Biblioteca) - Anuário Estatístico 1999.

Notas: a) Considerados integralmente os dados da FAU, por não ser possível desagregar os dados relativos à CUASO; não foram considerados os dados da FOFITO por não ser possível desagregá-los do total da FM.
b) Considerado integralmente o MAC, por não ser possível desagregar os dados relativos à CUASO.

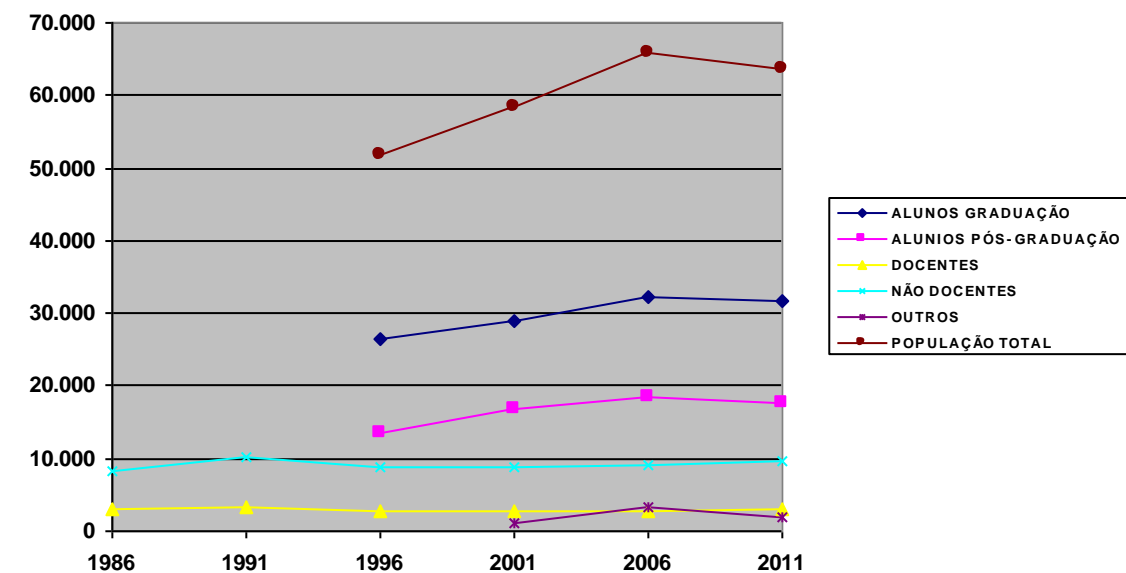
		ACERVO DAS BIBLIOTECAS em 2011					
		LIVROS	TESES	PERIÓDICOS (VOLUMES)	MULTI-MEIOS	OUTROS	TOTAL
C U A S O	UNIDADES DE ENSINO E PESQUISA (a)	1.096.729	122.698	1.943.073	74.521	99.132	3.336.153
	CENTRO E INSTITUTOS ESPECIALIZADOS (CEBIMAR, IEE E IEB)	102.432	285	84.228	0	36.226	223.171
	MUSEUS (MAE E MAC) (b)	32.439	1.317	48.968	1.105	2.991	86.820
	HU	3.330	401	23.064	15.925	5	42.725
	TOTAL CUASO	1.234.930	124.701	2.009.333	91.551	138.354	3.688.869
USP		2.102.180	255.472	4.757.864	126.938	255.974	7.498.428

Fonte: SIBi – Departamento Técnico / RIBi (Relatório Individual por Biblioteca) 03/2012 - Anuário Estatístico 2012.

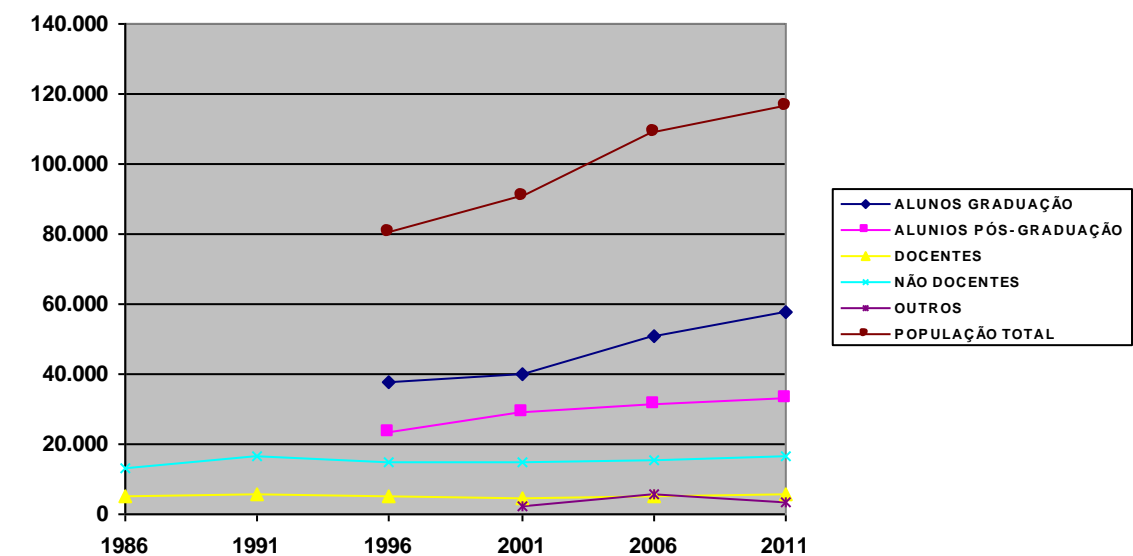
Notas: a) Considerados integralmente os dados do IAG e da FAU, por não ser possível desagregar os dados relativos à CUASO.
b) Considerado integralmente o MAC, por não ser possível desagregar os dados relativos à CUASO.

CUASO	POPULAÇÃO	1986	1991	1996	2001	2006	2011	2012
	ALUNOS GRADUAÇÃO	*	*	26.409	28.972	32.327	31.716	31.487
	ALUNOS PÓS-GRADUAÇÃO	*	*	13.627	17.335	19.083	18.285	16.644
	DOCENTES	3.045	3.262	2.860	2.747	2.872	2.989	2.908
	NÃO DOCENTES	8.138	10.161	8.865	8.724	9.185	9.544	9.768
	OUTROS	*	*	*	1.053	3.235	1.982	2.245
	POPULAÇÃO TOTAL	*	*	51.761	58.327	65.990	63.784	63.053
USP	POPULAÇÃO	1986	1991	1996	2001	2006	2011	2012
	ALUNOS GRADUAÇÃO	*	*	37.637	40.162	50.976	57.902	58.303
	ALUNOS PÓS-GRADUAÇÃO	*	*	23.451	28.961	31.610	33.117	33.764
	DOCENTES	5.125	5.515	4.953	4.755	5.358	5.940	5.860
	NÃO DOCENTES	12.926	16.628	14.729	14.589	15.403	16.510	16.837
	OUTROS	*	*	*	2.224	5.612	3.178	3.705
	POPULAÇÃO TOTAL	*	*	80.770	90.691	108.959	116.647	118.469

EVOLUÇÃO POPULAÇÃO DA CUASO



EVOLUÇÃO POPULAÇÃO USP



FONTE: Anuário Estatístico da USP 1987, 1992, 1997, 2002, 2007, 2012 e 2013.

NOTAS PARA OS ANOS ANTERIORES A 2001:

- Os dados populacionais relativos à CUASO foram desagregados na medida do possível. A população da FAU, da FMVZ, do IO, bem como do CEBIMar e do MAC, embora mantenham parte das suas instalações externas à CUASO, foram consideradas integralmente (para a FAU foi possível dissociar os alunos de pós-graduação). A população do IAG foi desconsiderada, embora a primeira etapa da transferência das instalações da Água Funda para a CUASO tenha se realizado em 1990.
- Não foi considerada a população do Departamento de Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional – FOFITO, que integra a FM.
- A população dos Programas Conjuntos que incluem a FD, FSP, IPT, BUTANTA e USP foram considerados integralmente dentro da CUASO.
- Os Programas Conjuntos "Inter bioinformática", "Inter Biotecnologia" e "Inter integração da América Latina" foram, considerados integralmente na CUASO, apesar de serem integrados por unidades externas ao Campus e outras instituições (não USP) - Anuário 2011.
- O número de pós-graduandos inclui os vinculados ao IPEN.
- O número de pós-graduandos vinculados ao Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia – IDPC foram lançados apenas na tabela USP.

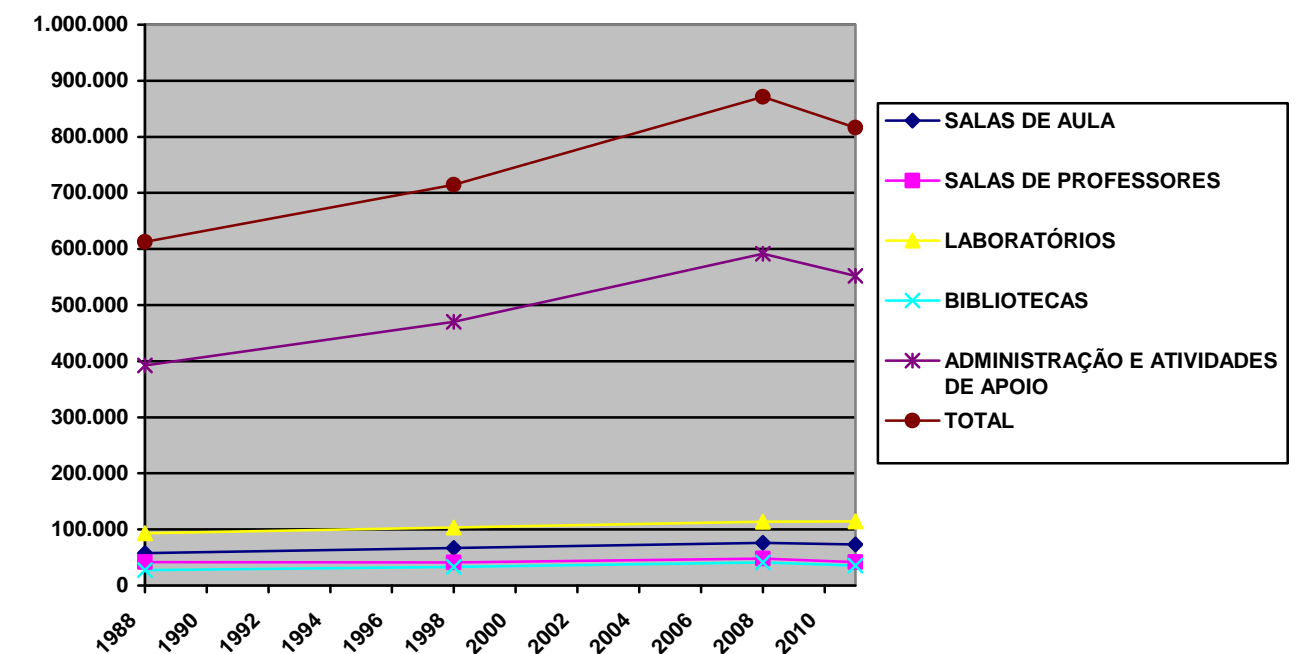
* Dados não disponíveis ou inexistentes para o ano em questão.

	ÁREA EDIFICADA DA CUASO (m ²)					
	SALAS DE AULA	SALAS DE PROFESSORES	LABORATÓRIOS	BIBLIOTECAS	ADMINISTRAÇÃO E ATIVIDADES DE APOIO	TOTAL
1988	58.004	41.840	93.008	27.321	392.257	612.430
1998	66.685	41.073	103.362	33.091	470.340	714.550
2008	75.904	48.229	114.098	41.309	591.777	871.317
2011	73.498	41.958	114.362	35.184	551.541	816.543

Fonte: Anuário Estatístico da USP

Nota: As áreas referentes às instalações da FM na CUASO (FOFITO) em 2011 foram desagregadas dos totais da FM e incluídas nesta tabela.

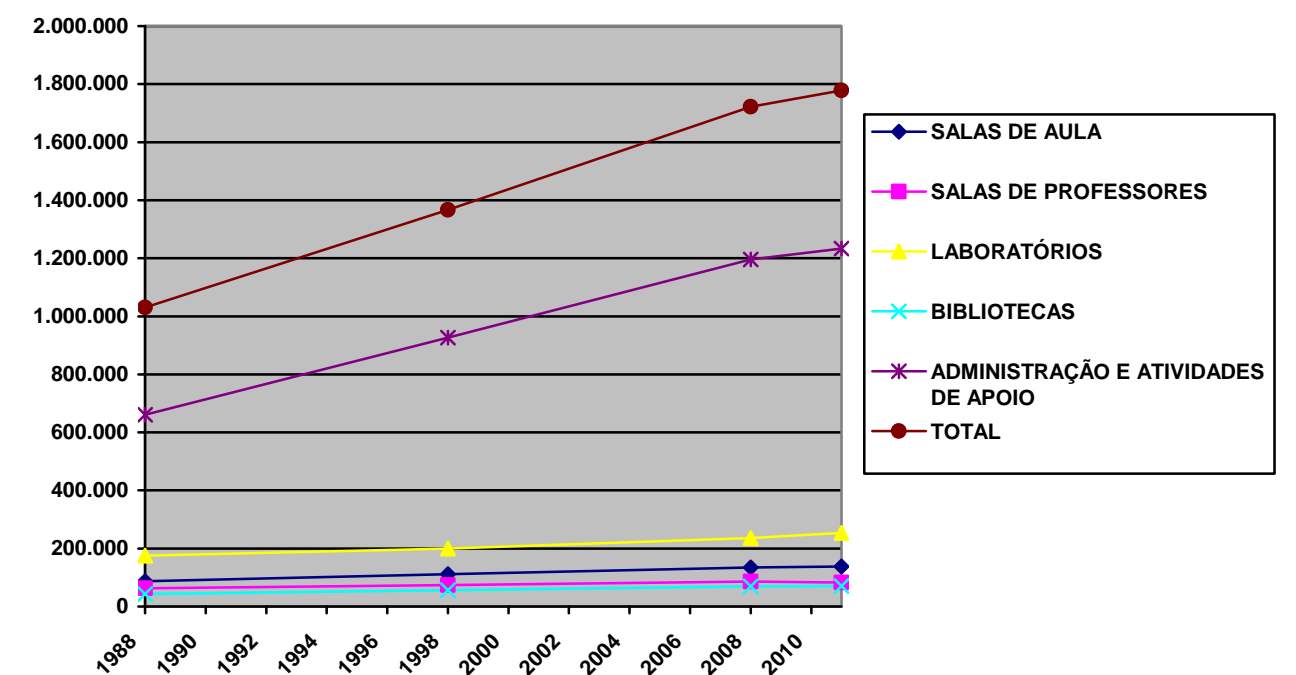
ÁREA EDIFICADA DA CUASO (m²)



	ÁREA EDIFICADA DA USP (m ²)					
	SALAS DE AULA	SALAS DE PROFESSORES	LABORATÓRIOS	BIBLIOTECAS	ADMINISTRAÇÃO E ATIVIDADES DE APOIO	TOTAL
1988	87.418	62.870	175.937	42.863	661.333	1.030.421
1998	110.993	73.437	199.995	55.993	926.864	1.367.283
2008	134.288	85.900	236.536	69.831	1.195.562	1.722.119
2011	138.406	83.109	253.329	70.123	1.233.394	1.778.362

Fonte: Anuário Estatístico da USP

ÁREA EDIFICADA DA USP (m²)



ÍNDICES URBANÍSTICOS

TAXA DE OCUPAÇÃO

(Relação entre a área total de projeção dos edifícios e a área de terreno)

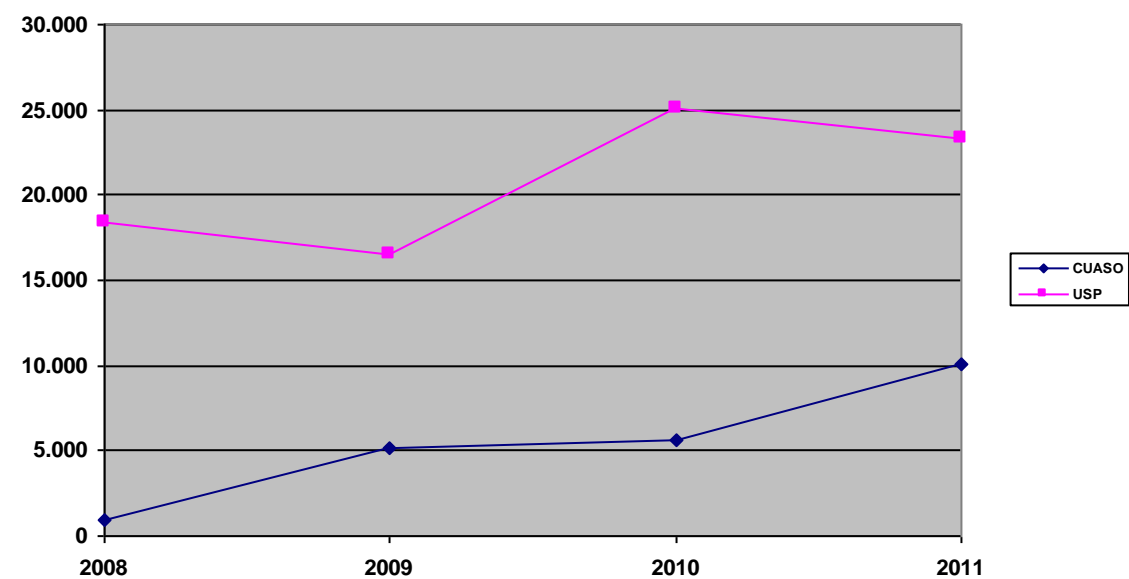
ANO	TERRENO (m ²)	ÁREA DE PROJEÇÃO (m ²)	TAXA DE OCUPAÇÃO
2001	3.648.944,40	484.845,08	0,13
2011	3.648.944,40	505.759,02	0,14

Nota: O terreno da USP ocupado pelo IPEN e suas construções não foram incluídos.
Fonte da área de terreno: Anuário Estatístico da USP 2012; Fonte da área de projeção dos edifícios: SEF-USP.

	NOVAS CONSTRUÇÕES (m ²)			
	2008	2009	2010	2011
CUASO	945,21	5.194,21	5.605,53	10.064,27
USP	18.349,47	16.572,37	25.025,04	23.278,52

Fonte: SEF-USP e Prefeituras dos Campi

NOVAS CONSTRUÇÕES (m²)



COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO

(Relação entre a área total de área construída e a área de terreno)

ANO	TERRENO (m ²)	ÁREA CONSTRUÍDA (m ²)	COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO
2001	3.648.944,40	766.566,68	0,21
2011	3.648.944,40	814.758,96	0,22
2012	3.648.944,40	843.470,00	0,23

Nota: O terreno da USP ocupado pelo IPEN e suas construções não foram incluídos.
Fonte das áreas edificadas: Anuário Estatístico da USP 2002, 2012 e 2013.

REPORTAGENS

Projeto prevê deck e passarela com mirantes e bares no rio Pinheiros

Estrutura de 500 metros, voltada para ciclistas e pedestres, ligará o parque Villa-Lobos à Cidade Universitária

Com entrega prevista para 2014, obra faz parte de projeto para revitalizar marginais, segundo governador

EDUARDO GERAQUE
DE SÃO PAULO

Na beira do rio, decks para que as pessoas se sentem e contemplem a paisagem. No alto, na passarela, dois mirantes com bares, onde se chega apenas a pé ou pedalando uma bicicleta.

O cenário não é totalmente bucólico porque ele está em São Paulo, no rio Pinheiros, que exala com frequência um cheiro ruim. Tem ainda a marginal, com seu trânsito carregado e sua poluição.

Mas se o projeto do arquiteto Bruno Padovano, professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, for feito na íntegra, em 2014 haverá muito mais que uma passarela para pedestres e ciclistas entre a Cidade Universitária e o parque Villa-Lobos (zona oeste).

"Vou fazer barzinhos nos mirantes na passarela. Embaixo, nas margens do rio,

haverá decks para quem quiser descansar. Da passarela sairão rampas para essas áreas na beira do rio", diz.

A construção deverá ter por volta de 500 metros de extensão. Serão duas pistas para bikes, em sentidos opostos, e duas calçadas. O projeto também prevê bancos nas duas laterais da passarela.

"Teremos uma capacidade para umas mil bicicletas, nos dois sentidos, por hora."

A estrutura será coberta. Nas laterais ainda se estuda a melhor forma de fechar os vãos, para evitar que ninguém atire coisas, segundo os responsáveis pela obra.

A passarela é extensa porque ela vai atravessar as pistas da marginal (nos dois sentidos), o rio e a raia olímpica.

MARGINAIS

De acordo com o governador Geraldo Alckmin (PSDB), que lançou ontem o projeto em evento na USP, o custo está estimado em R\$ 80 milhões.

A construção faz parte da primeira etapa do projeto de requalificação das marginais Pinheiros e Tietê, afirmou.

"A segunda meta é requalificar uma área no Cebolão,

A CICLOPASSARELA DO RIO PINHEIROS

Projeto prevê ligar o campus da USP ao parque Villa-Lobos



usada hoje como bota-fora do material dragado dos rios", disse o governador. "Poderá ser um parque ou poderá ser um projeto para uma PPP [parceria público privada], com a integração com o comércio."

Sobre a poluição e o cheiro

do rio Pinheiros, o governador diz que o Estado está trabalhando para solucionar o problema. Uma das metas é coletar e tratar todo o esgoto na Grande São Paulo até 2020.

Para João Grandino Rodas, reitor da USP, a nova ligação

não tem apenas uma função de lazer. "Será uma nova entrada para USP. Pela proximidade com o trem [linha 9-esmeralda, da CPTM], vai facilitar o deslocamento de funcionários, alunos e professores."

Faz parte ainda do projeto

O QUE PREVÊ O PROJETO

- 1 Deck à beira do rio
- 2 Mirantes, onde poderão ser instalados barzinhos

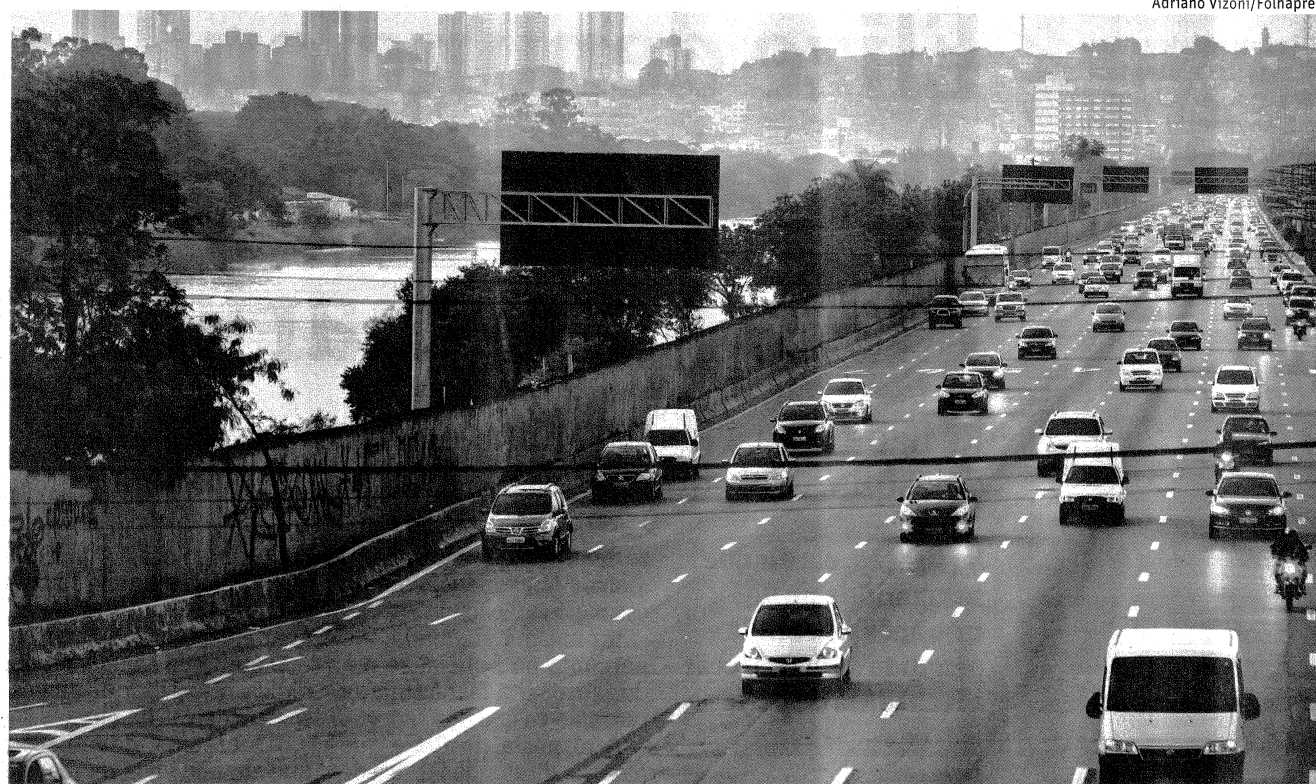
PREVISÃO DE INAUGURAÇÃO
2014

CUSTO ESTIMADO
R\$ 80 milhões

EXPECTATIVA
20 mil pessoas/hora

apresentado a mudança do muro entre a marginal e a raia olímpica. Mas pode ser que ele nem caia totalmente.

Existem várias soluções em estudo. Uma delas prevê a abertura de janelas, fechadas com vidro, no meio do muro.



Muro da Cidade Universitária, que será derrubado com a instalação de novo projeto urbanístico do Estado na região

O PROJETO DA PASSARELA
Passagem para pedestres e ciclistas vai ligar o campus da USP ao parque Villa-Lobos



O muro vai cair

Governo vai construir **ciclop passarela** ligando a **USP** ao parque **Villa-Lobos**; custo estimado é de **R\$ 80 milhões**

JAIRO MARQUES
DE SÃO PAULO

Uma "ciclop passarela" ligando a Cidade Universitária, nas imediações da raia olímpica, ao parque Villa-Lobos, na zona oeste, deve ser anunciada nos próximos dias pelo governo de São Paulo.

A iniciativa é parte de um megaprojeto para revitalizar as marginais de São Paulo.

Para ser construída, a obra vai exigir que se derrube os 2,3 km de muro, erguidos na década de 1960 para evitar invasões e risco aos usuários da área. Ainda não foi definido o que irá ocupar o lugar: grades ou outro tipo de material.

As obras de revitalização naquela região, que devem

começar no início do ano que vem, vão demorar pelo menos dois anos para serem concluídas.

INTEGRAÇÃO

A intenção do projeto é que a "ciclop passarela" se integre à ciclovia que já existe ao lon-

go dos trilhos da CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos).

Parte dos investimentos feitos deve vir de financiamento do Banco Mundial. As conversas sobre um possível convênio estão em curso, segundo informações do órgão

internacional.

O governador Geraldo Alckmin (PSDB) ainda aceita os últimos detalhes do projeto para oficializar a divulgação do início das obras.

A previsão é que a "ciclop passarela" atenda, somente nos finais de semana, cerca

de 50 mil pessoas.

A ideia é que a instalação urbana permita o trânsito, de um lado a outro da marginal, de pedestres e ciclistas que frequentam o parque e a Cidade Universitária.

O investimento inicial previsto para a remodelagem da

área é de R\$ 80 milhões.

RÚSTICO

Há cerca de três anos, Andrea Matarazzo (PSDB), então secretário municipal de Coordenação das Subprefeituras de São Paulo e eleito vereador para o próximo mandato, tinha apresentado um projeto para acabar com o muro da Cidade Universitária que, segundo ele, prejudicava a imagem da cidade devido o seu aspecto rústico.

A motivação de Matarazzo era que o muro do Jockey Club de São Paulo, nas proximidades da ponte Euzébio Matozo, também fosse derrubado, mas isso não foi confirmado, por enquanto, no atual projeto do governo.

O Estado de São Paulo – Sexta-feira, 23 de Setembro de 2012, C8 – Cidades/Metrópole

USP vai cortar 1,3 mil árvores no câmpus do Butantã

Desmате já foi autorizado pela Prefeitura e é um dos maiores da cidade; área dará lugar a um complexo de museus em 2013

Rodrigo Burgarelli

Considerado um dos locais com mais áreas verdes na capital paulista, o câmpus da Universidade de São Paulo (USP) no Butantã, zona oeste, vai perder 1.328 árvores nos próximos meses. Essa pequena mata, equivalente a um Parque Trianon ou da Aclimação, vai dar lugar a um conjunto de museus planejado pela reitoria desde 2001. O corte é um dos maiores aprovados neste ano pela Secretaria do Verde e do Meio Ambiente.

Para se ter ideia do tamanho do desmatamento, toda a obra de duplicação da Marginal do Tietê em 2009 derrubou cerca de 800 árvores, pouco mais da metade do que será cortado na USP. A universidade será obrigada a manter no local apenas 217 árvores, além de plantar outras 6 mil mudas no local. "O problema é que serão cortadas árvores adultas, robustas, que trazem um grande benefício para o clima daquela região. Já essas mudas só trarão efeito similar daqui a 20 ou 30 anos", disse o ambientalista Carlos Bocuhy.

A área fica do lado da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia, próximo da Avenida Corifeu de Azevedo Marques. Para Bocuhy, o local é inadequado para uma obra desse porte. "Existem várias outras áreas na USP com bem menos árvores, que trariam um impacto muito menor. É impossível que esse local, onde será necessário cortar mais de 1.300 árvores, seja a melhor alternativa nesse caso", afirma o ambientalista.

As árvores são consideradas essenciais por especialistas pois ajudam a umidificar o ar em zonas localizadas dentro da cidade, o que contribui para a dispersão dos poluentes e alivia os efeitos causados pelo tempo seco. Outra contribuição das matas urbanas é a refrigeração da atmosfera nas redondezas e o aumento da circulação do ar.

● Poluição
A Cidade Universitária teve a pior qualidade do ar em toda a capital entre agosto e setembro. O nível foi considerado mau em cerca de um terço do período. O principal vilão foi o ozônio.

fera nas redondezas e o aumento da circulação do ar.

Projeto. O plano da USP é erguer no local o chamado "Parque dos Museus", um conjunto de 53 mil m² projetado pelo arquiteto Paulo Mendes da Rocha que será sede do Museu de Arqueologia e Etnologia e do Museu de Zoologia. Isso só será possível justamente por causa de uma obra considerada irregular pelo Ministério Público, que obrigou a incorporadora Brookfield a contribuir financeiramente com o projeto após danificar um sítio arqueológico no Itaim-Bibi, onde constrói um prédio.

O diretor do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da USP, Thiago Aguiar, afirma que não houve discussão sobre o local escolhido pela reitoria para se erguer as novas sedes dos museus. "Esse plano de construção de novos prédios, que vai gastar R\$ 240 milhões dos cofres públicos, não foi nada democrático. Não tivemos a chance de discutir nem sobre o impacto dessa obra na área verde do câmpus nem sobre sua finalidade, que também é



Verde. 6 mil mudas terão de ser plantadas para compensar as obras

questionável", diz.

A universidade, por sua vez, afirma que todo o processo está sendo feito de acordo com as orientações da Secretaria do Verde e Meio Ambiente. Segundo a USP, o projeto é importante para a comunidade acadêmica, uma vez que vai aproximar o Museu de Zoologia à Cidade Univer-

sitária – hoje, ele funciona no bairro do Ipiranga, na zona sul – e aumentar a área disponível para as exposições. A previsão de inauguração é em 2013.

O Estado de São Paulo, Terça-feira, 12 de Junho de 2012, C5 - Cidades/Metrópole

USP espera museu 'vivo' do cerrado

Prometido para dezembro de 2011, o "museu vivo" do cerrado na Cidade Universitária, na zona oeste, se resume a apenas uma portaria assinada pelo reitor João Grandino Rodas. O espaço seria formado por uma das últimas reservas desse tipo de vegetação que sobraram na capital paulista. O núcleo do museu ficaria em um terreno de 3 mil m², ao lado do Instituto de Biociências. Segundo a Universidade de São Paulo (USP), o mapeamento das áreas terminará em 180 dias.

1. Qual a importância do Museu do Cerrado para São Paulo? Até quase o fim do século 18, parte da cidade era coberta por vegetação típica do cerrado. Mas o cerrado foi praticamente extinto com o avanço da urbanização, a partir do século 19. Um dos raros remanescentes dessa vegetação na capital estão dentro do câmpus da Universidade de São Paulo. O projeto do museu era criar também um bolsão de proteção ao que restou do cerrado e abrir uma trilha no local para visitação.

2. De quem foi a ideia de criar o espaço? Logo após a reportagem do **Estado** revelar no ano passado que a USP cortaria 1.328 árvores para dar lugar



Câmpus. Reserva de mata

a um complexo de museus, o colunista da Rádio Estádio ESPN Ricardo Cardim - que também é aluno de pós-graduação no Instituto de Botânica - foi até o local e constatou que

uma significativa e rara área de cerrado estava localizada no entorno da obra. O trecho mais bem preservado, com uma variedade rara de língua-de-tucano e uma das poucas totalmente cobertas por capim-flecha do cerrado, estava dentro do perímetro a ser modificado pela construção.

3. O que foi feito depois? Após uma série de reuniões entre estudantes e administração, a Coordenadoria de Gestão Ambiental prometeu preservar essas áreas por meio de um "museu vivo do cerrado", que seria aberto à visitação. Segundo promessa feita à reportagem em outubro de 2011, tudo já estaria pronto no dia 7 de dezembro daquele ano.

4. Como funcionaria o museu? A coordenadoria prometia cercar o local do cerrado, identificar as espécies e, dessa forma, criar uma trilha aberta à visitação. A área também teria sua vegetação natural recuperada, com a retirada de espécies invasoras.

5. Porque o museu ainda não saiu do papel? Segundo a assessoria, a portaria criando as reservas ecológicas foi publicada na semana passada. Em 180 dias, o levantamento topográfico e o mapeamento das áreas serão concluídos. Só depois disso é que serão feitos os planos de manejo - que vão determinar as regras de visitação e recuperação da vegetação.

O Estado de São Paulo, Quarta-feira, 09 de Janeiro de 2013, C10- Cidades/Metrópole

Parque Tecnológico começa a sair do papel

Depois de 11 anos de promessas, governo do Estado assinou contrato com empresa que fará as obras de R\$ 15,7 mi

Com um atraso de 11 anos, o governo do Estado assinou ontem o contrato para tirar do papel o Parque Tecnológico São Paulo-Jaguapé, prometido desde 2002. A obra na zona oeste da capital paulista será feita pela empresa de engenharia Incorplan, que venceu uma concorrência pública. O valor do contrato é de R\$ 15,7 milhões.

Segundo a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, as obras começarão ainda neste mês e, na



Projeto. Croqui do Parque Tecnológico de São Paulo

próxima semana, mais detalhes sobre o projeto serão divulgados. A previsão é de que o local esteja pronto para ser inaugurado até o fim do ano, já que as



À espera. Inauguração está prevista para o fim deste ano

obras devem durar dez meses.

A ideia do governo estadual é que o local concentre diversas empresas do setor de tecnologia, nanotecnologia e pesquisa -

de nomes já consolidados no mercado até micro e pequenas empresas.

O Parque Tecnológico São Paulo-Jaguapé ficará em um ter-

reno de 46 mil metros quadrados na altura do número 526 da Avenida Engenheiro Billings, na esquina com a Marginal do Pinheiros e bem ao lado da Cidade Universitária. Hoje, o local, em uma das áreas mais valorizadas da zona oeste de São Paulo, está abandonado.

Mudanças no projeto inicial do governo do Estado causaram o atraso de mais de uma década nas obras. No mesmo terreno funcionou até 2010 o Museu da Tecnologia de São Paulo - naquele ano, o museu foi desalojado às pressas e uma das justificativas era de que as obras começariam logo, o que não aconteceu.

A época, o acervo de 150 peças do museu - que contam a história do desenvolvimento tecnológico de São Paulo - foi doado em comodato ao Museu Catavento, no centro, onde estão até hoje. Avião, locomotivas e carruagens do século 19 estão entre os itens.

Mas, depois de quase três anos sem ser usado, o prédio onde o museu funcionou por quatro décadas, entre 1974 e 2010, já apresenta sinais de degradação.

Há rachaduras nas paredes, problemas de umidade e infiltração nos forros e rombos na cerca, que também apresenta sinais de ferrugem. Apesar dos seguranças que tomam conta da área, o tamanho do terreno sem uso também favorece a presença de usuários de drogas, como o **Estado** mostrou em uma reportagem no mês passado.

Readequação. A Secretaria de Estado de Desenvolvimento afirma que o atraso se deu por causa de "readequações do projeto inicial", que previa a construção de uma Faculdade de Tecnologia (Fatec) do Centro Paula Souza no local - e não faz parte do novo projeto. / NATALY COSTA e VITOR HUGO BRANDALISE

BIKE UNIVERSITÁRIA

Confira como funciona o sistema de empréstimo de bicicletas em algumas universidades*

	Mobic	Bicicleta Livre	Pedalusp
	Unicamp, em Campinas/SP	UnB, em Brasília/DF	USP, em São Paulo/SP →
Onde retirar	Em frente ao prédio do SAE (Serviço de Apoio ao Estudante)	Em qualquer lugar do campus	Metrô Butantã e em frente ao portão 1
Quantidade	10 bicicletas	40 bicicletas	16 bicicletas
Tempo de uso	Até quatro horas	Sem limite	Até 30 minutos
Como	O estudante precisa fazer um cadastro na internet e apresentar a identidade estudantil	Projeto está temporariamente suspenso; há dificuldade no controle das bicicletas	É preciso fazer um cadastro na internet, utilizando o chamado "número USP"
	Expansão Com ajuda dos alunos, pretende ampliar para 150 o número de bicicletas disponíveis até 2013	Retorno Após um ano paradas, as bicicletas recolhidas devem voltar à circulação no segundo semestre	Expansão O projeto quer atingir cerca de 250 bicicletas e construir mais 24 estações

*Outras iniciativas: Furg (RS), Unit (SE), UFSC (SC) e UFPR (PR)

EXPANSÃO DO PEDALUSP Sistema de compartilhamento de bicicletas da USP terá 26 estações



USP tem projeto para ampliar estações

Previsão é concluir sistema em três meses

ANDRESSA TAFFAREL
DE SÃO PAULO

O sistema de empréstimo de bicicletas da USP vai ganhar cerca de 250 bicicletas e outras 24 estações.

Estudo realizado por engenheiros da Poli mostra que esse seria o número ideal para atender alunos, professores e funcionários da Cidade Universitária —que, juntos, somam quase 63 mil pessoas.

Atualmente, são 16 bikes e dois locais de empréstimo e devolução —um na estação Butantã do metrô e outro no portão 1 do campus.

Para escolher os novos pontos de retirada e devolução de bikes, levou-se em consideração o total de pessoas que passam pelo local, a origem e o destino delas e se ali há algum "ponto de atração" —caso do restaurante universitário.

Apesar de usar o estudo como base, o projeto final de expansão do PedalUSP pode sofrer alterações. "Numa análise prévia, já constatamos que uma das estações, por exemplo, pode não ficar no lugar previsto", afirma Claudio Ter-

vydis, responsável pela implantação do PedalUSP.

A instituição está finalizando o edital para a contratação da empresa responsável pela implantação das estações. Segundo Tervydis, a estimativa é que, após a escolha da empresa, a expansão seja finalizada em três meses.

A proposta da USP é que as estações possam ser transferidas caso a grande procura em determinado local não se confirme. Em cada ponto, haverá dez bikes e 16 baias para estacionamento.

BAIXA PROCURA

Atualmente, o PedalUSP tem cerca de 2.500 pessoas cadastradas, a maioria alunos.

A procura pelas bicicletas, porém, anda em baixa. Depois que os ônibus circulares dentro do campus passaram a ir até o metrô Butantã, muitos usuários trocaram as bikes pelos coletivos —gratuitos para quem estuda ou trabalha na Cidade Universitária.

E o caso do estudante de turismo Rodrigo Campos, 21. Ele diz, porém, que o proble-

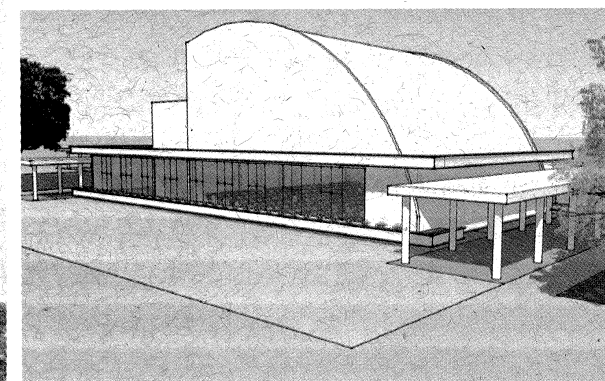
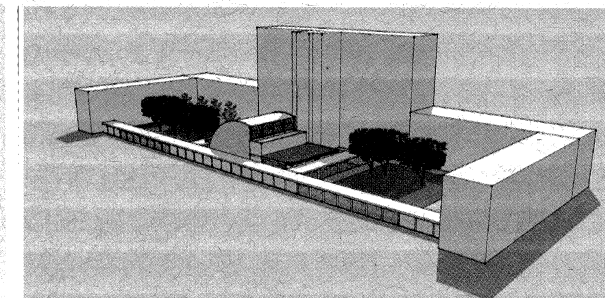
ma dos ônibus é que "estão sempre lotados, demoram muito e, às vezes, fazem um trajeto muito longo".

Assim como vários alunos ouvidos pela **Folha**, ele diz que optaria pelo PedalUSP se houvesse estações dentro do campus. Mas ressalva: "Precisa aperfeiçoar o sistema, porque tem dias que a bicicleta trava e não dá para retirar".

Tervydis afirma que esses e outros problemas serão solucionados após a expansão, já que as atuais estações ainda estão em fase de testes.



Boletim editado pela
Assessoria de Imprensa
da Reitoria
nº 46, 05 de Dez. 2011



Projeto de revitalização do prédio da Reitoria. No destaque, reforma do prédio está em estágio avançado

No contexto da revitalização da Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira", licitações referentes a vários projetos de construção ou reforma já estão concluídas ou em fase de conclusão. A reforma do prédio da Antiga Reitoria, com as novas dependências do Conselho Universitário (Co), encontra-se em estágio adiantado.

O complexo original, com 7.204 metros quadrados, é composto por uma torre central com térreo e oito andares, ladeada por duas partes baixas em formato de L, com

três andares cada uma. Embora o prédio da década de 50 não seja tombado, ele voltará a ter, externamente, o aspecto original.

No espaço interior, será construída a nova sede do Conselho Universitário, com 930 metros quadrados. O novo complexo terá espaços de representação da Universidade como a Sala do Co, o Salão de Atos e o Gabinete da Reitoria, bem como espaços de serviço, para o reitor, o vice-reitor, os pró-reitores, os vice-reitores executivos e os superintendentes.

ARQUITETURA

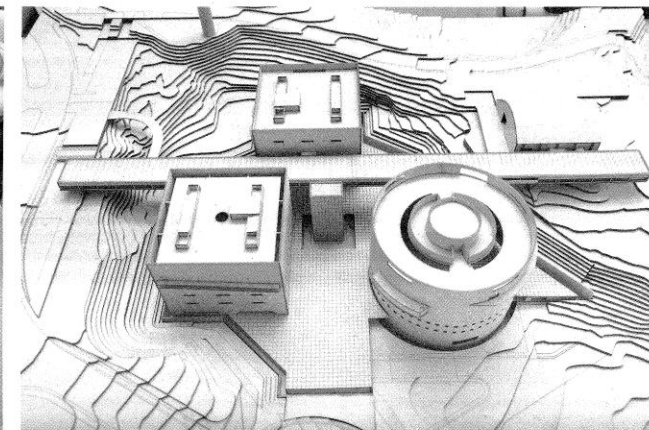
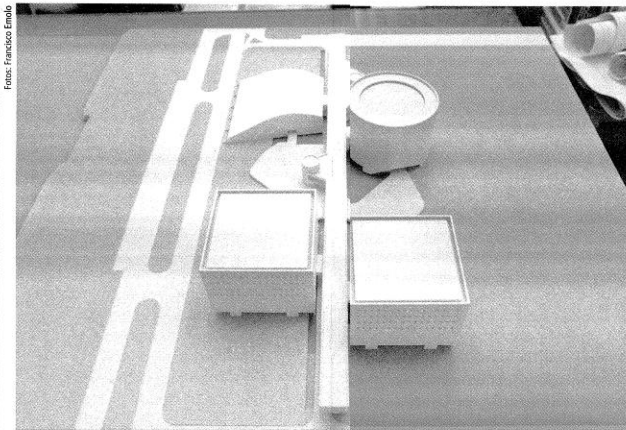
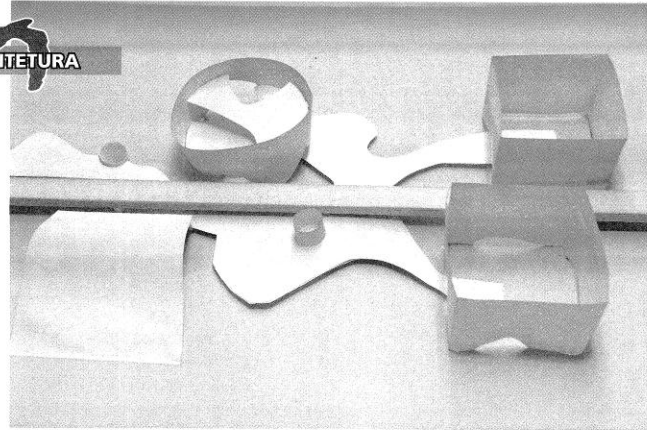
LEILA KIYOMURA

Durex, cola, o papel que estiver à mão. É o desafio de quem busca integrar a cidade e seus habitantes. Com esses materiais de um cotidiano de quase seis décadas, o arquiteto Paulo Mendes da Rocha construiu a primeira imagem da Praça dos Museus da USP. A maquete de papel, feita com a concentração de quem dobra um origami, é o primeiro desdobrar de um projeto para o futuro de dois museus da USP com os acervos mais importantes da América Latina: o Museu de Zoologia (MZ) e o Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE).

Paulo Mendes da Rocha, professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), conta ao *Jornal da USP* sobre as etapas desse projeto. Da primeira maquete até o projeto atual, várias adaptações e outras maquetes surgiram. Mas a concepção original da Praça dos Museus em papel continua. "São quatro edifícios. Um será destinado ao Museu de Arqueologia e Etnologia. Outro, para o Museu de Zoologia e um terceiro será o espaço para exposições dos dois museus e também para mostras temporárias de ciência da USP e de outras instituições", explica. "Haverá também um grande auditório, com capacidade para 800 pessoas."

O projeto tem o diferencial da pesquisa, do conhecimento e da troca de ideias. "Durante mais de um ano, nossa equipe se reuniu com os pesquisadores e cientistas dos dois museus. Fizemos um levantamento do acervo, das atividades, das necessidades e propostas", observa Renata Semin, arquiteta do Escritório Piratininga, que acompanha o projeto com Mendes da Rocha.

A Praça dos Museus, como o arquiteto faz questão de destacar, é um projeto coletivo. Ideias que foram alinhavadas, como a grande passarela que articula os prédios dos museus — duas



Museus da USP vão para a praça do povo

É o conceito de urbanidade que o arquiteto e professor Paulo Mendes da Rocha traz para o ensino, a pesquisa e a extensão ao desenvolver o projeto da Praça dos Museus da USP, na Cidade Universitária. Idealizado em 2001, só saiu do papel há menos de dois anos. Apesar de a construção estar avançando, ainda não há data certa para a sua inauguração. Porém, a rotina do Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) e do Museu de Zoologia da USP já começou a mudar. Além de atuar juntos em um novo curso de pós-graduação em Museologia, estão desenvolvendo um projeto de exposições para apresentar o seu acervo de forma integrada, levando a história do homem e da natureza para a praça de todos

torres quadradas —, o prédio circular das exposições de ciência e o auditório, com uma forma trapezoidal. Por essa rua suspensa, o visitante terá acesso às livrarias, ao restaurante, ao auditório e às áreas de apoio.

Urbanidade — É o conceito de urbanidade que o projeto faz fluir. A Praça dos Museus vai aproximar cientistas, professores, pesquisadores, estudantes e o público da Universidade em geral. O elevador panorâmico sairá do centro da área de exposições. O visitante poderá não só ver o acervo exposto como observar as outras áreas em que os pesquisadores estarão em atividade. "Creio que a USP vai inaugurar um novo conceito

de museologia", diz Rocha. "O público irá observar o trabalho do cientista, os depósitos do acervo. Creio que os museus são para serem vistos. E, quando chegar na cobertura, o público vai se deparar com a amplitude do campus da Cidade Universitária e também de São Paulo." O arquiteto afirma que a dinâmica da Praça dos Museus da USP vai ser uma referência para a América Latina. "Com certeza, irá aumen-



tar, ainda mais, a sua posição de destaque entre as universidades do mundo."

O reitor João Grandino Rodas acompanha satisfeito o desenvolvimento do projeto. "A criação da Praça dos Museus resultou da necessidade de ampliação dessas instituições de preservação da me-



Peças do MAE: a história da humanidade em forma de tesouros arqueológicos



Acervo do Museu de Zoologia: preciosidades da natureza

A praça em construção na Cidade Universitária: espaço para ensino, pesquisa e extensão



Itaim, no bairro do Itaim Bibi, em São Paulo, onde essas empresas estão construindo um edifício. Segundo informou a Assessoria de Imprensa da USP, a Brookfield e a Maragogipe são responsáveis pelo projeto executivo de engenharia do complexo e pela realização de obras de estrutura de concreto, esquadrias externas e impermeabilização da cobertura do MAE, e parte da estrutura de concreto da passarela de ligação. A USP, como contrapartida, deverá construir o restante do complexo da Praça dos Museus, ficando responsável pelo acabamento, mobiliário, mudança e manutenção do MAE na nova sede, além de execução das exposições inaugurais.

mória e exposição pública dos materiais contidos nelas."

Rodas destaca a importância internacional do Museu de Zoologia, que tem a sua sede no bairro do Ipiranga. "É, sem dúvida, um dos mais importantes do mundo, com coleções monumentais da fauna neotropical, constituindo-se em uma das mais respeitadas instituições no estudo da biodiversidade."

Um reconhecimento que incentiva a dedicação dos pesquisadores do museu. O diretor Hussam El Dine Zaher explica que, do primeiro projeto da Praça dos Museus até o atual, o acervo duplicou de tamanho. "São 10 milhões de exemplares", acentua. Para acomodar essa diferença, Paulo Mendes da Rocha e a equipe de arquitetos do escritório Piratininga buscaram novas soluções. "O espaço foi redimensionado através da construção de mezaninos. Um projeto de exposição que se equipara aos grandes museus de história natural do mundo."

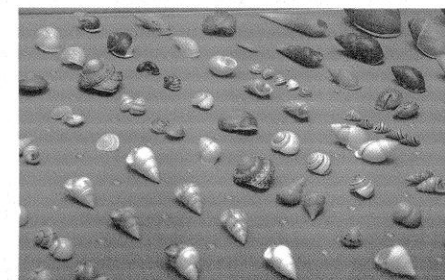
O Museu de Arqueologia e Etnologia, segundo o reitor, também ganha um prédio digno de sua importância. "Para ser uma ideia da dimensão do complexo, o MAE am-

pliará sua área dos atuais 3 mil metros quadrados para 14 mil metros quadrados. A praça contará ainda com um saguão único para os museus, restaurante, café e belvedere", afirma. "Esse complexo representará um espaço cultural de significativa importância, pois, em função da beleza dos acervos desses dois museus, podemos dizer que estamos abrindo cada vez mais nossa universidade e o conhecimento aqui produzido para a sociedade em geral."

A diretora do MAE, Maria Beatriz Borba Florenza, conta que sua equipe está acompanhando de perto a construção do novo prédio e a expectativa é muito grande. "Pela primeira vez, teremos

laboratórios de pesquisa em arqueologia, etnologia e museologia condizentes com as atividades que realizamos", comemora. "Teremos salas de aulas equipadas para oferecer um ambiente adequado ao aprendizado e poderemos receber o público estudantil, que participa sempre de nossas atividades."

A Brookfield Incorporações e a Maragogipe Investimentos e Participações são as empresas que estão construindo o prédio do MAE. Uma iniciativa que resultou de um termo de ajustamento de conduta firmado com o Ministério Público, referente à reparação do dano ao patrimônio histórico constatado no sítio arqueológico da Casa Bandeirista do



Pelos campos da Universidade

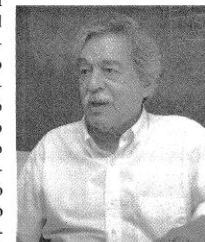
"Você já viu as novas imagens noturnas do planeta divulgadas pela Nasa?", pergunta o professor Paulo Mendes da Rocha. "É possível observar a incidência das cidades. O planeta parece ter luz própria."

Uma luz que o urbanista repensa em todos os projetos que desenvolve na cidade. E também em intervenções pontuais, como na Pinacoteca do Estado, quando integrou a arquitetura de Ramos de Azevedo à vida contemporânea. A mudança permitiu a circulação do público e a vinda de exposições de diversos países. Um movimento que projetou a instituição entre as cem mais visitadas do mundo.

Paulo Mendes da Rocha nasceu em Vitória (ES) no dia 25 de outubro de 1928. Mas veio para São Paulo ainda menino, quando o pai, Paulo de Menezes Mendes da Rocha, passou a lecionar na Escola Politécnica. Nessa época, ele e outro garoto, também Paulo e filho de um professor da Poli, Alberto Vanzolini,

costumavam brincar juntos. Um foi ser professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) e o outro, Paulo Vanzolini, virou sambista, professor e cientista do Museu de Zoologia. Dois apaixonados pela cidade. Um homenageou São Paulo com o projeto *Ronda e Volta por cima*, dois clássicos da MPB. O outro projetou o Museu Brasileiro de Escultura, o Museu da Língua Portuguesa e restaurou o Centro Cultural da Fiesp, entre outros projetos que foram reconhecidos, em 2006, com o aclamado Prêmio Pritzker, concedido, no Brasil, apenas para Oscar Niemeyer.

Como arquiteto, professor, urbanista e fiel correntista, Paulo Mendes da Rocha tem os olhos sempre atentos para o futuro. "A arquitetura é limitada pelo espaço, mas a criatividade não tem limites." Ele trabalha com os escritórios de seus alunos. Continua aprendendo, ensinando, orientando e compartilhando os projetos que nascem em maquetes de papel.



Mendes da Rocha: criatividade

USP Destques

Boletim editado pela
Assessoria de Imprensa
da Reitoria
nº 44, 23 de Nov. 2011

Cidade Universitária terá sistema de iluminação moderno e econômico

Segurança dos usuários, economia no consumo e tecnologia de monitoramento são principais premissas do projeto, que será implantado em 2012

No próximo ano, a Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira", em São Paulo, contará com um novo sistema de iluminação, com mais de 7 mil pontos de luz espalhados por todo o *campus*, o que representa mais do que o dobro dos pontos existentes na área atualmente, que são 3.200. Em 2012, o novo sistema também será implantado nos outros *campi* da Universidade.

O projeto, que teve início há cerca de um ano, apresenta inovações tecnológicas e conceituais, como, por exemplo, o uso da luz branca, que proporciona melhor qualidade na percepção noturna das pessoas. Prevê a utilização de luminárias de vapor metálico de grande eficiência e o uso de diodos emissores de luz, mais conhecidos como *leds*, que possuem excelente qualidade de luz, melhor distribuição e alta durabilidade.

Mesmo com o aumento no número de pontos de iluminação, a tecnologia das instalações garantirá a redução de 10% a 15% no consumo total de eletricidade na Cidade Universitária. "Desde o início da gestão, os Órgãos Centrais da Universidade vem estudando e trabalhando para transformar os *campi* da USP em exemplo de luminância", destaca o reitor João Grandino Rodas.

O desenvolvimento do sistema está sob



Perspectiva da área do *campus* de São Paulo com o novo sistema de iluminação, que utilizará a luz branca, que proporciona melhor qualidade na percepção noturna das pessoas

responsabilidade da Coordenadoria do *Campus* da Capital (Cocesp). A Coordenadoria lançou, em maio deste ano, a licitação para o projeto executivo. Em julho, a empresa vencedora apresentou o plano geral de iluminação para o *campus*, que deve ser implantado em 2012.

Energia solar

Cinco itens foram considerados como primordiais na elaboração do projeto: segurança aos pedestres e motoristas, qualidade, valorização dos elementos arbóreos e arquitetônicos do *campus*, economia e inovação tecnológica.

Após avaliação detalhada de toda a área do *campus*, a medição de luminância, que representa a quantidade necessária de luz para

Iluminação

determinado ponto, foi feita em adequação às especificidades de cada local - vias, caminhos de pedestres, canteiros, rotatórias e estacionamentos, além da Praça do Relógio, atendendo às normas técnicas da iluminação pública.

Os aspectos ambientais também foram respeitados, com o uso de soluções que não interferissem com as árvores, evitando-se cortes e podas e preservando as áreas verdes em que a iluminação pudesse prejudicar a vida natural noturna, em consonância com as diretrizes da área de Gestão Ambiental da Universidade.

Na ciclovia em volta da Raia Olímpica, os 218 pontos instalados no local contarão com painéis solares fotovoltaicos, dispositivos utilizados para converter a energia solar em energia elétrica.

Os aspectos arquitetônicos de prédios e monumentos serão destacados por iluminação própria, como forma de valorizar o patrimônio público e tornar o *campus* um ponto de referência noturna na cidade.

Tecnologia

Outra novidade do novo sistema é a da telegestão da iluminação, que consiste no monitoramento dos pontos por meio de antenas de comunicação instaladas em cada um deles, que transmitirão, por meio de um *software* de georreferenciamento, dados referentes a consumo e funcionamento.

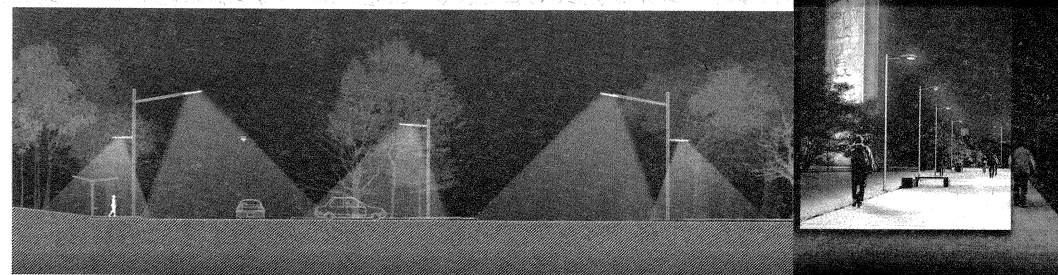
Do ponto de vista prático, isso permitirá aos técnicos da Cocesp acompanharem, em tempo real, o desempenho de cada um dos 7 mil pontos e providenciar, quando necessária, sua manutenção, de forma rápida e ágil.

O edital para a contratação da empresa responsável pela instalação do novo sistema será lançado até meados de dezembro e a previsão é de que o projeto esteja totalmente implantado no *campus* de São Paulo dentro de um ano. A proposta é que o projeto se estenda concomitantemente aos outros *campi* da USP.

Uma verdadeira cidade

A Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira" possui área de mais de 4,1 milhões de metros quadrados e 1,3 milhão de metros quadrados de área verde livre. São mais de sessenta quilômetros de vias e 14 mil vagas de estacionamento. Diariamente, o *campus* recebe cerca de 100 mil pessoas, entre alunos, professores, funcionários e visitantes, e fluxo de 50 mil automóveis.

Congrega 20 Unidades de Ensino e Pesquisa, dois Museus, três Centros e Institutos Especializados, o Hospital Universitário, além dos Órgãos Centrais da Universidade.



A medição de luminância levou em conta as especificidades das áreas do *campus*, como a Praça do Relógio (no destaque)

Folha de São Paulo, Sexta-feira, 02 de Março de 2012, C5- Cotidiano

Alunos da USP reclamam de escuridão

Estudantes dizem que o campus segue mal iluminado mesmo após assassinato de estudante, em maio de 2010

Após crime, reitor disse que iria melhorar a iluminação em um ano; promessa foi estendida para o final deste ano

REYNALDO TUROLLO JR.
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

Em meio a intensos debates sobre a questão da segurança no campus da USP no Butantã, zona oeste de São Paulo, alunos de cursos noturnos continuam tendo de enfrentar um dos pontos críticos apontados pela própria reitoria: a iluminação ruim.

Em maio do ano passado, depois da morte do aluno Felipe Ramos de Paiva, 24, o reitor da USP, João Grandino Rodas, disse à **Folha** que, além

de ser a favor da polícia no campus, resolveria a questão da iluminação em até um ano.

Paiva morreu num assalto no estacionamento da FEA (Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade), onde estudava.

O convênio entre a USP e a Secretaria de Estado da Segurança Pública que aumentou o policiamento no campus foi assinado em setembro.

Nesta semana, a reportagem flagrou estudantes andando a passos largos em rufas com focos de luz fracos e esparsos, geralmente próximos a pontos de ônibus.

"A maioria dos assaltos e estupros é contra pedestres em áreas escuras", diz o estudante de letras Vinícius Zappoli, 25. Segundo ele, melhorias na iluminação são

uma reivindicação antiga da comunidade acadêmica "que nenhuma reitoria, nem as antigas, atendeu".

Ruas como a do Matão, perto do prédio da biologia, e do Lago são apontadas como as mais escuras e perigosas.

Aluno da geografia, Augusto Saraiva, 26, diz que a situação é pior para os que, como ele, moram no Crusp. "Nos fins de semana não tem ônibus, então temos que andar no escuro até a Vital Brasil."

A assessoria da reitoria afirma que um projeto para instalar 7.000 pontos de luz —mais que o dobro do que existe hoje— foi licitado e apresentado em julho último. "Esse novo sistema será implantado gradativamente nos pontos que mais necessitam até o final do ano", diz.



Estudantes caminham por calçadão escuro perto da FEA

Folha de São Paulo, Terça-Feira, 04 de Setembro de 2012, C3- Cotidiano

Contra enchentes, São Paulo testa bueiros sustentáveis

FERNANDA KALENA
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

Reduzir enchentes e alagamentos, evitar uma maior poluição dos rios e galerias de água e facilitar o trabalho de limpeza das bocas de lobo. Estas são as promessas de um projeto de bueiros sustentáveis testados em São Paulo.

Ao todo, 400 bocas de lobo da cidade receberam um cesto plástico. Acolado ao bueiro, ele funciona como um filtro: permite que a água escoe, mas os resíduos não.

Para Carlos Chiaradia, diretor da Ecco Sustentável, empresa que desenvolveu o cesto, a prefeitura não tinha uma solução para o lixo que ia parar nos bueiros. "Com esse sistema, além de não poluir os rios, fica mais fácil reciclar o material recolhido."

Segundo ele, o filtro também facilita a limpeza do bueiro, já que o processo de retirar o cesto e colocá-lo de volta não leva mais de cinco minutos.

RESTRIÇÕES

De acordo com o supervisor de serviços complementares da Inova —um dos consórcios que estão realizando o teste—, Arthur Bevilacqua, nem todos os bueiros têm condições de receber o filtro.

"Alguns fatores restringem a efetividade [do cesto], como a variação de tamanho dos bueiros, tubulações de gás ou mesmo de água e também as condições de pavimentação das vias", explica.

Segundo estimativa da empresa, que cuida da limpeza da região noroeste de São Paulo, existem cerca de 180 mil bocas de lobo nessa área,

mas apenas 5.000 teriam condições de hospedar o filtro.

As áreas que receberam os cestos foram escolhidas de maneira que o teste contemple adversidades diferentes.

Na região dos Jardins (zona oeste), o cruzamento das ruas Augusta e Estados Unidos foi selecionado por ser bastante arborizado —assim, é possível descobrir se as folhas são capazes de obstruir o filtro.

Para testar a efetividade do cesto em áreas que costumam acumular um grande volume de lixo, foram escolhidas vias de Santo Amaro (zona sul), da Vila Leopoldina (zona oeste) e do Bom Retiro (centro).

O investimento no teste é estimado em R\$ 40 mil.

EMERGENCIAL

Para o professor Paulo Pellegriño, da FAU (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo) da USP, a medida é emergencial e não uma "solução mágica" para o problema de entupimento dos bueiros.

"É o que pode ser feito agora. Se funcionar vai ser muito bom para a cidade, mas depende de uma manutenção eficiente para que não se transforme em outro problema."

A Ecco Sustentável diz que, em uma segunda etapa, serão acoplados aos cestos sensores que emitirão um sinal de alerta quando o filtro atingir 80% da capacidade.

Juntos, os dois consórcios responsáveis pela limpeza urbana de São Paulo, Soma (Soluções em Meio Ambiente) e Inova (Gestão de Serviços Urbanos), recebem cerca de R\$ 63 milhões ao mês e têm autonomia para escolher e testar projetos de limpeza urbana.



Funcionários recolhem cesto plástico que serve como filtro para bueiro em São Paulo

Ônibus da USP têm dobro de usuários que toda a cidade

Diariamente, cada circular que liga metrô à Cidade Universitária recebe até 1.700 passageiros; média na capital é 800 por veículo

André Cabette Fábio

Os ônibus que ligam a Estação Butantã do Metrô à Cidade Universitária, no mesmo bairro, na zona oeste da capital, estão entre os mais cheios da metrópole. Diariamente, cada veículo das Linhas 8012-10 e 8022-10 (Metrô Butantã-Cidade Universitária) transporta 1.458 e 1.361 passageiros, respectivamente. A lotação representa quase o dobro de usuários se comparada com a média de 800 passageiros por ônibus de toda a cidade, segundo dados da São Paulo Transporte (SPTrans).

As duas linhas, operadas por 18 ônibus, são tão lotadas que alguns veículos chegam a transportar diariamente até 1.700 passageiros – a maioria de estudantes da Universidade de São Paulo (USP). Tanto aperto provoca reações. Além da lotação, as filas e a demora entre um carro e outro são as principais queixas.

“Às vezes o ônibus não para, porque tem gente demais. Quando o outro passa, você vai socada”, diz a estudante Gabriela Talpo, de 22 anos, do 4.º ano de Geografia. Ela tem problemas no horário de pico noturno, a partir das 22h30. Como alternativa, anda dez minutos até o ponto da Biologia, onde embarca no coletivo vazio. Às vezes, caminha 20 minutos até a estação. “O tempo que demora para passar um circular é o que se leva até o metrô.”

Aluno do 1.º ano de Jornalismo, William Nunes Luz, de 18 anos, também reclama da dificuldade para embarcar à noite. “É pouco circular para muita gente. Uma vez esperei passar três circulares lotados. Voltei para o ponto anterior para poder entrar, mesmo assim, fui empacotado. É aterrorizante”, diz.

A extinção das 701U-10 (Jaconã-Butantã) e 724A-10 (Aclimação-Cidade Universitária) e a alteração da Linha 177P-10 (Santana-Butantã/USP), que agora faz ponto final no metrô, intensificam as reclamações. Além disso, as Linhas 107P-10 (Mandaqui-Pinheiros) e 107T-10 (Tucuruvi-Butantã) foram unificadas na 107T-10 (Metrô Tucuruvi-Pinheiros), que também passou a ir até o metrô.

“As linhas iam para a zona norte, mas também davam acesso aos eixos das Avenidas Paulista e Doutor Arnaldo”, diz Thales Carpi, diretor do Diretório Central dos Estudantes (DCE). A percepção é de que sobraram poucas alternativas ao Terminal Butantã, saturando ainda mais os ônibus que servem à USP.

O DCE cobra melhorias da USP. A prefeitura do campus argumenta que, embora comunique as reclamações à SPTrans, as linhas “têm sua programação própria sem qualquer ingerência da USP”. Um documento foi encaminhado à prefeitura do

câmpus e à empresa, em dezembro do ano passado, com 5 mil assinaturas, contra as mudanças. A SPTrans informou que fará um estudo sobre o problema e que não descarta aumentar o número de carros nas linhas.

Soluções. Diante do número de passageiros, o consultor de trânsito Horácio Augusto Figueira apresenta sugestões. “Tem de aumentar o número de carros ou colocar um articulado no pico.”

A empresa informou que a demanda cresceu entre 20% e 25% no começo deste ano. A superlotação seria explicada pelo aumento sazonal do número de estudantes. A expectativa é de que o número caia a partir deste mês, quando há desistências. Além do bilhete único, as duas linhas aceitam o bilhete USP, de uso gratuito dos estudantes. Com o Busp, a circulação de ônibus no câmpus em dias úteis foi de 48 para 50 por hora nos picos.

estadao.com.br

Online. Veja o vídeo sobre os ônibus cheios da USP
www.estadao.com.br

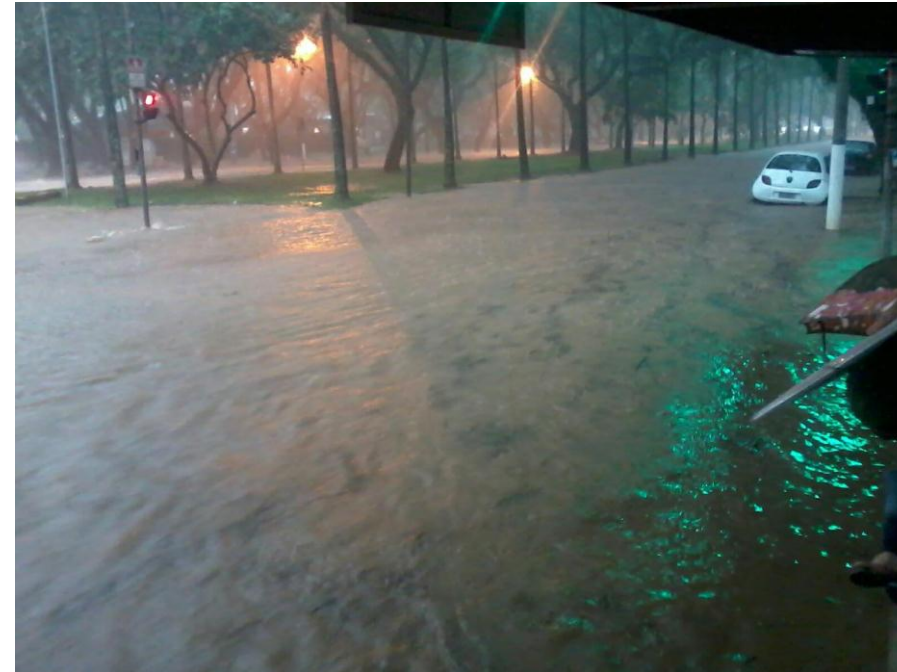


Espera. Estudantes enfrentam longas filas na Estação Butantã antes de embarque para USP

Alagamentos C.U.A.S.O. – FE/USP



Avenida da Universidade



Avenida da Universidade

As duas primeiras imagens mostram a Avenida da Universidade, a partir dos pontos de ônibus dos dois lados da via.

A terceira é da entrada do Bloco A da Faculdade de Educação e percebe-se, ao fundo, o estacionamento alagado junto à nova biblioteca.

A quarta e quinta foto são da rua entre o Bloco B e o CEPEUSP, onde está prevista a saída do eixo de pedestres, o prédio do Restaurante e a Manutenção / Garagem da Faculdade de Educação.

Imagens de 14/02/2013



Portaria Bloco A



Rua entre Bloco B e CEPEUSP



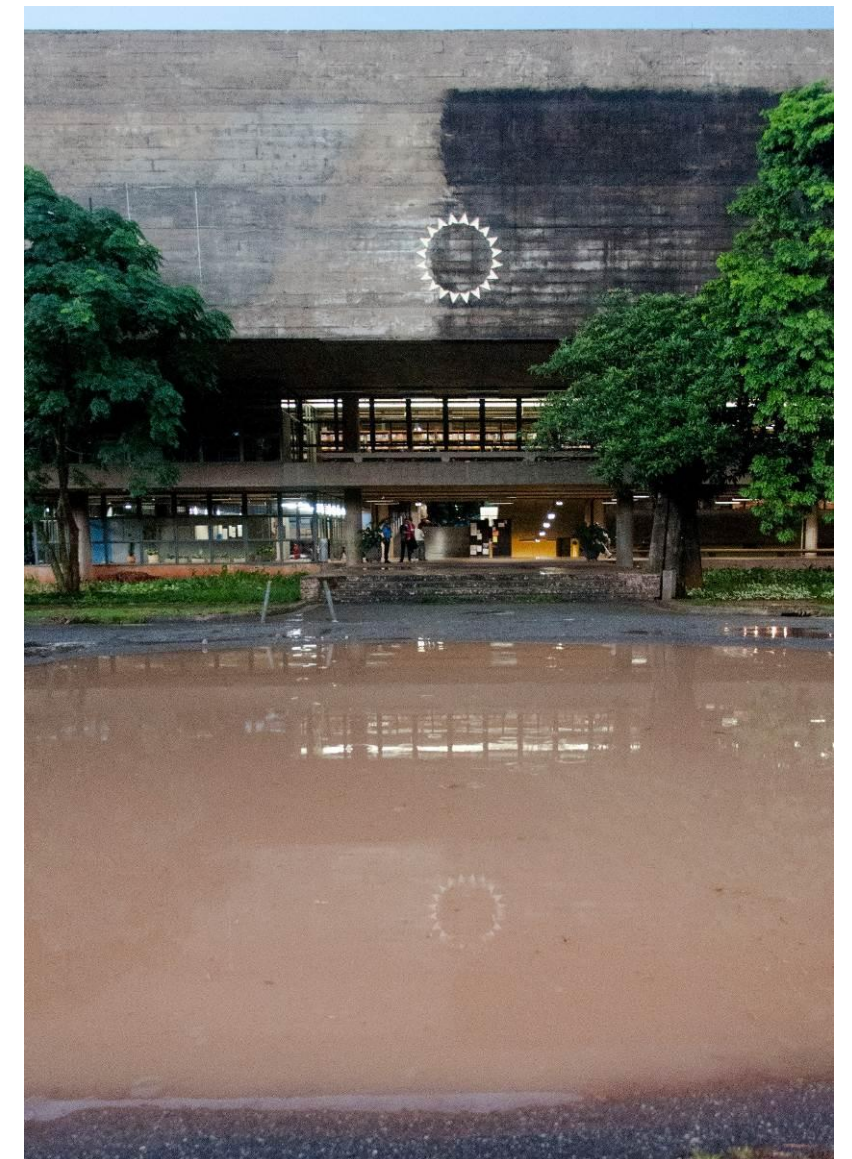
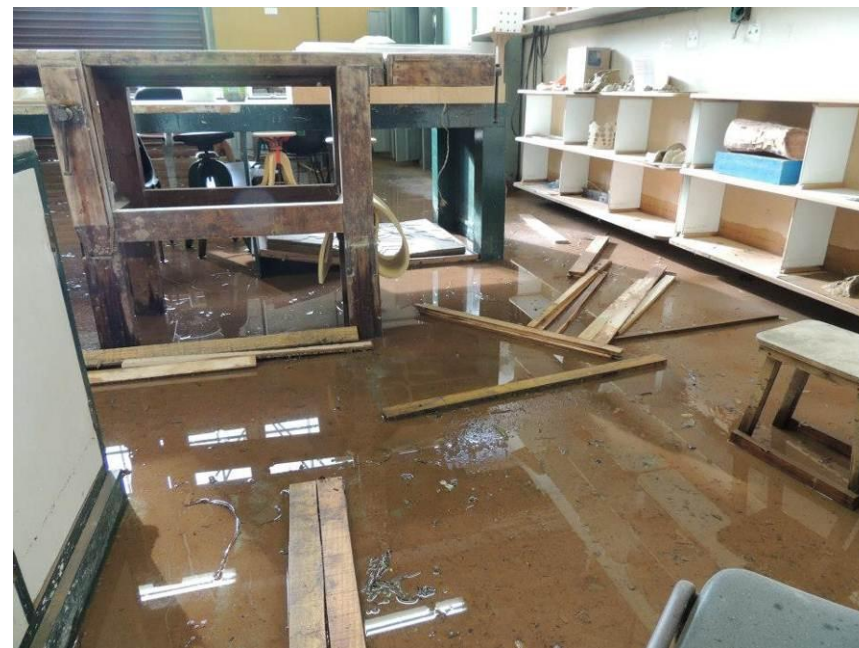
Rua entre Bloco B e CEPEUSP

Alagamentos C.U.A.S.O. – FAU/USP



Alagamento da Praça do Anexo da FAU em 14/02/2013 e fotos internas deste edifício com marcas do nível atingido pela água.

Lago da FAU com cheia devida à chuva intensa em 14/02/2013, ocasião em que a água invadiu os níveis inferiores deste edifício.



Alagamentos C.U.A.S.O. – IAG/USP



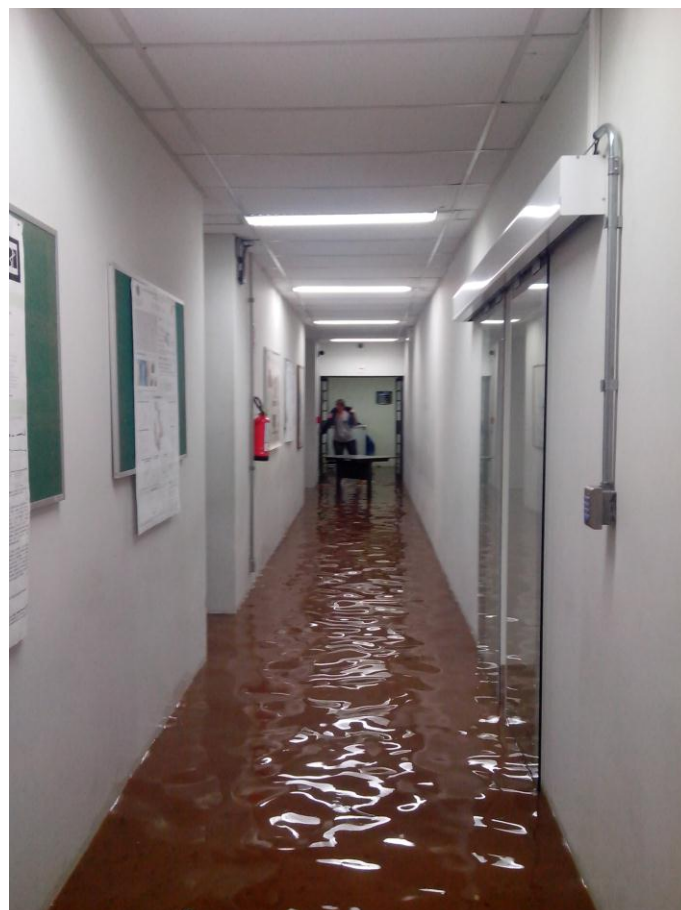
Alagamento dos blocos A, B, C, D, e E do IAG no dia 14/02/2013.

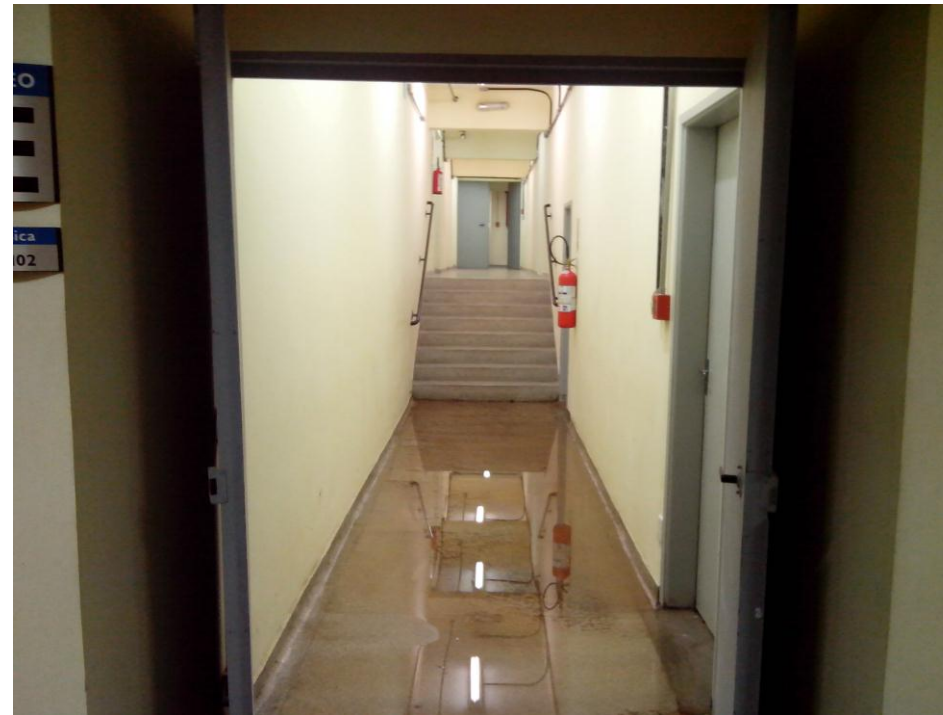
Na parte superior à esquerda, imagem da ligação entre os blocos A e B.

Na parte superior a direita, imagem do corredor do Bloco B4.

Na parte inferior a esquerda, imagem do corredor do Bloco B5.

Na parte inferior a direita, imagem das águas pluviais escorrendo no talude do IAG.





Na parte superior à esquerda, imagem do corredor do Bloco B6.

Na parte superior à direita, imagem do corredor do Bloco E.

Na parte inferior à esquerda, imagem da sala de aula 102 do Bloco B.

Na parte inferior à direita, imagem da sala de aula 102 do Bloco B.

